



Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2022

**Grupo Público
Universidade
do Minho**



Índice

I – MENSAGEM DO REITOR	13
II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO	15
1. GRUPO PÚBLICO UMINHO	16
1.1. Identificação do Grupo Público UMinho	16
1.2. Breve resumo das entidades consolidadas	17
1.2.1. Universidade do Minho	18
1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho	20
1.2.3. Associação Centro de Medicina P5	21
1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga	22
1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho	23
1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos	24
1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho	25
1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	26
1.2.9. Instituto Confúcio	27
1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga	28
1.2.11. Centro de Computação Gráfica	29
1.2.12. Instituto de Design de Guimarães	29
1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães	30
1.2.14. Casa de Sarmento	31
1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	32
1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho	33
1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes	34
1.2.18. Expertissues – European Institute of Excellence for Tissue	34
III – RELATO FINANCEIRO	36
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	37
2.1. Enquadramento macroeconómico internacional	37
2.2. Enquadramento macroeconómico nacional	38
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA	39
3.1. Análise orçamental consolidada	39
3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados	39
3.1.2. Direitos e obrigações consolidados	41
3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados	43
3.2. Análise económica e financeira consolidada	44
3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado	44
3.2.1.1. Ativo consolidado	44
3.2.1.2. Património líquido consolidado	44
3.2.1.3. Passivo consolidado	45
3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada	45
3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados	46



3.2.2.2.	Estrutura dos gastos consolidados	47
3.2.3.	Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	48
3.2.4.	Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	48
3.3.	Análise de gestão consolidada	51
3.3.1.	Mapas da contabilidade de gestão consolidada	51
3.3.1.1.	Resultados por atividade	51
3.3.1.2.	Resultados da atividade de ensino	52
3.3.1.3.	Resultado da atividade de investigação	53
3.3.1.4.	Resultado da atividade interação com a sociedade	54
3.3.1.5.	Rendimentos gerais e gastos não incorporados	55
4.	Capacidade de endividamento	57
5.	Factos ocorridos após a data do balanço	57
6.	Obrigação de apresentação de contas consolidadas	57
7.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	57
8.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	59
8.1.	Demonstração consolidada do desempenho orçamental	59
8.2.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas	60
8.3.	Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas	61
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	62
9.1.	Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022	62
9.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022	63
9.3.	Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022	64
9.4.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2022	65
9.5.	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2022	66
9.6.	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2022	67



Índice de tabelas

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho.....	16
Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros	20
Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros.....	21
Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros.....	22
Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros.....	23
Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros.....	24
Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros.....	25
Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros	26
Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros.....	27
Tabela 10 - Indicadores IC, em euros	28
Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros	28
Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros	29
Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros	30
Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros	31
Tabela 15 - Indicadores CS, em euros.....	32
Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros.....	33
Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros.....	33
Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros.....	34
Tabela 19 – Indicadores da Expertissues, em euros	35
Tabela 20 - Desagregação dos recebimentos consolidados.....	39
Tabela 21 - Desagregação dos pagamentos consolidados.....	40
Tabela 22 - Desagregação dos direitos consolidados	41
Tabela 23 - Desagregação das obrigações consolidadas	42
Tabela 24 - Indicadores orçamentais.....	43
Tabela 25 - Estrutura do ativo consolidado, em euros.....	44
Tabela 26 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros.....	45
Tabela 27 - Estrutura do passivo consolidado, em euros.....	45
Tabela 28 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros.....	46
Tabela 29 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros.....	47
Tabela 30 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros.....	47
Tabela 31 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros.....	48
Tabela 32 – Rendimentos, em euros.....	51
Tabela 33 – Gastos, em euros	52
Tabela 34 – Resultados por atividade, em euros	52
Tabela 35 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros	53
Tabela 36 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros.....	53
Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros	54
Tabela 38 - Rendimentos e gastos da atividade interação com a sociedade, em euros	55
Tabela 39 - Rendimentos e Gastos não incorporados.....	56
Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros.....	57



Tabela 41 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros.....	69
Tabela 42 - Vida útil do ativo fixo tangível	69
Tabela 43 - Vida útil das propriedades de investimento.....	70
Tabela 44 - Vida útil do ativo intangível.....	70
Tabela 45 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros.....	75
Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros.....	75
Tabela 47 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros	76
Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros.....	76
Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros.....	77
Tabela 50 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros.....	77
Tabela 51 - Locações operacionais – locatários, em euros.....	77
Tabela 52 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros.....	78
Tabela 53 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	78
Tabela 54 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros.....	79
Tabela 55 - VPT das propriedades de investimento, em euros.....	79
Tabela 56 - Inventários, em euros	79
Tabela 57 - Movimentos do período, em euros	80
Tabela 58 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros.....	80
Tabela 59 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros.....	80
Tabela 60 – Provisões de 2022 em euros	81
Tabela 61 – Provisões de 2021 em euros	81
Tabela 62 - Identificação das provisões, em euros.....	81
Tabela 63 - Passivos contingentes, em euros	81
Tabela 64 - Investimentos financeiros, em euros	82
Tabela 65 – Aplicação do MEP, em euros	82
Tabela 66 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros	82
Tabela 67 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros	83
Tabela 68 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2022, em euros.....	83
Tabela 69 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2021, em euros.....	83
Tabela 70 - Outras contas a receber, em euros	83
Tabela 71 - Caixa e depósitos, em euros	83
Tabela 72 - Património líquido, em euros	84
Tabela 73 - Património líquido, em euros	84
Tabela 74 - Fornecedores, em euros	84
Tabela 75 - Estado e outros entes públicos, em euros	84
Tabela 76 - Outras contas a pagar, em euros	85
Tabela 77 - Benefícios dos empregados, em euros	85
Tabela 78 - Listagem de entidades controladas	85
Tabela 79 - Listagem de entidades associadas	86
Tabela 80 - Listagem de outras entidades relacionadas	86
Tabela 81 - Listagem de serviços e fundos autónomos	86



Tabela 82 - Listagem das unidades diferenciadas	87
Tabela 83 - Transações entre partes relacionadas, em euros	87
Tabela 84- Resultado da atividade de ensino, em euros	89
Tabela 85- Resultado da atividade de investigação, em euros	89
Tabela 86- Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros	89
Tabela 87- Fluxo de tesouraria por entidades controladas, em euros.....	90
Tabela 88 – Perímetro de consolidação	96
Tabela 89 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho	97
Tabela 90 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros	99
Tabela 91 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros	100
Tabela 92 – Entidades associadas	100
Tabela 93 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros	100
Tabela 94 – Percentagem de interesse em outras entidades	101
Tabela 95 – Impacto no resultado pela aplicação do MEP, em euros	102
Tabela 96 – Diferimentos, em euros	103
Tabela 97 – Bases de Rateio de imputação dos Gastos Gerais às Unidades, em euros	104
Tabela 98 - Resultados por atividades, em euros	105
Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho	105



Índice de Figuras

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido.....	49
Figura 2 - Rentabilidade do Ativo	49
Figura 3 - Rentabilidade Económica	49
Figura 4 - Margem EBITDA.....	49
Figura 5 - Solvabilidade.....	50
Figura 6 - Autonomia Financeira.....	50
Figura 7 - Liquidez Geral	50
Figura 8 - Grupo Público UMinho	67



Lista de abreviaturas e acrónimos

2CA-Braga	Centro Clínico Académico de Braga
4LIFELAB	Laboratório Colaborativo (Associação)
ACMP5	Associação Centro de Medicina Digital P5
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
ADSE	Assistência na Doença a Servidores do Estado
ADVID	Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
AEDOAVE	Agência de Energia do Ave
AF	Ações de Formação
AFT	Ativos Fixos Tangíveis
AFTEBI	Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior
<i>Alumni</i> Medicina	Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho
AMAVE	Associação dos Municípios do Vale do Ave
APCTP	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
APSI	Associação de Psicologia
Associação TECMEAT	Associação Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes
AVEPARK	Parque de Ciência e Tecnologia, S.A
B2E	Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul
B'ACIS	Associação Ciência, Inovação e Saúde
BATPOWER - Associação Portuguesa	Associação Portuguesa Para O Cluster das Baterias
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BIOREF	Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias
BLC3	Campus de Tecnologia e Inovação
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
BPB	Biblioteca Pública de Braga
BUILT CoLAB	Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro
CC	Conselho Cultural
CC2	Classificador Complementar 2
CCG	Centro de Computação Gráfica
CCVG	Centro Ciência Viva de Guimarães
CECOLAB	Associação CECOLAB - <i>Collaborative Laboratory Towards Circular Economy</i>
CEIIA	Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CEJUR	Centro de Estudos Jurídicos do Minho
CEN	Comité Europeu de Normalização
CeNTI	Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIBE	Classificador de Inventário dos Bens do Estado
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CITCEM	Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
CITEVE	Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário
CNC	Comissão de Normalização Contabilística



Colab4Food	Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Alimentar
CS	Casa de Sarmento
CTI	Centro de Tecnologia e Inovação
CTIC	Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
CVR	Centro para a Valorização de Resíduos
DTX	Laboratório Colaborativo em Transformação Digital
EAAD	Escola de Arquitetura, Arte e Design
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EBT	<i>Earnings Before Taxes</i>
EC	Escola de Ciências
ED	Escola de Direito
EE	Escola de Engenharia
EEG	Escola de Economia e Gestão
EIT	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia
ELACH	Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas
Emed	Escola de Medicina
Epsi	Escola de Psicologia
ESE	Escola Superior de Enfermagem
EXPERTISSUES	<i>European Institute of Excellence for Tissue, EEIG-AEIE</i>
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fornecimento de Serviços Externos
Fundação CEER	Fundação Centro de Estudos Euro-regionais
FURNISH	<i>Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat</i>
GG	Gastos Gerais
GPA	Gabinete de Processos Académicos
HSK	Exame <i>Hanyu Shuiping Kaoshi</i>
HSKK	Exame <i>Hanyu Shuiping Kouyu Kaoshi</i>
HSST	Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I3Bs	Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IC	Instituto Confúcio
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICVS	Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde
IDEGUI	Instituto de Design de Guimarães
IDITE Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IE	Instituto de Educação
IGAP	Instituto de Gestão e Administração Pública
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INESC TEC	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
INTEGRALAR	Intervenção de Excelência no Setor Agro-Alimentar



IPCA	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
IPSAS	International <i>Public Sector Accounting Standards</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
ISPG	Instituto do Petróleo e Gás
KWh	Quilowatt-hora
L.C.S.D. Associação Data Colab	Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados
LIP	Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
m3	metro cúbico
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NCRF-ESNL	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo
OE	Orçamento do Estado
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
p.p	Pontos Percentuais
PAE	Plano de Ação Estratégico
PC	Prestações de Serviços Especializados com Incorporação de Conhecimento
PCT	Portal de Ciência e Tecnologia
PD	Projetos Diretos
PG	Pós-Graduações
PIB	Produto Interno Bruto
PIEP	Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros
PME's	Pequenas e Médias Empresas
PMOs	<i>Project Management Officer</i>
POOLNET	Cluster de Competitividade e Tecnologia <i>Engineering & Tooling</i>
PREVPAP	Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública
ProChild - CoLAB	Laboratório Colaborativo ProChild
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Prestações de Serviços Técnicos Especializados
PTAG	Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RLP	Resultado Líquido do Período
RNAP	Reposição Não Abatida aos Pagamentos
RP	Receitas Próprias
RPG 3	<i>Reporting Service Performance Information</i>
SASUM	Serviços de Ação Social da UMinho
Setor AEC	Arquitetura, Engenharia e Construção
SMS	Sociedade Martins Sarmento
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SNC-ESNL	Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo



SPINPARK	Centro de Incubação de Base Tecnológica
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SS	Segurança Social
TecMinho	Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
TICE.PT	Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
UA	Unidade de Arqueologia
UC	Unidades Culturais
UD	Unidade Diferenciada
UE	União Europeia
UGA	Unidade de Governo e Administração
UMinho	Universidade do Minho
UniLEO	Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental
UO	Unidade Orgânica
UOEI	Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação
US	Unidades de Serviços
USAAE	Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação
USAI	Unidade de Serviços de Apoio à Internacionalização
USAPI	Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de Investigação
USCP	Unidade de Serviços de Contratação Pública
USDB	Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas
USFP	Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial
USGA	Unidade de Serviços de Gestão Académica
USRH	Unidade de Serviços de Recursos Humanos
USSIC	Unidade de Serviços de Sistemas de Informação e Comunicação
VARD 2015	Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
VPT	Valor Patrimonial Tributário



I – MENSAGEM DO REITOR



Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Relatório de Atividades e Contas Consolidadas do Grupo Público da Universidade do Minho, deverá dar conta da atividade desenvolvida pelo Grupo Público UMinho (Universidade do Minho) no ano transato, com um foco particular na atividade da Universidade, mas abrangendo um importante conjunto das entidades de interface.

A interação com a sociedade constitui um dos eixos essenciais de concretização da missão da Universidade. A expressiva colaboração com o tecido económico e social que caracteriza a UMinho exprime-se, também, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, cuja ação se orienta para a promoção do progresso económico, social e cultural, decorrente da aplicabilidade do conhecimento científico obtido nas atividades de ensino e investigação da Universidade.

O Grupo UMinho é constituído, para além da Universidade, por 7 entidades controladas, por 11 entidades associadas e por 38 outras participadas, sendo que, de todas estas, apenas as 19 primeiras fazem parte do perímetro de consolidação que este Relatório objetiva.

O Relatório procede na secção subsequente a uma breve descrição das atividades de cada uma daquelas entidades, de que se apresentam, igualmente, os principais indicadores económico-financeiros respeitantes a 2022 e, como termo de comparação, a 2021, indicando-se a respetiva variação.

A terceira parte do Relatório, que inclui o Relato orçamental e financeiro do Grupo, evidencia os resultados obtidos, cabendo destacar, no que diz respeito aos principais indicadores orçamentais consolidados, que os recebimentos consolidados totais registados em 2022 rondaram os 158,8 M€, valor que compara com os 143,8 M€ registados em 2021, verificando-se, em consequência, uma variação positiva na receita arrecadada de cerca de 15 M€. Em 2022, os pagamentos consolidados totais ascenderam a 149,6 M€, face aos 148,9 registados no ano transato; o aumento, verificado, no montante de 0,7 M€, justifica-se, essencialmente, pelo aumento de despesas com o pessoal, pelo aumento com aquisição de bens e serviços e, por outro lado, com uma redução de transferências correntes e aquisições de capital (1,9 M€).

Em 2022, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que o total do ativo consolidado ascendeu a 203,6 M€ (face aos 198,8 M€ em 2021), o passivo consolidado rondou os 56,5 M€ (54,4 M€ em 2021), o património líquido consolidado aproximou-se dos 147,1 M€ (144,4 M€ em 2021), os rendimentos consolidados ascenderam a 161,2 M€ (157,3 M€ em 2021) e os gastos consolidados ascenderam a 157,9 M€ (158,7 M€ em 2021).

O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 3,3 M€ (1,5 M€ negativos em 2021), tendo o EBITDA do período rondado os 12,1 M€ (7,5 M€ em 2021).

Estes resultados são obtidos no quadro da concretização da missão que a Universidade para si definiu: gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade. Esta definição subjaz à ação de todas as entidades do Grupo Público UMinho e constitui uma orientação que ilumina o seu projeto.

Assumindo em permanência os princípios estatutários que orientam a sua ação - o respeito e a promoção da dignidade da pessoa humana, a igualdade, a participação democrática, o pluralismo de opiniões e de orientações –, a UMinho prosseguirá o seu caminho de instituição aberta ao seu contexto, relevante pela natureza dos impactos que produz, de instituição cosmopolita, aberta à diversidade de pessoas e de projetos, de universidade inclusiva, em compromisso com uma sociedade mais justa, prosseguindo uma cultura de qualidade que tem na garantia da coesão e da solidariedade intrainstitucional elementos caracterizadores.

Para tal, o Grupo Público conta com o elevado compromisso dos professores e investigadores, dos estudantes de todos os ciclos de estudos e de formações não conferentes de grau, dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, que têm sido essenciais para a construção de respostas aos grandes desafios com que a região e o País se confrontam.

Rui Vieira de Castro

Reitor



II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO



1. GRUPO PÚBLICO UMINHO

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho

A interação com a sociedade representa uma das dimensões basilares de atividade da Universidade do Minho (UMinho). Neste âmbito, a UMinho mantém uma forte colaboração com o tecido económico e social, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Esta interação implica um envolvimento expressivo na comunidade, o qual favorece o seu progresso económico, social e cultural, decorrente da aplicabilidade do conhecimento científico obtido nas atividades de ensino e investigação.

Decorrente do anteriormente exposto, o Grupo Público UMinho é constituído pela entidade-mãe, a UMinho, e pelas suas participadas, tal como evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho

Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2022	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
ENTIDADE-MÃE			
UMinho	—	SNC-AP	—
ENTIDADES CONTROLADAS			
SASUM	100,00	SNC-AP	Cons. Integral
ACMP5	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
B'ACIS	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
APSI	80,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
CVR	56,30	SNC	Cons. Integral
TecMinho	56,25	NCRF-ESNL	Cons. Integral
EXPERTISSUES	50,00	SNC	Cons. Integral
ENTIDADES ASSOCIADAS			
BLCS	50,00	SNC-AP	MEP
IC	50,00	SNC-AP	MEP
2CA-Braga	50,00	NCRF-ESNL	MEP
CCG	49,42	NCRF-ESNL	MEP
IDEGUI	34,09	NCRF-ESNL	MEP
CCV Guimarães	33,33	NCRF-ESNL	MEP
CS	33,33	NCRF-ESNL	MEP
PIEP	31,39	NCRF-ESNL	MEP
IDITE-Minho	25,45	NCRF-ESNL	MEP
CEJUR	25,00	NCRF-ESNL	MEP
CeNTI	19,05	NCRF-ESNL	MEP
OUTRAS PARTICIPADAS			
Associação Fibrenamics	19,58	NCRF-ESNL	Custo
SPINPARK	14,29	---	Custo
BLC3	14,29	---	Custo
LIP	14,29	---	Custo
AVEPARK	10,61	---	Custo
4LIFELAB	10,53	---	Custo
IGAP	9,09	---	Custo
Laboratório da Paisagem	8,33	---	Custo
TECMEAT	8,33	---	Custo
Associação BIP4DAB	8,33	---	Custo
B2E	7,69	---	Custo
DTX	7,58	---	Custo
CECoLab	7,14	---	Custo
ProChild CoLab	6,67	---	Custo
AFTEBI	6,35	---	Custo
INESC TEC	5,26	---	Custo
Associação RAIL CoLAB	5,26	---	Custo
BIOREF	5,00	---	Custo
BUILT CoLAB	5,00	---	Custo
WATER CO-RE COLAB Associação	5,00	---	Custo



Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2022	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
L.C.S.D – Associação Data Colab	5,00	---	Custo
Colab4food	4,62	---	Custo
Fund. CEER	3,57	---	Custo
ISPG	3,34	---	Custo
APCTP	2,94	---	Custo
BATPOWER - Associação Portuguesa	2,63	---	Custo
AEDOAVE	2,00	---	Custo
TICE.PT	1,19	---	Custo
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00	---	Custo
POOL NET	0,98	---	Custo
OPEN	0,98	---	Custo
INTEGRALAR	0,86	---	Custo
VARD 2015	0,57	---	Custo
ADRAVE	0,44	---	Custo
CITEVE	0,15	---	Custo
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08	---	Custo
Fundação Portugal África	0,06	---	Custo
ADVID	<20	---	Custo

Da análise da Tabela 1 conclui-se que o Grupo Público UMinho é composto por 57 entidades, comprovando-se a forte interação da UMinho com a sociedade. Contudo, importa salientar que apenas 19 daquelas entidades fazem parte do perímetro de consolidação. Assim, importa referir que:

- nos casos em que a percentagem de controlo da UMinho é superior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de consolidação integral;
- nas situações em que a percentagem de controlo é superior a 20% e igual ou inferior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

No que respeita à entidade Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI), apesar da percentagem de controlo da UMinho ser inferior a 20%, esta foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, uma vez que da leitura dos seus estatutos verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, em virtude dos seus órgãos sociais serem constituídos por membros da UMinho.

Já no que diz respeito às entidades Centro para a Valorização de Resíduos (CVR), Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho (TecMinho) e EXPERTISSUES (*European Institute of Excellence for Tissue*, EEIG-AEIE), estas foram incluídas no perímetro de consolidação como entidades controladas pela UMinho pois, apesar dos direitos de voto serem iguais ou inferiores a 50%, a UMinho detém o controlo destas entidades por via dos elementos que constituem os seus órgãos sociais, pelo que foi assumido a percentagem de participação.

Em relação ao Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho (IDITE Minho), em virtude deste Instituto se encontrar em processo de liquidação, a participação da UMinho não foi incluída no perímetro de consolidação, tendo sido constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação financeira.

Importa referir que a entidade Associação Ciência, Inovação e Saúde (B'ACIS) detém 25% da entidade Icognitus4all – It Solutions, Lda, pelo que a participação desta entidade se encontra reconhecida ao MEP nas suas contas separadas. Consequentemente, a entidade-mãe do Grupo Público UMinho detém indiretamente 22,50% da entidade Icognitus4all – It Solutions, Lda., razão pela qual a participação também se encontra reconhecida ao MEP.

Quanto às restantes entidades, uma vez que a percentagem de controlo da UMinho é inferior a 20%, a participação financeira detida foi mensurada ao custo de aquisição.

1.2. Breve resumo das entidades consolidadas

De seguida apresenta-se um resumo da atividade desenvolvida em 2022, por cada uma das 19 entidades incluídas no perímetro de consolidação.



1.2.1. Universidade do Minho

A Universidade do Minho representa cerca de 89% do património líquido do Grupo Público UMinho, do qual é a entidade-mãe. Este facto justifica o destaque particular neste Relatório dado ao que foram as atividades do estabelecimento de ensino, respigando-se alguns dos aspetos essenciais do Relatório de Atividades e Contas Separadas, submetido em 31 de março de 2022.

O Plano de Atividades da Universidade do Minho para 2022 (www.uminho.pt) foi estruturado em torno de objetivos programáticos e medidas de operacionalização definidos em função dos eixos de missão da Universidade – Educação, Investigação e Inovação, Interação com a Sociedade e Internacionalização – e das áreas de ação que enquadram aquela missão – Qualidade Institucional, Qualidade de Vida nos campi e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira.

Apresentam-se, de seguida, alguns dos aspetos principais da atividade da Universidade.

No final de 2022, a UMinho tinha inscritos 20.882 estudantes de grau, dando assim um importante contributo para a qualificação de pessoas, sistemas, organizações e instituições, concorrendo de forma muito significativa para o desenvolvimento social, económico, tecnológico, cultural e científico, à escala regional, nacional e internacional.

Estes estudantes frequentavam uma oferta educativa diversificada, composta por mais de 200 cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. A UMinho lançou, no ano letivo de 2022-23, as licenciaturas em Engenharia Aeroespacial e Ciência de Dados, que registaram elevada e qualificada procura, bem como novos cursos de mestrado, em Engenharia e Direito, e de doutoramento, em Ciências, Psicologia e Educação. Em 2022-23 a UMinho, coordenadora do consórcio Universidade sem Fronteiras, passou a incluir no seu portefólio cursos de mestrado e doutoramento desenvolvidos em colaboração com as universidades da Galiza e do Norte de Portugal.

Paralelamente, a Universidade iniciou, em 2022, o desenvolvimento do programa Aliança de Pós-Graduação. Trata-se de um ambicioso programa composto por 112 cursos de formação pós-graduada, que foram concebidos e estão ou serão desenvolvidos no quadro dos programas Impulso Jovens e Impulso Adultos, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Ao nível da inovação pedagógica, merecem destaque as múltiplas iniciativas orientadas para a capacitação pedagógica dos docentes que foram promovidas, algumas delas desenvolvidas no quadro de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais. Iniciou-se também o debate sobre “microcredenciais”, matéria que no contexto europeu vem conhecendo cada vez maior visibilidade e atenção.

No âmbito do apoio à atividade dos estudantes cabe realçar o desenvolvimento de diversos programas de apoio à sua integração institucional, de acompanhamento dos percursos académicos e de transição para o mercado de trabalho, bem como o alargamento do apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais.

A qualidade de vida da nossa comunidade de estudantes vai beneficiar seguramente da construção das novas residências em Guimarães e Braga, que viram aprovados, em 2022, os correspondentes financiamentos aprovados no âmbito do PRR.

A investigação científica encontra-se fortemente embebida na atividade da Universidade. No final de 2022, a UMinho tinha em curso 777 projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), correspondendo-lhes um valor global em execução de cerca de 220 M€.

Importa ainda sublinhar uma muito significativa participação em importantes projetos de inovação, designadamente aqueles que decorrem da materialização da parceria UMinho/Bosch e das Agendas Mobilizadoras, aprovadas no âmbito do PRR.

No ensino e na investigação a UMinho reforçou a sua presença internacional através da participação ativa em diversas associações, com destaque para a Associação Europeia de Universidades, o Grupo Compostela de Universidades, o *SGroup-Universities in Europe*, o Grupo Tordesilhas de Universidades e o Conselho de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu.

A Aliança Europeia Arqus, em que a UMinho participa desde 2022, representa um dos mais expressivos contextos em que a UMinho afirma a sua vocação de Universidade aberta ao mundo e comprometida com uma materialização internacional do seu projeto, nos domínios da educação superior, da investigação e da inovação. A Aliança Arqus integra as universidades de Granada, Graz, Leipzig, Lyon 1, Maynooth, Minho, Padua, Vilnius e Wrocław, universidades de investigação, abrangentes, e com forte envolvimento no desenvolvimento regional.

A Universidade do Minho prosseguiu, no ano transato, a sua intensa atividade cultural, participando na promoção das comemorações dos centenários dos nascimentos de Agustina Bessa-Luís de Maria Ondina Braga, no apoio a iniciativas culturais de relevo ao nível da região e do país, como os Encontros de Imagem ou a Bienal de Arte e Tecnologia Index, na promoção de múltiplos espetáculos de música erudita ou no apoio a candidaturas da comunidade artística e cultural da região.



Na ação das unidades culturais (UC) importa realçar a apresentação e disponibilização pública do Arquivo de Vitor de Sá, pelo Arquivo Distrital de Braga, e a reorganização das unidades museológicas afetas à UMinho, visando uma maior articulação com entidades culturalmente significativas da região, do país e da Galiza. A Universidade promoveu, ainda, a 30ª edição do Prémio Victor Sá de História Contemporânea.

No quadro de uma estreita colaboração com os municípios, concretizou-se a ampliação da rede de Casas de Conhecimento com a integração dos municípios de Arcos de Valdevez, Chaves, Melgaço e Évora.

A UMinho, ao longo do ano de 2022, esteve envolvida com diversos processos tendentes à sua modernização, ao nível da organização institucional e dos processos administrativos. Neste âmbito, foi lançada a revisão dos Estatutos da Universidade, visando uma maior plasticidade da organização e o reforço dos níveis de autonomia e de responsabilidade das Unidades Orgânicas (UO); foi desenvolvido um novo modelo de elaboração e gestão do orçamento da Universidade, adotando-se orçamentos por UO; foi iniciado um ambicioso programa de simplificação dos procedimentos administrativos e de modernização dos sistemas de informação; foram adotadas medidas e procedimentos visando assegurar a conformidade normativa dos processos administrativos.

As atividades de educação, investigação e interação com a sociedade são desenvolvidas por uma comunidade que para além dos estudantes, é composta por cerca de 3.000 pessoas, entre docentes, investigadores e trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão.

Na perspetiva da qualificação do corpo docente, a Universidade lançou em 2022 um ambicioso programa de promoção na carreira, que inclui a abertura de cerca de 100 posições de professor associado até junho de 2023.

O corpo de investigadores da Universidade conheceu alterações que decorrem da dinâmica dos projetos. Aumentou o número de investigadores de carreira – que hoje são 36 face aos 17 existentes em 2020; os próximos anos serão de especial complexidade, face ao término dos contratos dos investigadores realizados ao abrigo do Decreto-Lei 57/2016; a UMinho vem assumindo as suas responsabilidades, promovendo a criação de uma carreira própria de técnico superior de gestão de ciência e tecnologia e assumindo estrategicamente o reforço da carreira de investigação e a promoção dos investigadores de carreira.

A gestão do corpo de trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão tem sido confrontada com dinâmicas próprias do mercado de trabalho que, em áreas como as tecnologias de informação e comunicação, vêm obrigando a Universidade a reorientar a sua estratégia, terceirizando muitos dos serviços. Foram perfilhados mecanismos de qualificação dos trabalhadores, designadamente através de procedimentos de mobilidade intercategorias e intercarreiras. Permanecem, neste grupo, problemas decorrentes ainda da turbulência no desenvolvimento do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP); foi um processo impactante para a Instituição e para um significativo número de trabalhadores em resultado das condições de lançamento e de concretização do Programa.

O ano de 2022 foi no plano orçamental um ano particularmente difícil para a Universidade. Sofremos em toda a sua extensão os efeitos de opções que o Estado português foi assumindo ao longo da última década no que respeita ao financiamento do ensino superior e, em particular, da UMinho.

A não aplicação das disposições legais, em vigor, relativas ao financiamento do ensino superior e a sua substituição pela aplicação de um modelo baseado no histórico, conduziu-nos à absurda situação das instituições que, nos últimos anos, mais cresceram, respondendo à procura social de educação superior, terem sido fortemente penalizadas pelo seu desenvolvimento. Assim chegamos à incompreensível e inaceitável situação do financiamento por estudante da Universidade do Minho, através do Orçamento de Estado, ser cerca de um terço do valor que corresponde a outras instituições.

Este facto teve impactos muito graves na vida da Universidade, que se viu obrigada a redobrados esforços para assegurar a qualidade do ensino que oferece e da investigação que realiza. Garantir a estabilidade e a sustentabilidade financeiras da Universidade foi, neste cenário, uma preocupação permanente.

No que diz respeito ao desempenho orçamental importa destacar que o orçamento inicial da UMinho em 2022 cifrou-se nos 162,3 M€, pelo que o orçamento inicial se manteve praticamente inalterado. Apesar da manutenção do orçamento inicial, deve ser destacado o aumento da arrecadação de receita no montante de 12,9 M€ (9,30%) comparativamente ao ano de 2021, a qual atingiu no ano de 2022 os 151,1 M€.

Já no que diz respeito ao desempenho económico-financeiro é de assinalar o aumento do resultado líquido do período em aproximadamente 4,4 M€, decorrente essencialmente da redução das transferências no âmbito da atividade de I&D (6,3 M€), da melhoria das provisões (1,7 M€), o aumento dos rendimentos oriundos de impostos e taxas (0,8 M€) e das transferências correntes obtidas (0,6 M€), sendo de referir que estas variações foram superiores ao aumento de gastos com o pessoal (4 M€), de fornecimentos e serviços externos (0,5 M€) e outros gastos (0,8 M€).

Importa ainda destacar em 2022 a continuidade na implementação da contabilidade de gestão na UMinho, a qual é indispensável à produção de informação relevante, por forma a satisfazer as necessidades de informação dos dirigentes sobre os rendimentos, gastos e resultados.



As demonstrações financeiras constantes do presente Relatório foram objeto de fiscalização pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Em suma, durante o ano de 2022, apesar da dimensão dos desafios com que foi confrontada, em resultado do compromisso dos seus professores e investigadores, dos seus estudantes de todos os ciclos de estudos e dos seus trabalhadores técnicos administrativos e de gestão, a UMinho assegurou, com elevada qualidade, o essencial da sua missão, orientada para a educação de alto nível das novas gerações, para o alargamento das fronteiras do conhecimento humano e para a promoção do desenvolvimento social e económico da região e do País.

As demonstrações financeiras separadas da UMinho foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Na tabela infra apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da UMinho, nos últimos dois anos, e respetiva variação.

Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	181 144 439,12	176 214 566,26	4 929 872,86
	Total do Passivo	50 439 234,59	49 762 877,13	676 357,46
	Total do Património Líquido	130 705 204,53	126 451 689,13	4 253 515,40
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	148 588 383,72	146 490 149,42	2 098 234,30
	Total de Gastos	145 297 399,92	147 575 345,09	-2 277 945,17
	Resultado Líquido do Período	3 290 983,80	-1 085 195,67	4 376 179,47
Indicadores	Autonomia Financeira	72,16%	71,76%	0,40 p.p
	Solvabilidade	259,13%	254,11%	5,03 p.p
	Liquidez Geral	112,21%	101,03%	11,18 p.p
	Rentabilidade Património Líquido	2,52%	-0,86%	3,38 p.p

Da análise da Tabela 2 conclui-se que, em 31 de dezembro de 2022, se verifica uma variação positiva no ativo da UMinho, em relação ao período homólogo, na ordem dos 4,9 M€, justificada, essencialmente, pelo aumento das disponibilidades. É ainda de realçar, o aumento de 4,3 M€ no património líquido, em virtude, sobretudo, do aumento do resultado líquido e do ajustamento em ativos financeiros, por via da aplicação do MEP, tendo por base as demonstrações financeiras de 2021, últimas disponíveis à data da elaboração do Relatório de Atividades e Contas Separadas de 2022.

A variação positiva registada no Resultado Líquido do Período (RLP), no montante de 4,4 M€, justifica-se, essencialmente, por uma redução nas transferências e subsídios concedidos no âmbito da atividade de investigação, de uma menor constituição de provisões, mas também por via do aumento dos rendimentos relativos a impostos e taxas.

Em resultado do anteriormente exposto, como se verificou uma melhoria tanto da posição como do desempenho financeiro da UMinho, todos os indicadores apresentam uma recuperação, o que representa uma melhor performance da entidade, comparativamente ao período homólogo. Ao nível dos indicadores, é de realçar a variação positiva de 11,18 p.p. da liquidez geral, justificada pelo aumento do ativo, particularmente na rubrica de caixa e depósitos em 10,4 M€. Importa referir que o rácio de solvabilidade permite concluir que a UMinho consegue solver todos os seus compromissos no médio e longo prazo.

1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, os quais gozam de autonomia administrativa e financeira e têm como missão, de acordo com os seus Estatutos, proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência no ensino superior e de integração na vida social e académica, através da prestação de serviços nas áreas de alojamento, alimentação, desporto e cultura, apoio médico e psicológico, assim como, na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes mais carenciados. Importa realçar que é possibilitada a participação dos estudantes nas atividades dos SASUM, permitindo-lhes auferir contrapartidas pecuniárias, desde que o seu percurso académico não seja prejudicado.

Os SASUM dispõem de 10 residências universitárias - 6 em Braga e 4 em Guimarães - com uma capacidade de alojamento global de 1.399 camas, tendo-se verificado, nos últimos 5 anos letivos, taxas de ocupação superiores a 99%.

Com o intuito de prosseguir oportunidades de inovação e de modernização, em 2022 foram definidos quatro objetivos estratégicos, tais como, explorar a tecnologia, de forma a acompanhar a transformação digital; reformular a gestão e reforçar a proximidade, com o intuito de fazer face aos desafios atuais; sustentabilidade e projetos de impacto, com o objetivo de melhorar o desempenho ambiental; e diversificação de serviços e preparação de novos investimentos, com a expectativa de aumentar a resiliência económica da organização.



Em 2022, tal como acontece todos os anos, foram abertas candidaturas para estudantes do 1.º e 2.º ciclos e mestrados integrados, matriculados e inscritos na Universidade do Minho, para a colaboração nas atividades desenvolvidas pelo Departamento Alimentar, Departamento de Desporto e Cultura, Departamento de Apoio Social (Divisão de Alojamento) e Gabinete de Comunicação dos SASUM.

A Tabela 3 evidencia a evolução da posição e do desempenho financeiro dos SASUM entre os anos de 2021 e de 2022.

Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	16 538 741,60	17 228 880,26	-690 138,66
	Total do Passivo	991 402,75	1 272 400,58	-280 997,83
	Total do Património Líquido	15 547 338,85	15 956 479,68	-409 140,83
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	8 329 694,69	6 493 978,63	1 835 716,06
	Total de Gastos	8 418 651,99	7 328 419,89	1 090 232,10
	Resultado Líquido do Período	-88 957,30	-834 441,06	745 483,76
Indicadores	Autonomia Financeira	94,01%	92,61%	1,39 p.p.
	Solvabilidade	1568,22%	1254,05%	314,17 p.p.
	Liquidez Geral	152,75%	130,17%	22,57 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	-0,57%	-5,23%	4,66 p.p.

Da análise da Tabela 3, verifica-se uma continuidade decrescente da posição financeira se compararmos com a informação do período homólogo. Por outro lado, constata-se uma melhoria do desempenho financeiro.

No ano de 2022, o ativo sofreu uma diminuição, em 690,1 k€, devido essencialmente à rubrica de outras contas a receber, e o passivo diminuiu em 281 k€, justificado, em grande parte, pela diminuição da rubrica de fornecedores e estado e outros entes públicos. Quanto à diminuição no património líquido, no montante de 409,1 k€, esta deve-se, essencialmente, pela imputação de subsídios ao investimento a resultados.

O RLP é justificado, essencialmente, pelo aumento dos gastos com os fornecimentos e serviços externos (136 k€), com o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (631 k€), gastos com pessoal (215 k€) e outros gastos (77 k€). Por outro lado, verificou-se um maior aumento nas rubricas das vendas (0,6 M€) e prestações de serviços e concessões (1,4 M€).

No que concerne à análise dos principais indicadores, importa salientar a variação positiva da liquidez geral e da solvabilidade, o que se traduz num aumento da capacidade de liquidar e solver os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.

1.2.3. Associação Centro de Medicina P5

A Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5) é uma organização sem fins lucrativos, resultado de uma parceria entre a UMinho, através da sua Escola de Medicina, e os *Alumni* Medicina (Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho), e tem por objetivo o desenvolvimento de atividades orientadas para a promoção da saúde pública, através do recurso a novas tecnologias digitais. Apesar da sua atividade apenas ter sido iniciada a 6 de fevereiro de 2019, a sua constituição remonta a 29 de dezembro de 2018.

No âmbito da atividade e missão da ACMP5, em 2022 foram celebrados protocolos de colaboração com os municípios de Paredes de Coura e Braga. Manteve-se a disponibilização do Avaliador de Sintomas à Comunidade Académica da Universidade do Minho, bem como aos Municípios de Guimarães, tendo igualmente sido renovada o apoio em ações de promoção da saúde em escolas, no Município de Guimarães. Em adição aos serviços de saúde, houve um investimento na Unidade de Investigação e Desenvolvimento através da promoção de colaborações.

No ano de 2022, esta entidade obteve a aprovação de uma candidatura no âmbito do PRR, no montante de aproximadamente 1,3 M€, para desenvolvimento de atividades que deverão estar concluídas até 2025.

Os principais indicadores da atividade da ACMP5 dos últimos 2 anos são apresentados na Tabela 4.



Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	242 662,91	285 811,23	-43 148,32
	Total do Passivo	240 226,55	116 411,70	123 814,85
	Total dos Fundos Patrimoniais	2 436,36	169 399,53	-166 963,17
Desempenho Financeiro	Rendimentos	339 598,47	470 707,93	-131 109,46
	Gastos	506 561,64	391 231,71	115 329,93
	Resultado Líquido do Período	-166 963,17	79 476,22	-246 439,39
Indicadores	Autonomia Financeira	1,00%	59,27%	-58,27%
	Solvabilidade	1,01%	145,52%	-144,50%
	Liquidez Geral	99,55%	238,32%	-138,77%
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-6852,98%	46,92%	-6899,89%

Da análise da Tabela 4 importa referir que em relação à posição financeira da ACMP5, efetuou-se um ajustamento prévio à consolidação no montante de 1.205.127,51€, na rubrica diferimentos do passivo e outros ativos correntes do ativo, uma vez que, de acordo com o mencionado nas notas 9 e 10 do Anexo desta entidade, este montante respeita a verbas do projeto *HEALTH FROM PORTUGAL*, no âmbito do PRR, contudo ainda não se verifica a condição para o reconhecimento do ativo, de acordo com o estipulado na FAQ 42 e na Orientação Técnica n.º 6, ambas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Considerando o referido ajustamento, verifica-se uma diminuição do ativo, em cerca de 195,6 k€, quando comparado com o ano transato, o qual se deve, essencialmente, à diminuição verificada na rubrica de créditos a receber (97 k€) e caixa e depósitos bancários (121 k€).

A ACMP5 atingiu um resultado líquido negativo no montante de 167 k€, reflexo de uma diminuição dos rendimentos de vendas e serviços prestados (231 k€) e de um aumento dos gastos com pessoal (116 k€). Esta diminuição do resultado foi compensada com o aumento de rendimentos na rubrica de subsídios (150 k€).

Relativamente aos rácios, conclui-se que a atividade da ACMP5 se traduz num menor desempenho em 2022, visto que todos indicadores apresentam variações negativas, as quais decorrem da diminuição generalizada dos fundos patrimoniais em 167 k€, por via do resultado líquido do período negativo. De realçar que esta entidade apresenta uma diminuta capacidade para solver as suas dívidas no médio e longo prazo, atendendo ao reduzido rácio de solvabilidade.

1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga

A Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga (B'ACIS) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EMed) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e o Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Esta Associação tem por missão o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação através do fomento de atividades científico-tecnológicas, no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

A B'ACIS desenvolve atividade em três unidades de negócio, nomeadamente na prestação de serviços de I&D, na inovação e na formação científica avançada.

No ano de 2022, a B'ACIS reforçou a sua atividade, com o intuito de contribuir para a promoção da inovação nas áreas da biomedicina e da medicina digital, com um forte impacto na economia da região e do país.

Neste contexto, e a título de exemplo, durante o ano de 2022, a B'ACIS:

- Prestou serviços numa empresa com sede no Brasil, a PaccaTech, para validação pré-clínica de um dispositivo médico em desenvolvimento para tratamento de infeções ósseas resultantes de procedimentos cirúrgicos;
- Submeteu a registo 5 novas patentes, sendo três pedidos provisórios e dois pedidos PCT (Portal de Ciência e Tecnologia). Ambos os pedidos são em co-titularidade com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), enquadrando-se na colaboração estabelecida com a empresa Karl Storz;
- Em 2022, para além das *spin-offs* já constituídas, foi criada uma nova empresa, KARION Therapeutics, da qual três fundadoras são investigadoras ou docentes da UMinho.
- Organizou 12 cursos de formação avançada, representando um aumento do número de cursos relativamente ao ano anterior.

A tabela 5 apresenta os principais indicadores económicos e financeiros, respeitantes à atividade da B'ACIS, nos dois últimos anos de atividade.



Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	520 499,78	212 361,45	308 138,33
	Total do Passivo	348 897,70	56 586,93	292 310,77
	Total dos Fundos Patrimoniais	171 602,08	155 774,52	15 827,56
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	441 251,60	263 431,48	177 820,12
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	425 424,04	239 552,01	185 872,03
	Resultado Líquido do Período	15 827,56	23 879,47	-8 051,91
Indicadores	Autonomia Financeira	32,97%	73,35%	-40,38 p.p.
	Solvabilidade	49,18%	275,28%	-226,10 p.p.
	Liquidez Geral	139,72%	330,35%	-190,63 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos patrimoniais	9,22%	15,33%	-6,11 p.p.

No que diz respeito à Tabela 5, importa destacar que a posição financeira melhorou em 2022, verificando-se uma variação positiva generalizada das rubricas do ativo em 308,1 k€.

Ao nível do desempenho financeiro, apesar do aumento da estrutura de rendimentos (177,8 k€) justificada, pelos serviços prestados em 2022, as quais atingiram o montante de 320 k€ (73 % do total de rendimentos), salienta-se a variação negativa do resultado líquido do período (8 k€) derivada, essencialmente, do aumento de fornecimentos e serviços externos (118 k€) e dos gastos com pessoal (76 k€).

Por último, e em relação aos indicadores apresentados, destacam-se as variações negativas da liquidez geral e da solvabilidade (190,63 p.p e 226,10 p.p., respetivamente), as quais decorrem do aumento generalizado das rubricas do passivo, pelo que a entidade pode não apresentar dificuldades em solver os seus compromissos no médio e longo prazo.

1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho

A Associação de Psicologia (APsi), constituída em 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia (EPsi) e dos SASUM, garantindo o desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados.

Este projeto, em atividade desde 2016, intervém na sociedade, através da prestação de serviços da área de psicologia, com o objetivo de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, apoiando pessoas carenciadas, referenciadas pelas entidades locais e institucionais (municípios e outras associações).

Assim, a APsi tem-se destacado na aprovação, promoção, coordenação e apoio a projetos de interação com a sociedade no domínio da Psicologia e domínios afins, de acordo com os princípios e objetivos da EPsi; a disseminação e divulgação dos resultados das atividades de investigação e de produção do conhecimento de modo a promover uma intervenção psicológica de base científica; promover atividades de formação, difusão e desenvolvimento nos diferentes domínios da Psicologia; a prestação de serviços quer à comunidade académica quer à sociedade em geral; a promoção de intercâmbio de ideias e experiências entre os associados e entre estes e o conjunto da comunidade científica, no sentido de incrementar o conhecimento da psicologia e de salientar a sua importância nos domínios da investigação científica; promoção e patrocínio da edição de publicações conformes aos objetivos da Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APSI-UMinho) e que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e relevância da psicologia.

Durante o ano de 2022, foram realizadas diversas atividades no âmbito dos três pilares organizativos:

- Na Unidade de Intervenção Psicológica ficou disponível a Linha de Intervenção Psicológica em Crise da UMinho, realizaram-se atividades previstas no Plano de Ação da “Prevenção do Assédio na UMinho” e no âmbito do projeto *CoAction Against Covid-19*, e foram feitas consultas de especialidade da Subunidade de Psicologia Clínica e da Saúde, Psicologia Escolar e da Educação e Psicologia Social, Comunitária e das Organizações.
- Relativamente à Unidade de Formação e Desenvolvimento Profissional, foram desenvolvidas atividades tais como, Escola de Verão APsi, ciclos de *workshops* na área da liderança e comunicação em equipas, acolhimento de Estagiários Profissionais da Ordem dos Psicólogos Portugueses, e ainda foram solicitados por parte de diferentes agências governamentais nacionais para a assinatura de diferentes acordos de parceria e consultoria.
- Quanto à Unidade de Projetos e Inovação foram desenvolvidos oito projetos no âmbito da APSi-UMinho (como entidade parceira ou proponente).

As variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos encontram-se evidenciadas na Tabela 6.



Tabela 6 - Indicadores APSi, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	120 461,48	75 105,85	45 355,63
	Total do Passivo	36 301,22	21 226,45	15 074,77
	Total dos Fundos Próprios	84 160,26	53 879,40	30 280,86
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	369 487,28	271 060,10	98 427,18
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	361 588,78	269 708,46	91 880,32
	Resultado Líquido do Período	7 898,50	1 351,64	6 546,86
Indicadores	Autonomia Financeira	69,86%	71,74%	-1,87 p.p.
	Solvabilidade	231,84%	253,83%	-21,99 p.p.
	Liquidez Geral	303,64%	325,70%	-22,06 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	9,39%	2,51%	6,88 p.p.

Conforme se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2022, a posição financeira da APSi registou um aumento do ativo, em cerca de 45 k€, bem como um aumento do passivo no montante de 15 k€, relativamente ao período homólogo.

A variação no ativo decorre, essencialmente, das alterações verificadas nas rubricas de outros ativos correntes, na qual se verificou um aumento de cerca de 24 k€, e de caixa e depósitos bancários, onde se verificou um aumento de aproximadamente 25 k€. Por outro lado, as dívidas de clientes desceram 7 k€.

A variação positiva registada no passivo deve-se, essencialmente, ao aumento de outros passivos correntes (21 k€) e, em sentido inverso, os diferimentos desceram 6 k€.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o aumento dos rendimentos em 98,4 k€, comparativamente ao período homólogo, fruto do aumento dos subsídios à exploração (84 k€) e das vendas e serviços prestados (15 k€).

Relativamente aos indicadores, apesar de se ter verificado uma melhoria na posição e no desempenho financeiro, o aumento do verificado no passivo, traduziu-se numa diminuição da liquidez e da solvabilidade.

1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos

O CVR, em atividade desde 2002, centrou a sua atividade, durante o ano de 2022, na prestação de Serviços Técnicos Laboratoriais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico na área da prevenção, tratamento e valorização de resíduos.

O ano de 2022 foi marcado pela obtenção do estatuto de Centro de Tecnologia e Inovação (CTI). O ano também foi marcado pelo término da execução do Plano de Ação Estratégico (PAE-CVR), assente em 2 projetos estruturantes, o CVR-Financiamento Base e o CVR.TechRE4C – *Reinforcing CVR in Ecotoxicity, Sustainability and 4.0 Industry Technologies*. O PAE-CVR, mais concretamente, o “EcoCircle CVR: Rumo a uma Economia Circular Eficiente” assenta nos seguintes eixos:

- Na consolidação de meios do CVR em economia circular, cujo âmbito de trabalho foi desenvolvido nas áreas de valorização energética (AMWTE e Plasma2Gas), e valorização de material de resíduos (*EGR- EcoGreenRoof, ThernFire4Woven, RENew, PDMSMasks4ALL, UPCYCLE4BIZ, BioShoes4all*);
- Na utilização de modelos circulares na economia, promotores de um aumento da eficiência na transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado;
- Na promoção e internacionalização da investigação, desenvolvimento e inovação do CVR; e
- No reforço da Gestão, Marketing e Cooperação Nacional.

Deve ainda ser destacado o reforço das parcerias já anteriormente estabelecidas, de forma a marcar presença nos eventos e grupos de trabalho promovidos no seio do *Smart Waste Portugal* e do CentroHabitat.

A Tabela 7 evidencia as variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos de atividade.



Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	3 378 685,14	3 230 669,50	148 015,64
	Total do Passivo	1 735 891,09	1 622 964,64	112 926,45
	Total do Capital Próprio	1 642 794,05	1 607 704,86	35 089,19
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 011 153,34	1 146 798,53	-135 645,19
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	964 754,41	999 938,57	-35 184,16
	Resultado Líquido do Período	46 398,93	146 859,96	-100 461,03
Indicadores	Autonomia Financeira	48,62%	49,76%	-1,14 p.p.
	Solvabilidade	94,64%	99,06%	-4,42 p.p.
	Liquidez Geral	125,70%	138,87%	-13,17 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	2,82%	9,13%	-6,31 p.p.

Como se pode aferir da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2022, verificou-se uma melhoria da posição financeira, justificada, essencialmente, pelo aumento do ativo (148 k) reflexo do aumento da rubrica ativos fixo tangíveis e de outros créditos a receber (158 k€ e 64 k€, respetivamente). O passivo atingiu o montante de 1,7 M€, representando um aumento de 113 k€ face ao período homólogo, impacto do aumento verificado na rubrica de diferimentos (121 k€), por via da especialização de subsídios à exploração associados à atividade de investigação.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, destaca-se a variação negativa do RLP no montante de sensivelmente 100,5 k€, para a qual contribuiu a variação negativa da rubrica de vendas e serviços prestados (246 k) e, por outro lado, o aumento da rubrica de subsídios em 109 k€.

Ao nível dos indicadores, é de realçar que todos apresentam variações negativas, contudo, verifica-se a capacidade de liquidar e solver os compromissos assumidos pela entidade.

1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho

A TecMinho foi constituída em 24 de julho de 1990, no seio da UMinho.

Ao longo do ano de 2022, o Departamento de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo prosseguiu a sua atividade de identificação, promoção e consolidação de iniciativas de valorização dos resultados de investigação da UMinho, através de licenciamento, estabelecimento de parcerias com empresas (desde microempresas a multinacionais) e apoio à criação de novas empresas intensivas em conhecimento.

No que se refere à gestão da propriedade industrial, cabe destacar os resultados da atividade do Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial:

- 35 novos pedidos de patente;
- 3 sessões de divulgação de propriedade intelectual; e
- 67 contratos de consórcio analisados.

Na área de comercialização de Ciência e Tecnologia, foram identificadas 26 novas tecnologias/resultados de I&D da UMinho com potencial comercial, bem como foi efetuada a divulgação e *marketing* desses resultados. Identificaram-se, ainda, parceiros empresariais para exploração e negociação e gestão de acordos para a sua transferência. Em 2022, a TecMinho apresentou uma dinâmica relevante na participação em projetos nacionais e internacionais, centralmente geridos pela unidade de comercialização de ciência e tecnologia.

Na área do empreendedorismo, a TecMinho promoveu uma cultura empreendedora na UMinho e apoiou o lançamento de projetos empresariais de base tecnológica e conhecimento intensivo. Para tal promoveu:

- 13 aulas abertas;
- 46 reuniões com 65 empreendedores, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo – StarTecMinho;
- 13 ideias de negócio, no âmbito do Laboratório de Ideias de Negócio;
- 2 novas *spin-offs* da Universidade do Minho criadas.

O Departamento de Formação Contínua realizou cursos de formação para os indivíduos em geral, sendo que relativamente às empresas e outras entidades, as intervenções foram desenvolvidas através de projetos integrados de formação, contemplando as necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores.

As atividades de formação do Departamento de Formação e Desenvolvimento inseriram-se nas seguintes tipologias:

- Formação interempresas;
- Formação intraempresas;



- Formação contínua para quadros superiores;
- Formação à distância;
- Seminários/ *workshops*;
- Projetos de desenvolvimento profissional e organizacional; e
- Projetos de investigação em educação e formação.

Em 2022, a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade, processada via TecMinho, totalizou 124 serviços, o que corresponde a um aumento no volume de atividade desenvolvida, quando comparado com o ano de 2021, no qual foram levados a cabo 115 serviços.

As principais variações económico-financeiras da atividade da TecMinho, apresentam-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	3 388 513,96	2 454 498,76	934 015,20
	Total do Passivo	2 788 968,84	1 934 470,62	854 498,22
	Total do Capital Próprio	599 545,12	520 028,14	79 516,98
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 799 087,49	2 729 711,05	69 376,44
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 719 570,51	2 724 881,75	-5 311,24
	Resultado Líquido do Período	79 516,98	4 829,30	74 687,68
Indicadores	Autonomia Financeira	17,69%	21,19%	-3,49 p.p.
	Solvabilidade	21,50%	26,88%	-5,39 p.p.
	Liquidez Geral	113,69%	118,67%	-4,99 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	13,26%	0,93%	12,33 p.p.

Da análise da tabela anterior verificou-se uma melhoria da posição financeira, justificada, essencialmente, pelo aumento das rubricas de outros créditos a receber (953 k€) e de caixa e depósitos bancários (87 k€).

Ao nível do desempenho financeiro verificou-se um aumento dos rendimentos (69 k€), e uma diminuição dos gastos (5 k€). Estas variações traduziram-se num resultado líquido positivo de aproximadamente 79,5 k€, justificado, maioritariamente, pelo aumento dos rendimentos associados ao acréscimo verificado na rubrica de subsídios à exploração em 320 k€ e a uma redução do montante 261 k€ na rubrica de vendas. Por sua vez, a estrutura de gastos manteve-se quase inalterada porque o aumento verificado em fornecimentos e serviços externos (374 k€) foi compensada com a redução de gastos com pessoal (284 k€) e de outros gastos (72 k€).

Através da análise dos indicadores conclui-se que o rácio de liquidez geral demonstra que é possível à TecMinho, no curto prazo, liquidar todas as suas dívidas, contudo, poderão existir dificuldades em solver os compromissos no médio e longo prazo. Ainda, a autonomia financeira demonstra a elevada dependência do recurso a capitais alheios para financiar a sua atividade.

1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

O objetivo principal da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) é, nos termos dos seus estatutos, a “prestação de um serviço de leitura pública, desenvolvendo e prosseguindo as suas atribuições de acordo com a moderna conceção”. Assim, ao longo dos seus últimos 17 anos, a BLCS tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços a favor da comunidade local e regional, promovendo o desenvolvimento de diferentes literacias junto dos cidadãos, ligadas à leitura, escrita, informação, comunicação e cultura científica, para uma sociedade mais informada e inclusiva. Efetivamente a BLCS ambiciona destacar-se a nível nacional pela oferta de serviços e disponibilização de fundos bibliográficos diversificados, valorizando as novas tecnologias aplicadas aos diferentes serviços, de modo a potenciar a pesquisa e recuperação da informação de forma objetiva e eficiente junto dos seus utilizadores.

No ano de 2022, a BLCS continuou a manter o nível de qualidade dos serviços prestados, bem como, de iniciativas culturais e educativas. De modo a consolidar e alargar o seu papel na comunidade, a BLCS promoveu novos programas formativos, educativos e culturais, nomeadamente através da realização de eventos e atividades para as diferentes categorias: crianças, adultos, seniores e público em geral.

Os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da BLCS nos últimos dois anos, e respetiva variação, são apresentados na Tabela 9.



Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	145 193,53	137 669,84	7 523,69
	Total do Passivo	0,00	0,00	0,00
	Total do Património Líquido	145 193,53	137 669,84	7 523,69
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	181 511,38	219 574,75	-38 063,37
	Total de Gastos	173 987,69	190 782,16	-16 794,47
	Resultado Líquido do Período	7 523,69	28 792,59	-21 268,90
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	100,00%	0,00 p.p.
	Solvabilidade	-	-	-
	Liquidez Geral	-	-	-
	Rentabilidade do Património Líquido	5,18%	20,91%	-15,73 p.p.

Da análise da Tabela 9, constata-se uma variação positiva da posição financeira, que poderá ser resumida da seguinte forma:

- Aumento do ativo em cerca de 7,5 k€, justificado, principalmente, pelo aumento da rubrica de caixa e depósitos bancários, a qual ascendia no final do ano a 112,2 k€;
- Não existência de qualquer montante reconhecido no passivo, à semelhança do ano transato;
- Melhoria do património líquido em cerca de 7,5 k€, devido ao resultado líquido do período.

Ao nível do desempenho financeiro destaca-se a diminuição do RLP, justificado, essencialmente, pela diminuição das transferências e subsídios correntes obtidos em 49,9 k€.

Quanto aos indicadores, importa referir que a autonomia financeira de 2022 se fixa nos 100%, devido à inexistência de qualquer passivo.

1.2.9. Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio (IC), é uma Unidade Diferenciada da UMinho criada em associação com o *Hanban* – Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, e vocacionada para o desenvolvimento e aprofundamento dos Estudos Chineses e para a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região envolvente, tendo iniciado a sua atividade, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006.

Ao longo do ano de 2022, o IC promoveu uma série de atividades didáticas e culturais, especificamente no que se refere ao projeto “Ensino de Chinês nas Escolas”, em articulação com 18 escolas de ensino básico e secundário, privadas e públicas, compreendendo um universo de 553 alunos, distribuídos por 54 turmas em vários níveis de aprendizagem e aprofundamento de chinês. Ainda relacionado com este projeto foram reforçadas duas outras iniciativas de grande importância para o IC, designadamente: a *Confucius Classroom*, no colégio Luso-Internacional do Porto, inaugurado a 22 de novembro de 2019, e o Programa de Intercâmbio “Escolas-Irmãs Portugal-China”.

No quadro daquilo que constitui uma das missões do IC, destaca-se a divulgação da língua e cultura chinesas e a promoção da aproximação entre Portugal e a China, tendo sido novamente realizados, ao longo do ano de 2022, os ciclos de conferências intitulados “Património de Origem Chinesa em Portugal” e “Grandes Vultos da Cultura Chinesa”. Adicionalmente, ao longo de 2022, promoveu-se um vasto conjunto de “Oficinas” e “Cursos”, bem como a realização do Exame Oficial de Língua Chinesa – HSK e a realização do Exame Oficial de Oralidade de Língua Chinesa – HSKK.

A tabela seguinte apresenta os principais indicadores referentes à evolução da atividade do IC, entre os anos de 2021 e 2022.



Tabela 10 - Indicadores IC, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	175 217,06	166 946,87	8 270,19
	Total do Passivo	0,00	0,00	0,00
	Total do Património Líquido	175 217,06	166 946,87	8 270,19
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	93 091,81	87 607,36	5 484,45
	Total de Gastos	84 821,62	71 336,93	13 484,69
	Resultado Líquido do Período	8 270,19	16 270,43	-8 000,24
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	100,00%	0,00 p.p.
	Solvabilidade	-	-	-
	Liquidez Geral	-	-	-
	Rentabilidade do Património Líquido	4,72%	9,75%	-5,03 p.p.

Da análise da Tabela 10, relativamente à posição financeira do IC, destaca-se o facto do ano de 2022, continuar sem qualquer montante reconhecido no passivo.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, é de realçar a variação negativa do RLP (8 k€), justificado essencialmente pela diminuição das transferências e subsídios correntes obtidos em 17,9 k€, e do aumento dos gastos com pessoal em 22 k€.

Quanto aos indicadores, importa destacar que, em 2022, a autonomia financeira se manteve em 100%, uma vez que o passivo não apresenta qualquer valor.

1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga

O Centro Clínico Académico (2CA-Braga) resulta de uma parceria, sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde e o Hospital de Braga, E.P.E..

O 2CA-Braga tem por objeto social o desenvolvimento da investigação clínica, enquadrada num ambiente de prestação de cuidados de saúde e a promoção e produção de conhecimento no sentido de tornar os cuidados clínicos mais efetivos, melhorando a qualidade e eficiência assistencial. Os seus principais objetivos consistem na implementação de estrutura independente que desenvolva investigação clínica e de translação de excelência e na constituição de mecanismos de cooperação que tornem possível a participação conjunta em projetos, estudos e exploração de novas ideias e pesquisas de soluções inovadoras.

Até 2022, o centro realizou 262 estudos clínicos, entre os quais, 116 ensaios clínicos com medicamentos experimentais e 30 estudos clínicos com dispositivos médicos.

A Tabela 11 demonstra a evolução da atividade do 2CA-Braga, tendo em consideração os principais indicadores da sua posição e do seu desempenho financeiro.

Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	3 789 644,26	3 289 797,81	499 846,45
	Total do Passivo	3 061 459,60	2 571 631,73	489 827,87
	Total dos Fundos Patrimoniais	728 184,66	718 166,08	10 018,58
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 136 994,80	1 746 351,17	390 643,63
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 125 857,21	1 629 635,65	496 221,56
	Resultado Líquido do Período	11 137,59	116 715,52	-105 577,93
Indicadores	Autonomia Financeira	19,22%	21,83%	-2,61 p.p.
	Solvabilidade	23,79%	27,93%	-4,14 p.p.
	Liquidez Geral	65,91%	108,43%	-42,52 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	1,53%	16,25%	-14,72 p.p.

Da análise da tabela conclui-se que a posição financeira do 2CA-Braga evoluiu positivamente em 2022, uma vez que se verificou um aumento dos fundos patrimoniais, no montante de 10 k€, proporcionado por um aumento da rubrica de créditos a receber (971 k€).

No desempenho financeiro verificou-se uma evolução negativa do resultado líquido, na ordem dos 105,6 k€, principalmente, fruto do aumento dos fornecimentos e serviços externos em 344,7 k€ e pelo aumento verificado na rubrica dos gastos com o pessoal em 131,2 k€.



Relativamente aos indicadores apresentados, verifica-se uma variação negativa em todos os rácios. Por sua vez, o rácio de autonomia financeira indica que a atividade do 2CA-Braga é financiada com recurso a fundos próprios, em 19,22% o que demonstra uma excessiva dependência da entidade em relação a terceiros.

1.2.11. Centro de Computação Gráfica

O Centro de Computação Gráfica (CCG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1993, que atua como um Centro de Interface Tecnológico, responsável por desenvolver e fomentar processos de investigação e inovação, produzindo valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

O ano de 2022 foi muito promissor em várias vertentes, apesar de um ano de transição dos quadros comunitários nacionais, e, portanto, sem abertura de chamadas de projetos de I&D.

Foi um ano intenso entre submissões e algumas aprovações das candidaturas aos PRRs e a submissão com a respetiva aprovação do reconhecimento do CCG como Centro de Tecnologia e Inovação (CTI).

Em 2022, foi iniciada a execução do plano estratégico 2022-2025, com a criação do Gabinete de PMOs (*Project Management Office*), de modo a garantir o cumprimento dos entregáveis, do custo e qualidade dos resultados. A criação do Gabinete da Internacionalização permitiu um esforço concentrado em internacionalizar o CCG, pelo que contribuiu para uma maior participação do CCG em eventos internacionais, como por exemplo, a participação na feira *Hannover Messe* integrado no *stand do cluster PRODUTECH*.

Relativamente à atividade *core* do CCG/ZGDV, destaca-se o desenvolvimento dos projetos “Programa Mobilizadores” nos setores da indústria têxtil, da indústria do calçado, dois projetos na indústria automóvel, da indústria transformadora e cidades inteligentes e arranque dos primeiros projetos, no âmbito do PRR.

Na tabela seguinte são evidenciados os principais indicadores económico-financeiros, e respetiva variação, respeitantes ao CCG.

Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	22 234 268,37	11 161 108,35	11 073 160,02
	Total do Passivo	12 391 946,72	935 972,39	11 455 974,33
	Total dos Fundos Próprios	9 842 321,65	10 225 135,96	-382 814,31
Desempenho Financeiro	Rendimentos	3 692 818,80	2 948 936,98	743 881,82
	Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	3 460 667,65	2 727 950,05	732 717,60
	Resultado Líquido do Período	232 151,15	220 986,93	11 164,22
Indicadores	Autonomia Financeira	44,27%	91,61%	-47,35 p.p.
	Solvabilidade	79,43%	1092,46%	-1013,04 p.p.
	Liquidez Geral	129,60%	807,51%	-677,91 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Próprios	2,36%	2,16%	0,20 p.p.

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2022 o total do ativo do CCG registou uma variação positiva de cerca de 11,1 M€ face a 31 de dezembro de 2021. Esta variação justifica-se essencialmente pelo aumento da rubrica de outros créditos a receber no montante de 10 M€. A variação negativa verificada nos fundos patrimoniais, em cerca de 382,8 k€, deve-se, especialmente, à diminuição da rubrica de ajustamentos/outras variações no fundo patrimonial em 615 k€.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o aumento verificado nos rendimentos, no montante de 743,9 k€, devido, essencialmente, do aumento de trabalhos para a própria entidade em 609 k€. Por sua vez, o aumento dos gastos em 732,7 k€ está, essencialmente, relacionado com os gastos com o pessoal, bem como as depreciações e amortizações reconhecidas no período. Estas variações traduziram-se num RLP positivo, em cerca de 232,2 k€.

Apesar da maioria dos indicadores apresentarem uma variação negativa, a entidade ainda se mostra capaz de solver todos os seus compromissos no médio e longo prazo.

1.2.12. Instituto de Design de Guimarães

A Associação Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) foi constituída em 2012, para promover e apoiar a promoção de ações na área do *design*. A associação teve como génese a parceria existente entre o Município de Guimarães e a UMinho, no âmbito do projeto CAMPURBIS - Parceria para a Regeneração Urbana da Zona de Couros (2008 – 2012), alargada a um conjunto de sócios fundadores, onde se incluem as principais empresas industriais do concelho de Guimarães, com interesse no *design*.



Finalizado o plano de instalação da associação, na antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, o IDEGUI conta atualmente com áreas de formação, geridas pela UMinho, mas abertas a outras instituições de formação. Dispõe ainda de espaços propícios à realização de seminários profissionais e áreas expositivas e de divulgação.

A criação do IDEGUI na cidade de Guimarães permitiu, entretanto, dispor de um vasto conjunto de laboratórios e oficinas onde alunos, *designers* e investigadores, podem desenvolver a sua atividade num ambiente criativo, tirando partido dos mais diversos e modernos meios tecnológicos. O Mestrado em Design de Produto e Serviços e a Licenciatura em Design de Produto da UMinho são desenvolvidos nas instalações do IDEGUI.

O IDEGUI colaborou no projeto FURNISH – *Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat*, iniciativa do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), que responde a um dos principais desafios identificados na cidade de Guimarães.

A Tabela 13 apresenta a evolução da atividade do IDEGUI de 2021 para 2022.

Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	43 061,11	29 343,14	13 717,97
	Total do Passivo	29 609,35	28 351,09	1 258,26
	Total dos Fundos Patrimoniais	13 451,76	992,05	12 459,71
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	125 379,91	100 362,52	25 017,39
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	112 920,20	110 636,54	2 283,66
	Resultado Líquido do Período	12 459,71	-10 274,02	22 733,73
Indicadores	Autonomia Financeira	31,24%	3,38%	27,86 p.p.
	Solvabilidade	45,43%	3,50%	41,93 p.p.
	Liquidez Geral	78,01%	29,44%	48,57 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	92,63%	-1035,64%	1128,26 p.p.

Da análise da Tabela 13, verifica-se uma variação positiva da posição financeira, por via do aumento das suas disponibilidades.

No que diz respeito ao desempenho financeiro realça-se a evolução positiva do resultado líquido, na ordem dos 22,7 k€, devido, principalmente, ao aumento das vendas e serviços prestados, em 21,4 k€ e à diminuição dos gastos com pessoal em 20,8 k€.

Relativamente à análise dos indicadores, verifica-se uma melhoria significativa nos mesmos, apesar de se poder verificar alguma dificuldade na liquidação de dívidas no curto prazo.

1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães

A associação Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, com vista ao desenvolvimento e promoção de processos de investigação e inovação, de forma a produzir valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Em 2022, contrariamente com o antecedido nos últimos dois anos, a atividade do CCVG não foi condicionada. O ano ficou marcado pelo intenso dinamismo no que concerne a atividades escolares, quer as resultantes da articulação com o Pelouro da Educação do Município de Guimarães, quer as que se integraram no Projeto de promoção das Ciências Experimentais na CIM Ave. Foi possível reforçar as formas e conteúdos de prossecução de objetivos programáticos através das plataformas digitais, assim como, o incentivo às atividades externas ao próprio edifício do CCVG.

Durante o ano de 2022 o Curtir Ciência dinamizou um vasto conjunto de atividades presencias e interativas destinadas a diversos públicos e realizadas em diferentes espaços, o que permitiu implementar novos desafios e ofertas.



Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Ativo	189 578,82	205 990,02	-16 411,20
	Passivo	60 263,02	136 771,53	-76 508,51
	Fundo patrimonial	129 315,80	69 218,49	60 097,31
Desempenho Financeiro	Rendimentos	317 015,47	185 873,92	131 141,55
	Gastos (inclui Imposto s/ Rendimento)	186 918,16	170 529,29	16 388,87
	Resultado Líquido do Período	130 097,31	15 344,63	114 752,68
Rácios	Autonomia Financeira	68,21%	33,60%	34,61 p.p.
	Solvabilidade	214,59%	50,61%	163,98 p.p.
	Liquidez Geral	305,73%	146,53%	159,21 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	100,60%	22,17%	78,44 p.p.

Da análise da tabela anterior constata-se uma melhoria da posição financeira, devido à diminuição da rubrica de diferimentos presente no passivo em cerca de 58,3 k€.

Quanto ao desempenho financeiro, destaca-se o aumento do RLP em 114,8 k€, fruto do aumento significativo das transferências correntes e subsídios à exploração obtidos (257,2 k€).

No que concerne à análise dos principais indicadores, verifica-se uma melhoria da posição e do desempenho financeiro, uma vez que todos os indicadores apresentam uma variação positiva, o que representa uma melhor performance da entidade, comparativamente ao período homólogo. De destacar, a variação positiva da solvabilidade e da liquidez geral, o que se traduz num aumento da capacidade de solver e liquidar os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.

1.2.14. Casa de Sarmento

A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património (CS) é uma Unidade Diferenciada (UD) da UMinho, instituída através de um protocolo de cooperação entre o Município de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) e a UMinho. A sua principal missão consiste em estabelecer uma ligação mais profunda entre a Universidade e a comunidade vimaranense, assim como, apoiar o desenvolvimento da missão científica e cultural da SMS.

Na atividade desenvolvida por esta entidade, assume particular importância o tratamento, a catalogação e a divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS, assim como, a colaboração em projetos de investigação que valorizem o seu acervo.

De forma sucinta, descrevem-se em seguida as principais atividades da CS em 2022:

- Digitalização de documentos, tratamento de imagens e publicação na web, tais como, a digitalização de periódicos da Biblioteca Pública de Braga (BPB) e catalogação da coleção dos postais do Coronel Marcelino Barreira;
- Higieneização, inventário e descrição de arquivos;
- Desenvolvimento do Repositório Genealógico Nacional;
- Desenvolvimento da Hemeroteca Digital do Minho;
- Organização e participação em eventos científicos, como nas Jornadas Afonsina 2022 e no Encontro do Grupo de Populações e Saúde do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), entre outros;
- Publicações de trabalhos de investigação, tais como a “A Enfermaria de Cirurgia de Mulheres do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (1878-1893)”, entre outros;
- Publicações com a colaboração da Casa de Sarmento, tais como na coordenação da “Revista Afonsina”, entre outros;
- Participação em projetos de investigação, tais como no *Advancing in the knowledge of the Ensenada Cadastre and other cadastres sources: new perspectives based on complementarity, modelization and innovation*, entre outros;
- Desenvolvimento da página WEB dos Bombeiros Voluntários de Vizela;
- Formação, como o acolhimento de estagiários, entre outros; e
- Desenvolvimento de plataformas informáticas.



A Tabela 15 apresenta, de forma resumida, a evolução da posição e do desempenho financeiro da CS entre os anos de 2021 e 2022.

Tabela 15 - Indicadores CS, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	46 386,76	66 200,52	-19 813,76
	Total do Passivo	16 002,54	21 769,01	-5 766,47
	Total do Capital Próprio	30 384,22	44 431,51	-14 047,29
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	71 249,82	76 234,78	-4 984,96
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	85 297,11	104 025,97	-18 728,86
	Resultado Líquido do Período	-14 047,29	-27 791,19	13 743,90
Indicadores	Autonomia Financeira	65,50%	67,12%	-1,61 p.p.
	Solvabilidade	189,87%	204,10%	-14,23 p.p.
	Liquidez Geral	192,96%	217,93%	-24,97 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	-46,23%	-62,55%	16,32 p.p.

Da análise à Tabela 15, quanto à posição financeira, denota-se uma variação negativa das rubricas generalizadas do ativo (19,8 k€), do capital próprio (14 k€), e do passivo (5,8 k€).

Relativamente ao desempenho, salienta-se que o RLP teve uma variação positiva em 13,7 k€, decorrente da diminuição verificada na rubrica de gastos com fornecimentos e serviços externos (8,5 k€) e na rubrica de gastos com o pessoal (7,5 k€).

Relativamente aos indicadores, destacam-se as variações negativas registadas nos indicadores de liquidez geral, devido à diminuição do ativo, em particular as rubricas de caixa e depósitos e do estado e outros entes públicos. Apesar destas variações, a entidade apresenta indicadores financeiros satisfatórios à exceção da rentabilidade do capital próprio, por via do RLP.

1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros

O Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) é uma associação de direito privado, de matriz marcadamente tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial. O PIEP foi constituído em 13 de dezembro de 2000, por iniciativa da indústria e em colaboração com o Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho, com o objetivo de dar resposta às necessidades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) das empresas do setor, desenvolvendo novos materiais e apoiando a criação de produtos inovadores, tecnologias de processamento e ferramentas produtivas. O PIEP pretende também contribuir na vertente da formação, apoiando o desenvolvimento de recursos humanos, com capacidade e experiência em inovação industrial na área da engenharia de polímeros. Atendendo à multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP está envolvido, a sua interação com a UMinho tem sido extensível a outros departamentos da Universidade, como os Departamentos de Engenharia Mecânica, de Engenharia de Eletrónica Industrial, de Engenharia Civil e o Departamento de Produção e Sistemas.

Para além desta privilegiada relação com a UMinho, o PIEP tem criado parcerias com diversas redes nacionais e internacionais, polos de competitividade e instituições que lhe permitem poder contribuir, em articulação com os diferentes atores, para a definição de estratégias para a inovação e potenciação de negócio, em diversas áreas.

O PIEP encerrou o ano de 2021 com mais duas empresas associadas ao segmento industrial, sendo este segmento o mais significativo, com 49 empresas associadas registadas. Já o segmento das associações setoriais e o segmento público são compostos por 5 e 4 entidades, respetivamente.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas durante 2022 traduziu-se num volume de negócios de 2.380 k€, valor que traduz uma variação positiva de 11%, face a 2021.

O conjunto alargado e consolidado de iniciativas e oportunidades concretizadas durante os períodos anteriores, permitiram uma variação positiva de 24% da componente de subsídios à exploração, que representa 62% do volume de negócios, em 2022.

A Tabela 16 apresenta a variação dos principais indicadores referentes à evolução da atividade do PIEP, registada em 2022, face a 2021.



Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	5 988 727,00	5 398 242,00	590 485,00
	Total do Passivo	3 774 927,00	3 267 332,00	507 595,00
	Total do Capital Próprio	2 213 800,00	2 130 910,00	82 890,00
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 583 604,00	2 342 352,00	241 252,00
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 404 958,00	2 211 241,00	193 717,00
	Resultado Líquido do Período	178 646,00	131 111,00	47 535,00
Rácios	Autonomia Financeira	36,97%	39,47%	-2,51%
	Solvabilidade	58,64%	65,22%	-6,57%
	Liquidez Geral	70,55%	121,82%	-51,27%
	Rentabilidade do Capital Próprio	8,07%	6,15%	1,92%

Conforme evidencia a Tabela 16, ao nível da posição financeira, é de destacar o aumento generalizada das rubricas do ativo em cerca de 590,5 k€, dos fundos patrimoniais na ordem dos 82,9 k€, e do passivo em 507,6 k€.

Relativamente ao desempenho financeiro, verificou-se um aumento do resultado líquido do período em 47,5 k€, derivado do aumento dos subsídios de exploração em 280,9 k€.

Relativamente aos indicadores, todos apresentam variações negativas, exceto a rentabilidade do capital próprio. É de realçar que a liquidez geral se situa nos 70,55%, pelo que a entidade pode apresentar dificuldades em liquidar todas as suas dívidas.

1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho

O Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR) é uma pessoa coletiva de utilidade pública, fundada a 26 de novembro de 1993, que tem como associados a UMinho, a Associação Industrial do Minho, o Município de Braga, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Associação de Municípios do Vale do Ave e a Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho. A sua principal missão consiste no desenvolvimento de estudos jurídicos, promovendo para o efeito as iniciativas que entende mais convenientes, como por exemplo, a constituição de grupos de estudo e a realização de conferências e seminários.

A atividade do CEJUR centra-se, fundamentalmente, na publicação de revistas e na oferta formativa. Sendo assegurada a publicação das seguintes revistas:

- Cadernos de Justiça Administrativa;
- Cadernos de Direito Privado; e
- Cadernos de Justiça Tributária;

A tabela seguinte apresenta a evolução da atividade do CEJUR de 2021 para 2022.

Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	177 376,76	125 329,93	52 046,83
	Total do Passivo	15 430,93	13 602,44	1 828,49
	Total dos Fundos Patrimoniais	161 945,83	111 727,49	50 218,34
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	164 919,12	126 837,78	38 081,34
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	114 700,78	125 297,90	-10 597,12
	Resultado Líquido do Período	50 218,34	1 539,88	48 678,46
Indicadores	Autonomia Financeira	91,30%	89,15%	2,15 p.p.
	Solvabilidade	1049,49%	821,38%	228,11 p.p.
	Liquidez Geral	1149,49%	921,38%	228,11 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	31,01%	1,38%	29,63 p.p.

Da análise da tabela anterior, quanto à posição financeira do CEJUR, verifica-se o aumento do ativo em 52,1 k€, devido, essencialmente, à variação positiva da rubrica de caixa e depósitos bancários (77,1 k€).

No que diz respeito ao desempenho financeiro, regista-se uma variação positiva em 48,7 k€ no resultado líquido, derivada, essencialmente, do aumento das vendas e serviços prestados em 38,1 k€ e da diminuição da imparidade de dívidas a receber em 14,8 k€.



Consequentemente, os diferentes indicadores traduzem uma melhoria performance da entidade, comparativamente ao período homólogo. De destacar os rácios de solvabilidade e de liquidez geral, que se apresentam bastante positivos, pelo que, a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.

1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

O CeNTI é um Instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, e resulta de uma intensa parceria de 3 Universidades, 2 Centros Tecnológicos e 1 Instituto de Novas Tecnologias: a UMinho, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, o CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e o CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel.

O ano de 2022 ficou marcado pela coexistência de uma forte atividade de preparação do futuro e a hesitação sobre o arranque dos projetos do PRR e ainda a normal atividade de I&D referente a um conjunto vasto de projetos.

Apesar do foco nas três áreas fundamentais (Automóvel, Aeronáutica e Espaço; Construção e Arquitetura e Segurança, saúde e bem-estar), o CeNTI obteve excelentes resultados em 2021 com a introdução da nova área (Produção e Armazenamento de Energia), pelo que permitiu em 2022, a aprovação de uma Agenda Mobilizadora do PRR nesta área, sendo o maior dos projetos que o centro tem em carteira.

Relativamente às atividades de I&DT, o CeNTI dinamizou 56 projetos colaborativos, a nível nacional e internacional. Estes projetos constituem a atividade mais expressiva do instituto.

O ano de 2022 ficará marcado pela ocupação do seu novo edifício, permitindo acelerar os investimentos previstos no projeto *AdvanceNano* correspondente à 3^a fase de grande investimento em infraestrutura da vida do centro.

Na tabela infra apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros, à data de 31 de dezembro 2022 (comparativamente ao ano de 2021).

Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	14 337 683,07	14 682 935,30	-345 252,23
	Total do Passivo	8 019 282,61	7 049 233,73	970 048,88
	Total dos Fundos Patrimoniais	6 318 400,46	7 633 701,57	-1 315 301,11
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	6 740 476,09	6 393 180,18	347 295,91
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	7 111 154,82	6 350 540,01	760 614,81
	Resultado Líquido do Período	-370 678,73	42 640,17	-413 318,90
Indicadores	Autonomia Financeira	44,07%	51,99%	-7,92 p.p.
	Solvabilidade	78,79%	108,29%	-29,50 p.p.
	Liquidez Geral	118,65%	159,31%	-40,66 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-5,87%	0,56%	-6,43 p.p.

Da análise da Tabela 18, relativamente à posição financeira, é de destacar a variação negativa registada nos fundos patrimoniais (1,3 M€), resultante, essencialmente, da redução da rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais em 903 k€, devido ao reconhecimento de subsídios ao investimento a resultados.

Relativamente ao desempenho financeiro, é de sublinhar a diminuição do resultado líquido do período, em cerca de 413,3 k€, justificado pelo aumento dos gastos com pessoal (385,7 k€) e dos gastos de depreciação e de amortização (350 k€).

Ao nível dos indicadores verificam-se variações negativas. Apesar destas variações, a entidade ainda apresenta capacidade para liquidar todas as suas dívidas no curto prazo.

1.2.18. Expertissues – European Institute of Excellence for Tissue

A Expertissues é um Agrupamento Europeu de Interesse Económico sem fins lucrativos, constituído em 2009, com o intuito de facilitar o desenvolvimento e melhoria das atividades dos seus membros, nomeadamente:

- Combater e superar a fragmentação existente na Investigação Científica, no campo da Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa;
- Desenvolver novas tecnologias de engenharia de tecidos para tratamentos terapêuticos;
- Desenvolver o conhecimento e a propriedade intelectual;
- Conhecer e implementar cursos europeus de pós-graduação;
- Contribuir para os objetivos do Comité Europeu de Normalização (CEN) e da União Europeia;



- Fomentar a diversidade de género na área da Investigação Europeia; e
- Desenvolver uma plataforma de investigação especializada e altamente especializada e altamente competitiva para convites à apresentação de propostas e projetos.

Tabela 19 – Indicadores da Expertissues, em euros

Principais Indicadores		2022	2021	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	47 181,63	50 496,36	-3 314,73
	Total do Passivo	8,31	0,00	8,31
	Total dos Fundos Patrimoniais	47 173,32	50 496,36	-3 323,04
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	0,00	0,00	0,00
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	9 571,44	5 363,98	4 207,46
	Resultado Líquido do Período	-9 571,44	-5 363,98	4 207,46
Indicadores	Autonomia Financeira	99,98%	100,00%	-0,02 p.p.
	Solvabilidade	567 669,31%	-	-
	Liquidez Geral	160 464,98%	-	-
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-20,29%	-10,62%	-9,67 p.p.

Conforme análise da tabela anterior, no que concerne à posição financeira, verifica-se uma variação negativa generalizada, derivada da redução da rubrica caixa e depósitos bancários em 16,9 k€.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, destaca-se a variação negativa do RLP em 4,2 k€, justificada pelo aumento de gastos de depreciação e de amortização no montante de 4,7k €. De realçar, a não existência de qualquer valor reconhecido nos rendimentos, à semelhança do ano transato.

Quanto aos indicadores apresentados, importa referir que a autonomia financeira deixou de se manter nos 100%. Relativamente aos rácios de solvabilidade e liquidez, estes apresentam-se bastante positivos pelo que a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.



III – RELATO FINANCEIRO



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. Enquadramento macroeconómico internacional

O ano de 2022, de acordo com o “World Economic Outlook Update”, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em janeiro de 2023, foi marcado pela luta global contra a inflação, pelos impactos da invasão da Ucrânia pela Rússia e do conflito armado que se seguiu, bem como pela permanência de efeitos da crise pandémica provocada pelo Covid-19.

O Boletim Económico n.º 2/2022 do Banco Central Europeu (BCE), indicava que, no início de 2022, a economia dava sinais de recuperação, pelo desvanecimento da variante Ómicron do coronavírus (Covid-19), apesar de a pandemia continuar a ser um importante fator de risco para a economia mundial. Considera-se que o ano de 2022 ficou marcado pela guerra na Ucrânia, geradora de grandes incertezas acerca das perspetivas mundiais, seja na atividade económica, no comércio internacional, na inflação dos custos dos produtos energéticos e matérias-primas, consequentemente estas perspetivas refletiram-se numa diminuição da confiança do mercado.

As projeções macroeconómicas de março de 2022, presentes no referido Boletim, tiveram por base uma primeira avaliação das implicações da guerra na Ucrânia, as quais obrigaram à revisão do produto interno bruto (PIB) em baixa no curto prazo, assim como a uma revisão em alta dos valores da inflação. Por sua vez, o BCE definiu que as trajetórias das taxas de juro diretoras seriam determinadas pelo compromisso de regresso a uma estabilização das taxas de inflação a 2% no médio prazo, sendo que em março de 2022 as previsões para a inflação anual de 2022 eram de 5,1%, para 2023 de 2,1% e para 2024 de 1,9%.

Contudo, considerando o teor o Boletim Económico n.º 5/2022 do BCE, verificou-se uma subida contínua da taxa de inflação no 2º trimestre de 2022, atingindo 8,6% no mês de junho, devido sobretudo à subida dos preços dos produtos energéticos. Tal como referido no parágrafo anterior, para se atingir o objetivo de uma taxa de inflação de 2%, tornou-se necessário subir as taxas de juro diretoras em 50 pontos base, por forma a retirar poder de compra do mercado e consequentemente diminuir a procura de bens.

Importa referir que ao longo do ano de 2022, como resposta à invasão da Ucrânia pela Rússia, a União Europeia impôs sanções contra a Rússia, com o intuito de impedir a capacidade de prossecução da agressão, que se juntaram a outras medidas já impostas à Rússia desde 2014. Estas medidas, no seu conjunto, causaram impactos na economia europeia, restringindo as importações e exportações, o que se refletiu num aumento dos custos de energia para a Europa.

De acordo com as “Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema”, de dezembro de 2022, do BCE, a inflação situou-se nos 10% em novembro, verificando-se uma diminuição de 0,6 pontos percentuais (p.p.) face a outubro, resultado de uma menor inflação dos produtos energéticos. No referido relatório, as projeções da inflação global foram revistas em alta, prevendo-se uma taxa média de inflação em 2022 de 8,4%, a qual previsivelmente descerá em 2023 para 6,3%, em 2024 para 3,4% e em 2025 para 2,3%. Consequentemente, verificou-se que o crescimento económico na área do euro abrandou para 0,3% no terceiro trimestre do ano de 2022, provocado pela elevada inflação e condições de financiamento mais restritivas, as quais estavam a travar a despesa e a produção, pois as medidas para abrandar a inflação provocaram uma redução nos rendimentos reais das famílias e um aumento dos custos das empresas, nomeadamente as que estão mais expostas ao financiamento.

Face ao exposto, prevê-se que o crescimento real anual do PIB na área do euro, em 2023, seja baixo. Conforme indicam as projeções para a economia, prevendo-se para 2023 uma taxa de crescimento de 0,5%, para 2024 de 1,9% e para 2025 de 1,8%.

Por sua vez, prevê-se que a taxa de crescimento do PIB real mundial (excluindo a área do euro) abrande para 2,6% em 2023, recuperando depois gradualmente para 3,1% e 3,3% em 2024 e 2025, respetivamente. Já no que diz respeito às importações mundiais (excluindo a área do euro), estas registaram uma expansão de 5,6% em 2022, mas projeta-se que o crescimento abrande para 1,9% em 2023, recuperando depois para 3,3% em 2024 e permanecendo estável em 2025.

Por fim, o aumento da restritividade da política monetária, fez com que o recurso a empréstimos esteja a tornar-se cada vez mais caro para empresas e famílias, pelo que a conjuntura de estabilidade financeira tem-se deteriorado, devido a uma economia mais fraca e ao crescente risco de incobrabilidade de crédito. Neste sentido, de acordo com o Boletim Económico n.º 8 do BCE, de janeiro de 2023, as taxas de juro diretoras ainda terão de aumentar de forma significativa a um ritmo constante, para que sejam atingidos níveis suficientemente restritivos para assegurar um retorno atempado da inflação ao objetivo de 2% a médio prazo.



2.2. Enquadramento macroeconómico nacional

A evolução da economia portuguesa tem sido, como no resto do mundo, condicionada pela guerra na Ucrânia, devido à incerteza geopolítica e ao custo dos produtos energéticos. Consequentemente, após o período de recuperação da crise pandémica, projeta-se uma desaceleração da atividade económica portuguesa, tal como no resto do mundo, tendo em consideração as projeções do Boletim Económico do Banco de Portugal (BdP), de dezembro de 2022, as quais apontavam para um PIB de 1,5% em 2023, verificando-se uma redução face a 2022 de 5,3 p.p., e um PIB de 2% para 2024 e 2025.

Estes dados traduzir-se-ão, no primeiro semestre de 2023, numa moderação das despesas das famílias, devido à incerteza global, aos preços energéticos elevados, à diminuição do poder de compra, ao enfraquecimento da procura externa e às condições financeiras. Já no segundo semestre, existe uma expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos e que a absorção de fundos europeus, nomeadamente do Plano de Recuperação e Resiliência, suporte uma evolução mais favorável do investimento. Contudo, estes fatores conjunturais favoráveis, serão balanceados pelo elevado grau de exposição da economia portuguesa ao financiamento a taxas de juro variáveis, pelo que o investimento será afetado negativamente, o que constitui um entrave à atividade económica.

O BdP, no Boletim Económico, de dezembro de 2022, refere que existe uma grande incerteza quanto à projeção da inflação, decorrente, essencialmente, da evolução da crise energética na Europa, tendo em 2022 atingido os 8,1%; contudo, espera-se uma redução da mesma para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025.

Tal como já referido, o consumo privado registou um forte crescimento de 5,9% em 2022, resultado da recuperação do nível pré pandémico, tendo contribuído para este efeito a poupança acumulada na pandemia. Para 2023 prevê-se uma taxa de crescimento inferior, fixando-se apenas nos 0,2%, justificada, para além do já referido quanto à pandemia, pelo aumento das taxas de juro e da inflação; refira-se que as previsões para 2024 e 2025 fixam-se numa taxa de crescimento de 1%. Este aumento na previsão de crescimento está relacionado com a expectativa de redução da inflação e estabilização das taxas de juros, em consonância com os objetivos do BCE.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, apesar do aumento da inflação e das taxas de juros, aquele manteve um comportamento favorável, apresentando uma taxa de desemprego de 5,9% em 2022, prevendo-se uma estabilização desta taxa para o período de 2023 a 2025, devido, essencialmente, à escassez de mão de obra e à evolução demográfica desfavorável, pelo que se torna crucial a aposta no aumento das qualificações para o trabalho.

Por fim, a evolução económica assume-se como muito incerta, decorrente essencialmente da evolução do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e de problemas relacionados com o abastecimento de energia, o aumento de salários ou dos lucros das empresas subirem mais do que se espera, o que provocará um incentivo ao aumento da taxa de inflação, o que será desfavorável ao crescimento económico.



3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA

3.1. Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível da ótica financeira, nomeadamente quanto às liquidações e obrigações, e da ótica monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, procedeu-se à consolidação orçamental através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação os SASUM.

3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados

A tabela infra apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 20 - Desagregação dos recebimentos consolidados

RECEBIMENTOS	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Receita Corrente	145 646 377,16	91,70	131 811 778,50	91,65	13 834 598,66	10,50
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e out. penal.	22 372 539,06	14,09	21 564 215,55	14,99	808 323,51	3,75
R4 Rend. de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R5 Transferências Correntes	113 500 707,35	71,46	102 548 834,41	71,30	10 951 872,94	10,68
R51 Administrações Públicas	76 591 884,55	48,22	71 178 301,76	49,49	5 413 582,79	7,61
R511 Adm. Central - Estado	73 334 500,38	46,17	70 575 844,10	49,07	2 758 656,28	3,91
R512 Adm. Central – Out. ent.	3 242 403,53	2,04	595 009,62	0,41	2 647 393,91	444,93
R513 Segurança Social	14 980,64	0,01	7 448,04	0,01	7 532,60	101,14
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R52 Exterior - U.E	33 250 620,30	20,94	28 530 308,01	19,84	4 720 312,29	16,54
R53 Outras	3 658 202,50	2,30	2 840 224,64	1,97	817 977,86	28,80
R6 Vendas de bens e serviços	9 374 996,64	5,90	7 419 644,06	5,16	1 955 352,58	26,35
R7 Outras receitas correntes	398 134,11	0,25	279 084,48	0,19	119 049,63	42,66
Receita de capital	12 987 481,14	8,18	10 084 030,51	7,01	2 903 450,63	28,79
R8 Vendas de bens de invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R9 Transferências de capital	12 987 481,14	8,18	10 084 030,51	7,01	2 903 450,63	28,79
R91 Administrações Públicas	12 987 481,14	8,18	10 076 580,76	7,01	2 910 900,38	28,89
R911 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	49 203,51	0,03	-49 203,51	100,00
R912 Adm. Central – Out. ent.	12 987 481,14	8,18	10 027 377,25	6,97	2 960 103,89	29,52
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R92 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R93 Outras	0,00	0,00	7 449,75	0,01	-7 449,75	-100,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 RNAP	193 671,10	0,12	1 929 433,02	1,34	-1 735 761,92	-89,96
R12 Rec. c/ ativos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R13 Rec. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Recebimentos	158 827 529,40	100,00	143 825 242,03	100,00	15 002 287,37	10,43

Conforme se pode observar pela análise da tabela anterior, verifica-se uma variação positiva de 15 M€ (10,43%) entre os montantes recebidos em 2022 e o período homólogo.



No que diz respeito aos recebimentos correntes, estes representam 91,70% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, sendo de realçar o aumento de cerca de 11 M€ na rubrica transferências correntes, referentes essencialmente a verbas provenientes de entidades financiadoras no âmbito da atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

Importa ainda destacar que as receitas cobradas em taxas, multas e outras penalidades sofreram um aumento de 0,8 M€, embora o seu peso face às receitas totais do Grupo tenha diminuído ligeiramente (0,91 p.p.), devido, essencialmente, ao aumento do peso verificado nas rubricas de transferências correntes.

Contudo, denota-se que a dotação do Orçamento de estado (OE), no montante de 73,3 M€, representa 46,17% do total da receita arrecadada, sendo de realçar uma diminuição da dependência do OE de 2,90 p.p., comparativamente a 2021.

No que diz respeito aos recebimentos de capital, em 31 de dezembro de 2022, estes representam 8,18% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, verificando-se uma variação positiva de 1,17 p.p., quando comparado com 31 de dezembro de 2021. Este aumento de 2,9 M€ justifica-se, essencialmente, pelo recebimento de verbas que visam financiar despesas de capital associadas à atividade de I&D do Grupo Público.

Decorrente do exposto nos parágrafos anteriores, pode-se concluir que o aumento dos recebimentos do Grupo Público UMinho, em cerca de 15 M€, deve-se, na sua maioria, ao aumento das verbas recebidas no âmbito da atividade de I&D, sejam classificadas como correntes ou de capital, as quais, também dizem respeito a reembolsos de pedidos de pagamento que se encontravam em atraso por parte das entidades financiadoras.

A Tabela 21 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 21 - Desagregação dos pagamentos consolidados

PAGAMENTOS	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Despesa Corrente	143 659 672,27	96,02	141 175 296,63	94,80	2 484 375,64	1,76
D1 Despesas com o pessoal	104 764 900,73	70,02	101 092 807,00	67,88	3 672 093,73	3,63
D11 Rem. Certas e Permanentes	83 151 549,22	55,58	80 881 442,04	54,31	2 270 107,18	2,81
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 851 448,22	1,24	1 425 315,24	0,96	426 132,98	29,90
D13 Segurança Social	19 761 903,29	13,21	18 786 049,72	12,61	975 853,57	5,19
D2 Aquisição de bens e serviços	25 105 379,04	16,78	20 928 769,28	14,05	4 176 609,76	19,96
D3 Juros e outros encargos	207 571,85	0,14	175 426,23	0,12	32 145,62	18,32
D4 Transferências correntes	12 944 144,83	8,65	18 643 619,43	12,52	-5 699 474,60	-30,57
D41 Administrações Públicas	1 964 283,65	1,31	1 506 678,64	1,01	457 605,01	30,37
D411 Adm. Central — Estado	12 605,96	0,01	0,00	0,00	12 605,96	-
D412 Adm. Central – Out. ent.	1 951 677,69	1,30	1 506 678,64	1,01	444 999,05	29,54
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	2 030 790,67	1,36	1 133 881,79	0,76	896 908,88	79,10
D43 Famílias	8 070 868,43	5,39	8 923 262,09	5,99	-852 393,66	-9,55
D44 Outras	878 202,08	0,59	7 079 796,91	4,75	-6 201 594,83	-87,60
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D6 Outras despesas correntes	637 675,82	0,43	334 674,69	0,22	303 001,13	90,54
Despesas de capital	5 854 113,79	3,91	7 744 174,21	5,20	-1 890 060,42	-24,41
D7 Investimento	5 854 113,79	3,91	7 744 174,21	5,20	-1 890 060,42	-24,41
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D812 Adm. Central – Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D9 Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D10 Desp. com ativos financ.	102 500,00	0,07	300,00	0,00	102 200,00	34 066,67
D11 Desp. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Despesa	149 616 286,06	100,00	148 919 770,84	100,00	696 515,22	0,47



No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, e em comparação com o ano de 2021, verificou-se uma variação positiva, de aproximadamente 0,47%, atingindo em 2022 um total de pagamentos no montante de 149,6 M€.

Tal como verificado no ano anterior, em 2022, os pagamentos relacionados com as despesas correntes representam quase a totalidade (96,02%) dos pagamentos do Grupo Público. Destes, destacam-se as despesas com pessoal que aumentaram cerca de 3,7 M€, justificado, essencialmente, pelas variações positivas verificadas na entidade mãe decorrente do efeito da avaliação do desempenho dos docentes em 1,9 M€, pelo aumento do número do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão (PTAG) e dos encargos com a aplicação das medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas e dos trabalhadores em regime de direito privado na ordem dos 1,1 M€ e, ainda, pelo aumento de 0,3 M€ em despesas com ajudas de custo.

Por outro lado, realçam-se os pagamentos efetuados com a aquisição de bens e serviços correntes, onde se verifica um aumento de cerca de 4,2 M€, consequência do aumento generalizado dos preços, sobretudo devido à guerra na Ucrânia, que se fez sentir na generalidade das aquisições, sendo de realçar o aumento dos encargos com as instalações, as aquisições de material de laboratório e reagentes e as deslocações e estadas, justificando-se, este último, também com o regresso à normalidade no que diz respeito às interrupções causadas pela pandemia de Covid-19.

A diminuição verificada na rubrica de transferências correntes em cerca de 5,7 M€, face ao ano 2021, resulta da redução de devolução às entidades financiadoras e transferências para parceiros no âmbito da atividade de investigação pelo Grupo Público UMinho.

Relativamente às despesas de capital, apesar de representarem uma pequena parte (3,91%) dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho, estas sofreram um decréscimo de aproximadamente 1,9 M€, devido principalmente à aquisição de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público.

3.1.2. Direitos e obrigações consolidados

A Tabela 22 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos, bem como à variação entre períodos.

Tabela 22 - Desagregação dos direitos consolidados

DIREITOS	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Direitos Correntes	146 799 112,04	91,74	132 906 515,30	91,72	13 892 596,74	10,45
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e out. penal.	23 264 909,61	14,54	23 183 492,02	16,00	81 417,59	0,35
R4 Rend. de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R5 Transferências Correntes	113 621 323,20	71,01	102 692 704,42	70,87	10 928 618,78	10,64
R51 Administrações Públicas	76 554 884,62	47,84	71 215 301,69	49,14	5 339 582,93	7,50
R511 Adm. Central - Estado	73 334 500,38	45,83	70 575 844,10	48,70	2 758 656,28	3,91
R512 Adm. Central - Out. ent.	3 205 403,60	2,00	632 009,55	0,44	2 573 394,05	407,18
R513 Segurança Social	14 980,64	0,01	7 448,04	0,01	7 532,60	101,14
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R52 Exterior - U.E	33 426 103,21	20,89	28 513 569,98	19,68	4 912 533,23	17,23
R53 Outras	3 640 335,37	2,28	2 963 832,75	2,05	676 502,62	22,83
R6 Vendas de bens e serviços	9 514 745,12	5,95	6 751 234,38	4,66	2 763 510,74	40,93
R7 Outras receitas correntes	398 134,11	0,25	279 084,48	0,19	119 049,63	42,66
Direitos de capital	12 987 481,14	8,12	10 084 030,51	6,96	2 903 450,63	28,79
R8 Vendas de bens de invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R9 Transferências de capital	12 987 481,14	8,12	10 084 030,51	6,96	2 903 450,63	28,79
R91 Administrações Públicas	12 987 481,14	8,12	10 076 580,76	6,95	2 910 900,38	28,89
R911 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	49 203,51	0,03	-49 203,51	100,00
R912 Adm. Central - Out. ent.	12 987 481,14	8,12	10 027 377,25	6,92	2 960 103,89	29,52
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-



DIREITOS	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R92 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R93 Outras	0,00	0,00	7 449,75	0,01	-7 449,75	-100,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 RNAP's	224 558,10	0,14	1 921 753,12	1,33	-1 697 195,02	-88,31
R12 Rec. ativos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R13 Rec. passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total de Direitos	160 011 151,28	100,00	144 912 298,93	100,00	15 098 852,35	10,42

Como se pode verificar da análise da tabela acima, os direitos correntes representam aproximadamente 91,74% (91,72% em 31/12/2021) dos direitos totais do Grupo Público UMinho, onde se destaca a rubrica de transferências correntes, em particular a que respeitante ao OE, cujo peso é de 45,83% (48,70% em 31/12/2021).

Nos direitos correntes é de destacar o aumento de, aproximadamente, 8,2 M€ na rubrica transferências correntes (com exceção de transferências do Estado), relacionados essencialmente com direitos referentes à atividade de I&D do Grupo Público, conforme explicado no ponto anterior do presente Relatório.

Com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, apresentam-se na Tabela 23 as obrigações consolidadas, discriminadas por rubrica orçamental.

Tabela 23 - Desagregação das obrigações consolidadas

OBRIGAÇÕES	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Obrigações Correntes	147 864 708,06	96,04	147 460 840,70	94,35	403 867,36	0,27
D1 Despesas com o pessoal	108 204 500,36	70,28	104 566 303,51	66,90	3 638 196,85	3,48
D11 Rem. Certas e Perman.	85 196 446,41	55,34	82 973 113,46	53,09	2 223 332,95	2,68
D12 Abonos Var. ou Eventuais	1 875 038,50	1,22	1 431 125,14	0,92	443 913,36	31,02
D13 Segurança Social	21 133 015,45	13,73	20 162 064,91	12,90	970 950,54	4,82
D2 Aquisição de bens e serv.	25 720 971,86	16,71	23 596 768,32	15,10	2 124 203,54	9,00
D3 Juros e outros encargos	227 921,28	0,15	175 426,23	0,11	52 495,05	29,92
D4 Transferências correntes	12 950 236,10	8,41	18 745 725,62	11,99	-5 795 489,52	-30,92
D41 Administrações Públicas	1 964 283,65	1,28	1 606 678,64	1,03	357 605,01	22,26
D411 Adm. Central — Estado	12 605,96	0,01	0,00	0,00	12 605,96	-
D412 Adm. Central – Out. ent.	1 951 677,69	1,27	1 606 678,64	1,03	344 999,05	21,47
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	2 031 710,84	1,32	1 133 881,79	0,73	897 829,05	79,18
D43 Famílias	8 076 039,53	5,25	8 925 368,28	5,71	-849 328,75	-9,52
D44 Outras	878 202,08	0,57	7 079 796,91	4,53	-6 201 594,83	-87,60
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D6 Outras despesas correntes	761 078,46	0,49	376 617,02	0,24	384 461,44	102,08
Obrigações de capital	5 993 747,07	3,89	8 829 902,55	5,65	-2 836 155,48	-32,12
D7 Investimento	5 993 747,07	3,89	8 829 902,55	5,65	-2 836 155,48	-32,12
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D812 Adm. Central – Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D10 Desp. c/ ativos financ.	102 500,00	0,07	300,00	0,00	102 200,00	34 066,67
D11 Desp. c/ passiv. financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total de Obrigações	153 960 955,13	100,00	156 291 043,25	100,00	-2 330 088,12	-1,49



Quanto às obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, estas sofreram uma variação negativa de 1,49% face ao período homólogo, e na linha do que se verifica nos pagamentos consolidados, também as obrigações consolidadas correntes são as mais significativas, as quais representam cerca de 96,04% (94,35% em 31/12/2021) do total das obrigações do Grupo.

Tal como nos pagamentos consolidados, o aumento na rubrica de despesas com o pessoal é justificado pelo efeito da avaliação do desempenho dos docentes, pelo aumento do número do PTAG e dos encargos com a aplicação das medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas e dos trabalhadores em regime de direito privado.

Quanto à rubrica de aquisições de bens e serviços, esta registou uma variação positiva de cerca de 2,1 M€ e como explicado no ponto referente aos pagamentos consolidados, é justificado pelo aumento da inflação, consequência da guerra na Ucrânia, que se fez sentir na generalidade das aquisições e também do regresso à normalidade no que diz respeito às interrupções causadas pela pandemia de Covid-19.

No mesmo sentido, a diminuição verificada na rubrica de transferências correntes em cerca de 5,8 M€, face ao ano 2021, resulta da redução de devolução às entidades financiadoras e transferências para parceiros no âmbito da atividade de investigação pelo Grupo Público UMinho.

As obrigações de capital, tal como justificado nos pagamentos consolidados, sofreram uma variação negativa de 2,8 M€, impacto da diminuição de aquisições de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público.

3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados

Em resumo, considera-se pertinente destacar, o evidenciado na Tabela 24, referente aos principais indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho, em 31 de dezembro de 2022 e período homólogo.

Tabela 24 - Indicadores orçamentais

Indicadores	31/12/2022	31/12/2021	Variação (2022-2021)
Recebimentos totais (sem operações de tesouraria)	158 827 529,40	143 825 242,03	15 002 287,37
Recebimentos correntes/Recebimentos totais	91,70%	91,65%	0,05 p.p.
Pagamentos totais (sem operações de tesouraria)	149 616 286,06	148 919 770,84	696 515,22
Pagamentos correntes/Pagamentos totais	96,02%	94,80%	1,22 p.p.
Direitos totais	160 011 151,28	144 912 298,93	15 098 852,35
Direitos correntes/Direitos totais	91,74%	91,72%	0,02 p.p.
Obrigações totais	153 960 955,13	156 291 043,25	-2 330 088,12
Obrigações correntes/Obrigações totais	96,04%	94,35%	1,69 p.p.

Do exposto na tabela anterior pode-se concluir que

- Os recebimentos consolidados totais registados em 2022, cifraram-se em cerca de 158,8 M€, sendo que em 2021 atingiram, aproximadamente, 143,8 M€. Verifica-se assim uma variação positiva de receita arrecadada pelo Grupo Público, no montante de 15 M€;
- Os recebimentos correntes continuam a representar a maior fatia dos recebimentos totais do Grupo Público, tendo-se verificado um ligeiro aumento, face ao ano de 2021, na ordem dos 0,05 p.p., atingindo em 2022 um peso de 91,70%;
- No ano de 2022, os pagamentos consolidados totais ascenderam a 149,6 M€, enquanto que no ano transato haviam ascendido a 148,9 M€. Tal como exposto anteriormente, este aumento, no montante de 0,7 M€, justifica-se, essencialmente, pelo aumento de despesas com o pessoal (3,7 M€), aumento com aquisição de bens e serviços (4,2 M€), e, por outro lado, uma redução de transferências correntes (5,7 M€) e aquisições de capital (1,9 M€).
- Tal como já verificado em 2021, os pagamentos correntes consolidados em 2022, continuaram a representar quase a totalidade dos pagamentos do Grupo Público, tendo estes ascendido a 96,02%; e
- Importa salientar que as obrigações consolidadas em 2022, ascenderam a cerca de 154 M€, enquanto que os pagamentos consolidados ascenderam a 149,6 M€, pelo que existe um diferencial de cerca de 4,4 M€ de obrigações, que serão pagas com recurso a rendimentos de 2023.

Do exposto pode-se concluir que tanto os recebimentos/direitos correntes como os pagamentos/obrigações correntes, continuam a representar a maior fatia da atividade orçamental do Grupo Público UMinho.



3.2. Análise económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, conforme apresentado na tabela 1, do ponto 1.1., tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (SASUM, ACMP5, B'ACIS, APsi, CVR, TecMinho e EXPERTISSUES) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (BLCS, IC, 2CA-Braga, CCG, IDEGUI, CS, PIEP, CCGV, CeNTI e CEJUR). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo modelo do custo.

3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado

3.2.1.1. Ativo consolidado

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas do ativo a 31 de dezembro de 2022, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 25 - Estrutura do ativo consolidado, em euros

ATIVO	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Ativo não corrente	141 311 715,28	69,40	144 792 094,88	72,83	-3 480 379,60	-2,40
Dev. p/ transf. e subs. não reemb.	14 095 801,01	6,92	17 003 875,70	8,55	-2 908 074,69	-17,10
Clientes, contribuintes e utentes	23 074 944,46	11,33	22 744 682,11	11,44	330 262,35	1,45
Outro ativo corrente	2 011 431,01	0,99	1 571 060,99	0,79	440 370,02	28,03
Caixa e depósitos	23 121 072,63	11,36	12 688 298,92	6,38	10 432 773,71	82,22
Total	203 614 964,39	100,0	198 800 012,60	100,0	4 814 951,79	2,42

Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2022 e 2021, é possível destacar uma variação positiva de cerca de 4,8 M€. Este aumento é justificado essencialmente pelos seguintes pontos:

- A rubrica caixa e depósitos registou um acréscimo no montante de cerca de 10,4 M€, em 2022, justificado, essencialmente, pelo facto da entidade mãe ter recebido nos últimos dias do ano o montante de cerca de 8,7 M€ de entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, e 1,3 M€ relativos a outros recebimentos;
- Aumento da rubrica outro ativo corrente em cerca de 0,4 M€ respeitantes a dívidas de outros devedores;
- O aumento das dívidas de clientes, contribuintes e utentes, no montante de 330 k€, é justificada, essencialmente, pelo aumento das dívidas de utentes;
- A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, reflete uma diminuição das dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, no montante de cerca de 2,9 M€, justificado essencialmente pela regularização de pedidos de pagamento em atraso das entidades financiadoras da entidade mãe; e
- O ativo não corrente registou uma diminuição de aproximadamente 3,5 M€, em virtude da diminuição de ativos fixos tangíveis, uma vez que não houve aquisições que compensassem as depreciações.

3.2.1.2. Património líquido consolidado

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado em 31 de dezembro de 2022, face a 31 de dezembro de 2021, é apresentada na tabela seguinte:



Tabela 26 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Património	140 621 464,39	95,58	140 621 464,39	97,41	0,00	0,00
Resultados transitados	-71 651 817,19	-48,70	-69 616 478,69	-48,22	-2 035 338,50	2,92
Ajustamentos em ativos financeiros	5 876 317,06	3,99	5 816 458,60	4,03	59 858,47	1,03
Excedentes de revalorização	3 650,93	0,00	3 813,20	0,00	-162,27	-4,26
Outras variações no património líquido	67 971 341,53	46,20	68 112 300,78	47,18	-140 959,25	-0,21
Resultado líquido do período	3 264 064,89	2,22	-1 549 270,11	-1,07	4 813 335,00	-310,68
Interesses que não controlam	1 038 546,17	0,71	973 916,46	0,67	64 629,71	6,64
Total	147 123 567,79	100,00	144 362 204,63	100,00	2 761 363,16	1,91

Conforme evidenciado na tabela anterior, o montante do património líquido consolidado ascendeu a 147,1 M€, o qual evidencia um aumento de aproximadamente 2,8 M€, face a 31 de dezembro de 2021, correspondendo a um acréscimo de 1,91%, que decorre, fundamentalmente, do seguinte:

- A rubrica de resultados transitados do Grupo Público UMinho apresentou uma diminuição que ascende a 2 M€, justificada, essencialmente, pelo resultado líquido negativo apurado no ano de 2021; e
- O resultado líquido consolidado atingiu o montante de 3,3 M€, representando uma variação positiva de cerca de 4,8 M€ face ao período homólogo, decorrente, essencialmente, do resultado obtido pela entidade-mãe.

3.2.1.3. Passivo consolidado

Em 2022, o passivo do Grupo Público UMinho registou um aumento no montante de 2,1 M€ (3,77%), conforme evidenciado na tabela infra.

Tabela 27 - Estrutura do passivo consolidado, em euros

PASSIVO	31/12/2022		31/12/2021		Variação 2022-2021	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Passivo não corrente	1 697 874,70	3,01%	2 563 893,84	4,71%	-866 019,14	-33,78%
Fornecedores	1 390 554,54	2,46%	4 117 201,48	7,56%	-2 726 646,94	-66,23%
Estado e outros entes públicos	3 870 672,44	6,85%	3 888 227,64	7,14%	-17 555,20	-0,45%
Outras contas a pagar	29 551 575,46	52,31%	23 540 192,31	43,24%	6 011 383,15	25,54%
Diferimentos	19 901 122,27	35,23%	20 227 866,72	37,16%	-326 744,45	-1,62%
Outro passivo corrente	79 597,19	0,14%	100 425,98	0,18%	-20 828,79	-20,74%
Total	56 491 396,60	100,00%	54 437 807,97	100,00%	2 053 588,63	3,77%

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:

- A dívida a fornecedores no final do ano 2022 registava uma redução de aproximadamente 2,7 M€ (66,23%), face ao período homólogo;
- O passivo não corrente demonstra um decréscimo de 0,9 M€, assente, principalmente, na redução das provisões reconhecidas nas contas da entidade-mãe;
- Os diferimentos apresentam uma variação negativa de 0,3 M€, justificada, essencialmente, por rendimento a diferir no âmbito dos contratos programas estabelecidos com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); e
- A rubrica de outras contas a pagar apresenta uma variação positiva de 6 M€, referente, essencialmente, ao reconhecimento de importâncias recebidas no âmbito de financiamentos de projetos de I&D a título de adiantamento, para as quais ainda não se verificaram as condições de reconhecimento do ativo, e ainda do aumento da rubrica de acréscimo de gastos com remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos.

3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

Em 2022, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período positivo, na ordem de 3,3 M€ (em 2021 fixou-se em - 1,5 M€), tendo-se verificado uma variação positiva face ao ano anterior, em aproximadamente 4,8 M€ (324,19%), conforme apresentado na tabela infra.



Tabela 28 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros

RUBRICA	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			(€)	(%)
Impostos e taxas	23 670 132,48	22 866 338,14	803 794,34	3,52
Vendas	1 504 530,67	896 208,94	608 321,73	67,88
Prestações de serviços	9 671 726,31	8 747 035,73	924 690,58	10,57
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	116 697 671,56	115 607 803,64	1 089 867,92	0,94
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	128 932,23	190 937,57	-62 005,34	-32,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 564 899,35	-939 572,64	-625 326,71	66,55
Fornecimentos e Serviços Externos	-22 625 862,51	-21 421 010,95	-1 204 851,56	5,62
Gastos com pessoal	-107 961 554,66	-103 732 989,13	-4 228 565,53	4,08
Transferências e subsídios concedidos	-12 241 505,28	-18 602 448,95	6 360 943,67	-34,19
Prestações sociais	-8 693,48	-9 329,99	636,51	-6,82
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-627 184,74	-463 619,13	-163 565,61	35,28
Provisões (aumentos/reduções)	194 806,96	-1 507 109,17	1 701 916,13	-112,93
Imparidade de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos/reduções de justo valor	71,74	97,99	-26,25	-
Outros rendimentos e ganhos	8 775 925,75	8 706 972,02	68 953,73	0,79
Outros gastos e perdas	-3 520 591,14	-2 831 420,26	-689 170,88	24,34
EBITDA	12 093 506,54	7 507 893,81	4 585 612,73	61,08
Depreciações e amortizações	-8 487 930,14	-8 704 308,39	216 378,25	-2,49
Resultado operacional (EBIT)	3 605 576,40	-1 196 414,58	4 801 990,98	-401,37
Resultado financeiro	-274 680,73	-198 117,84	-76 562,89	38,65
Resultado antes de impostos (EBT)	3 330 895,67	-1 394 532,42	4 725 428,09	-338,85
Imposto sobre o rendimento	-30 101,90	-77 770,15	47 668,25	-61,29
Resultado líquido do período	3 300 793,77	-1 472 302,57	4 773 096,34	-324,19
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe	3 264 064,89	-1 549 270,11	4 813 335,00	-310,68
Interesses que não controlam	36 728,87	76 967,53	-40 238,66	-52,28

3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público UMinho é apresentada na Tabela 29, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de aproximadamente 3,9 M€ (2,46%), face ao período de 2021. Esta variação justifica-se principalmente devido ao seguinte:

- Aumento de 1,5 M€ relativos às rubricas de vendas e prestação de serviços do Grupo Público UMinho;
- Aumento identificado na rubrica de transferências e subsídios obtidos em cerca de 1,1 M€, respeitante ao reconhecimento em rendimentos no âmbito da atividade de I&D do Grupo Público UMinho;
- Aumento de impostos e taxas de, aproximadamente, 803,8 k€, decorrente, essencialmente, do aumento do número de alunos inscritos a 31/12/2022 na UMinho (20.882 estudantes), pelo que se verificou uma variação positiva de 866 estudantes face a 31/12/2021; e
- Redução de provisões em cerca de 382,3 k€ relacionados com os créditos de clientes.



Tabela 29 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros

RENDIMENTOS	31/12/2022		31/12/2021		Variação	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Impostos e taxas	23 670 132,48	14,68	22 866 338,14	14,53	803 794,34	3,52
Vendas	1 504 530,67	0,93	896 208,94	0,57	608 321,73	67,88
Prestações de serviços	9 671 726,31	6,00	8 747 035,73	5,56	924 690,58	10,57
Transferências e subsídios correntes obtidos	116 697 671,56	72,39	115 607 803,64	73,48	1 089 867,92	0,94
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	200 956,63	0,13	200 275,27	0,13	681,36	0,34
Reversões de imparidades	295 057,03	0,18	300 943,56	0,19	-5 886,53	-1,96
Redução de provisões	382 328,67	0,24	0,00	0,00	382 328,67	-
Aumentos de justo valor	71,74	0,00	97,99	0,00	-26,25	-
Outros rendimentos e ganhos	8 775 925,75	5,45	8 706 972,02	5,54	68 953,73	0,79
Juros e rendimentos similares obtidos	50,96	0,00	126,35	0,00	-75,39	-59,67
Total	161 198 451,80	100,00	157 325 801,64	100,00	3 872 650,16	2,46

3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados

No período de 2022, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, apresentada na Tabela 30, evidencia uma variação total negativa de cerca de 853 k€, que se justifica pelo seguinte:

- Aumento dos gastos com o pessoal em 4,2 M€, decorrente do aumento do pessoal da carreira docente e respetivos encargos relativos aplicação do efeito da avaliação do desempenho e do aumento do número do PTAG e respetivos encargos com a aplicação das medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas e dos trabalhadores em regime de direito privado;
- Aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos na ordem dos 1,2 M€, justificada pelo reflexo não só da inflação, mas também pelo regresso à normalidade no que diz respeito às interrupções causadas pela pandemia de Covid-19;
- Acréscimo da rubrica de outros gastos e perdas de aproximadamente 689,2 k€, referente à especialização de rendimento referente a notas de crédito de propinas;
- Aumento da rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em cerca de 625 k€;
- Redução das provisões em cerca de 1,3 M€ relativas a processos judiciais em curso; e
- Diminuição de aproximadamente 6,3 M€ na rubrica de transferência e subsídios concedidos, justificado essencialmente pela redução de devoluções às entidades financiadoras e transferências para parceiros no âmbito da atividade de I&D, em particular, para entidades da União Europeia.

Tabela 30 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros

GASTOS	31/12/2022		31/12/2021		Variação	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	72 024,41	0,05	9 337,70	0,01	62 686,71	671,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 564 899,35	0,99	939 572,64	0,59	625 326,71	66,55
Fornecimentos e serviços externos	22 625 862,51	14,33	21 421 010,95	13,50	1 204 851,56	5,62
Gastos com o pessoal	107 961 554,66	68,39	103 732 989,13	65,36	4 228 565,53	4,08
Transferências e subsídios concedidos	12 241 505,28	7,75	18 602 448,95	11,72	-6 360 943,67	-34,19
Perdas por imparidade	922 241,77	0,58	764 562,69	0,48	157 679,08	20,62
Prestações sociais	8 693,48	0,01	9 329,99	0,01	-636,51	-6,82
Provisões	187 521,71	0,12	1 507 109,17	0,95	-1 319 587,46	-87,56
Outros gastos e perdas	3 520 591,14	2,23	2 831 420,26	1,78	689 170,88	24,34
Gastos de depreciação e amortização	8 487 930,14	5,38	8 704 308,39	5,48	-216 378,25	-2,49
Juros e gastos similares suportados	274 731,69	0,17	198 244,19	0,12	76 487,50	38,58
Total	157 867 556,14	100,00	158 720 334,06	100,00	-852 777,92	-0,54



3.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

O Grupo Público UMinho, no período de 2022, registou uma variação de caixa e seus equivalentes positiva, em cerca de 10,4 M€, conforme se demonstra na tabela seguinte:

Tabela 31 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS		Variação 2022-2021		
Recebimentos Provenientes de:	31/12/2022	31/12/2021	(€)	(%)
Atividades Operacionais	119 066 483,45	101 441 316,63	17 625 166,82	17,37
Clientes	13 004 869,09	10 934 860,79	2 070 008,30	18,93
Utentes	22 372 539,06	21 564 215,55	808 323,51	3,75
Outros recebimentos/ pagamentos	83 689 075,30	68 942 240,29	14 746 835,01	21,39
Atividades de Investimento	13 087 997,27	10 091 793,01	2 996 204,26	29,69
Investimentos financeiros	3 399,10	0,00	3 399,10	-
Outros ativos	405,97	0,00	405,97	-
Subsídios ao investimento	96 711,06	7 762,50	88 948,56	1145,88
Transferência de capital	12 987 481,14	10 084 030,51	2 903 450,63	28,79
Atividades de Financiamento	6 000,00	183 738,61	-177 738,61	-96,73
Financiamento obtidos	0,00	182 238,61	-182 238,61	-100,00
Realização de capital e outros instrumentos de capital	6 000,00	1 500,00	4 500,00	300,00
Total de Recebimentos	132 160 480,72	111 716 848,25	20 443 632,47	18,30
Pagamentos Respeitantes a:				
Atividades Operacionais	115 273 705,71	107 684 781,04	7 588 924,67	7,05
Fornecedores	27 193 454,61	22 393 990,01	4 799 464,60	21,43
Pessoal	88 080 251,10	85 290 791,03	2 789 460,07	3,27
Atividades de Investimento	6 409 000,90	8 174 532,72	-1 765 531,82	-21,60
Ativos fixos tangíveis	6 007 508,71	7 931 227,55	-1 923 718,84	-24,25
Ativos intangíveis	297 924,33	239 204,76	58 719,57	24,55
Investimentos Financeiros	102 500,00	3 522,59	98 977,41	2809,79
Outros ativos	1 067,86	577,82	490,04	84,81
Atividades de Financiamento	75 115,50	160 047,34	-84 931,84	-53,07
Financiamento obtidos	54 043,19	132 519,22	-78 476,03	-59,22
Juros e gastos similares	3 762,57	4 117,07	-354,50	-8,61
Redução de capital e de outros instrumentos de capital	17 309,74	23 411,05	-6 101,31	-26,06
Total de Pagamentos	121 757 822,11	116 019 361,10	5 738 461,01	4,95
Fluxo das Atividades Operacionais	3 792 777,74	-6 243 464,41	10 036 242,15	-160,75
Fluxo das Atividades de Investimento	6 678 996,37	1 917 260,29	4 761 736,08	248,36
Fluxo das Atividades de Financiamento	-69 115,50	23 691,27	-92 806,77	-391,73
Variação de caixa e seus equivalentes	10 402 658,61	-4 302 512,85	14 705 171,46	341,78

Os recebimentos provenientes das atividades operacionais representam 90,09% (119,1 M€) dos rendimentos totais, enquanto os provenientes das atividades de investimento corresponderam a 9,90% (13,1 M€). Quanto aos recebimentos de atividades de financiamento, estes ascenderam a aproximadamente 6 k€, o que não tem representatividade no total dos recebimentos.

No que se refere aos pagamentos respeitantes às atividades operacionais, estes representam 94,67% da globalidade dos pagamentos do Grupo Público UMinho, sendo que 76,41% referem-se a pagamento de despesas com o pessoal, em aproximadamente 88,1 M€. Por sua vez, os pagamentos respeitantes às atividades de investimento representaram 5,26%, atingindo cerca de 6,4 M€. Por fim, os pagamentos de atividades de financiamento ascenderam a 75 k€, o que não tem qualquer representatividade nos pagamentos totais do Grupo Público UMinho.

De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

3.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, em 2022, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 203,6 M€ (198,8 M€ em 2021);
- O passivo consolidado rondou os 56,5 M€ (54,4 M€ em 2021);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 147,1 M€ (144,4 M€ em 2021), dos quais 1 M€ (973,9 k€ em 2021) são relativos a interesses não controlados;



- Os rendimentos consolidados ascenderam a 161,2 M€ (157,3 M€ em 2021);
- Os gastos consolidados ascenderam a 157,9 M€ (158,7 M€ em 2021);
- O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 3,3 M€ (1,5 M€ negativos em 2021);
- O EBITDA do período rondou os 12,1 M€ (7,5 M€ em 2021).

Importa referir que o *International Public Sector Accounting Standard Board*, no RPG 3 – *Reporting Service Performance Information*, recomenda que, em complemento às demonstrações financeiras, as entidades divulguem, no relatório de gestão, informação sobre o seu desempenho. Em sintonia com este organismo internacional, a UniLEO, no Modelo de Prestação de Contas das Entidades Públicas, refere que tal informação complementar é um precioso auxílio aos diferentes utilizadores, dado que, tratando-se de informação relevante, não só contribui para a compreensão do resultado da entidade, como possibilita avaliar a extensão, a eficiência e a eficácia do desempenho da organização na alocação de recursos que faz na prossecução da sua atividade e, por consequência, apurar responsabilidades e tomar decisões.

Na sequência do exposto, são apresentados de seguida os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho, com referência a 31 de dezembro de 2022, bem como, a variação dos mesmos, face ao período homólogo:

Rentabilidade do património líquido e rentabilidade do ativo



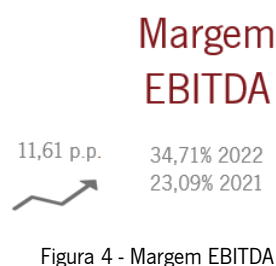
No que respeita à rentabilidade do património líquido (resultado líquido/património líquido) em 2022 verificou-se um aumento de 3,29 p.p.. Da mesma forma, a rentabilidade do ativo (resultado líquido/ativo) registou um acréscimo de 2,38 p.p.. Estas variações positivas decorrem do aumento de cerca de 4,8 M€ verificado no resultado líquido do período consolidado.

Rentabilidade Económica



O indicador da rentabilidade económica (EBITDA/Ativo) apresenta um aumento de 2,16 p.p., face ao período homólogo, atingindo os 5,94% em 2022, face a 3,78% em 2021. Esta variação explica-se pelo aumento, em cerca de 4,6 M€, do resultado antes de depreciações e gastos de financiamento e traduz-se numa melhoria da atividade operacional do Grupo Público UMinho.

Margem EBITDA





A margem EBITDA (EBITDA/vendas, serviços prestados e impostos e taxas) traduz a relação do EBITDA nas vendas, serviços prestados e impostos e taxas. Como se pode observar, a percentagem da margem EBITDA em 2022 atingiu os 34,71%, representando um aumento de 11,61 p.p. face ao ano 2021, justificado, essencialmente, pela melhoria da atividade operacional do Grupo Público UMinho.

Solvabilidade

Solvabilidade

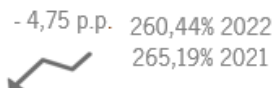


Figura 5 - Solvabilidade

O indicador de solvabilidade (património líquido/passivo total) permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se uma diminuição da solvabilidade apresentada em 4,75 p.p., devido ao aumento verificado no passivo.

Autonomia Financeira

Autonomia Financeira



Figura 6 - Autonomia Financeira

A autonomia financeira (património líquido/ativo total) avalia a capacidade do património líquido consolidado financiar o seu ativo total consolidado. Assim, no período em análise o Grupo Público apresenta uma redução na capacidade de financiar as suas atividades através de recursos próprios em 0,36 p.p. (de 72,62% em 31/12/2021, para 72,26% em 31/12/2022), devido ao aumento verificado no ativo.

Liquidez Geral

Liquidez Geral



Figura 7 - Liquidez Geral

O indicador da liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) traduz a capacidade que o Grupo Público UMinho tem para solver os seus compromissos no curto prazo. Como se pode observar, a percentagem de liquidez geral em 2022 atingiu os 113,71%, correspondendo a um acréscimo de 9,59 p.p. face a 2021, essencialmente justificado pelo aumento dos meios líquidos financeiros em 10,4 M€



3.3. Análise de gestão consolidada

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2019, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão e decorrente das necessidades de reporte interno e externo do Grupo Público UMinho, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos imputados às atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho. Neste sentido, torna-se necessário divulgar que as atividades do Grupo Público UMinho, foram estabelecidas de acordo com os Estatutos da UMinho, desagregando-se em:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação; e
- Atividade de interação com a sociedade.

A análise de gestão que se expõe neste ponto, teve em consideração as contas apresentadas por todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, pelo que se incluem todos os rendimentos e gastos das entidades-filhas na atividade de interação com a sociedade.

3.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada

Em 2022, foram imputados os rendimentos e gastos por atividades do Grupo Público UMinho. Para uma melhor compreensão do exercício efetuado na área da contabilidade de gestão, importa relembrar que a UMinho é composta por diferentes tipos de unidades, consoante os objetivos, estrutura, natureza e autonomia.

Em conformidade com o preceituado no §35 da NCP 27, para além de se apresentar os resultados pelas atividades acima mencionadas, apresentam-se ainda os resultados pelos seguintes indicadores:

- Por aluno;
- Rendimentos e gastos ambientais.

De referir que não foi efetuado o apuramento por atividade de apoio aos estudantes, o qual fornecia o resultado por departamento de alimentação, departamento de apoio social e departamento de desporto e cultura, por falta de disponibilização de elementos por parte da entidade-filha (SASUM).

3.3.1.1. Resultados por atividade

De acordo com a NCP 27, a apresentação dos resultados por atividades, tem como objetivo prestar informação sobre o RLP aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade, assim como, proceder à divulgação dos rendimentos e gastos gerais não incorporados às respetivas atividades.

Os rendimentos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades de acordo com a tabela infra:

Tabela 32 – Rendimentos, em euros

Atividades	Rendimentos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	99 768 725,52	1 358 840,60	101 127 566,12
Investigação	41 276 681,63	1 046 643,12	42 323 324,75
Interação com a sociedade	17 129 681,44	617 142,09	17 746 823,53
Rendimentos incorporados	158 175 088,59	3 022 625,81	161 197 714,40
Rendimentos gerais não incorporados	0,00	737,40	737,40
Rendimentos antes de impostos	158 175 088,59	3 023 363,21	161 198 451,80

O Grupo Público UMinho obteve em 2022 um montante total de rendimentos de 161,2 M€, os quais foram imputados quase na totalidade às atividades, sendo apenas reconhecidos como rendimentos gerais não incorporados o montante de 0,7 k€, sem expressão significativa no resultado. Estes rendimentos não incorporados dizem respeito à venda de sucata, que não decorre da atividade normal do Grupo Público UMinho.

Por sua vez, os gastos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades conforme exposto na tabela seguinte:



Tabela 33 – Gastos, em euros

Atividades	Gastos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	91 954 338,03	9 255 540,33	101 209 878,36
Investigação	37 506 597,78	2 233 317,36	39 739 915,14
Interação com a sociedade	15 656 463,00	863 908,09	16 520 371,09
Gastos incorporados	145 117 398,81	12 352 765,78	157 470 164,59
Gastos gerais não incorporados	0,00	397 391,55	397 391,55
Gastos antes de impostos	145 117 398,81	12 750 157,33	157 867 556,14

Da análise da tabela anterior, verifica-se que os gastos em 2022 ascenderam a 157,9 M€, sendo de realçar que:

- Foram imputados às atividades um total de 157,5 M€; e
- Existem gastos não incorporados, que incluem os gastos ambientais, administrativos e financeiros, no montante de 397,4 k€, os quais correspondem a 0,25% do total dos gastos antes de impostos.

Assim, importa referir que o Grupo Público UMinho obteve um RLP consolidado antes de impostos de aproximadamente 3,3 M€, conforme demonstra a tabela infra:

Tabela 34 – Resultados por atividade, em euros

Atividades	Total
Ensino	-82 312,23
Investigação	2 583 409,61
Interação com a sociedade	1 226 452,44
Resultados das atividades	3 727 549,81
Rendimentos gerais não incorporados	737,40
Gastos gerais não incorporados	397 391,55
Resultado antes de impostos	3 330 895,67

Através da análise da tabela anterior, importa salientar que o resultado da investigação representa 77,56% do resultado antes de impostos do Grupo Público UMinho.

3.3.1.2. Resultados da atividade de ensino

O resultado da atividade de ensino foi obtido através das UO pertencentes ao Grupo Público UMinho, apurando-se um resultado negativo em cerca de 82,3 k€, conforme tabela infra.

O resultado da atividade de ensino advém da entidade-mãe do Grupo Público UMinho, sendo considerada a imputação de rendimentos de propinas e outras taxas cobradas aos alunos, a dotação do OE e os rendimentos de algumas unidades de serviço que apoiam esta atividade, sendo estes rendimentos classificados como diretos a esta atividade. Quanto aos rendimentos indiretos, são considerados nesta atividade, os rendimentos com a especialização dos subsídios dos edifícios; a reversão de provisões e outros rendimentos que não foi possível imputar diretamente às atividades, através do peso dos rendimentos diretos da atividade de ensino.

Foram ainda imputados a esta atividade rendimentos gerados na Unidade de Governo e Administração (UGA), como por exemplo juros de dívidas de utentes, certidões dos serviços académicos, multas, emolumentos académicos, entre outros, os quais foram imputados às Unidades conforme critério definido para a imputação dos rendimentos de propinas.



Tabela 35 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	1 907 556,44	2 560 216,11	-652 659,67
EC	9 105 635,87	13 887 309,04	-4 781 673,17
ED	5 222 191,25	3 205 728,85	2 016 462,40
EENG	31 201 629,61	23 341 023,33	7 860 606,28
EEG	9 832 894,43	8 005 057,26	1 827 837,17
EMed	4 382 382,59	6 381 762,65	-1 999 380,06
EPsi	2 557 614,76	2 367 474,73	190 140,03
ESE	2 101 017,98	2 330 006,02	-228 988,04
IE	5 604 565,88	6 420 143,76	-815 577,88
ICS	5 105 140,80	5 210 518,49	-105 377,69
ELACH	4 207 728,00	5 586 399,22	-1 378 671,22
I3Bs	133 624,78	143 961,82	-10 337,04
UGA	19 765 583,75	21 770 277,08	-2 004 693,33
Total Grupo Público	101 127 566,12	101 209 878,36	-82 312,23

Tendo em consideração os rendimentos e gastos presentes na tabela anterior e o número de alunos equivalentes por cada UO, apurou-se o seguinte rendimento/gasto médio por aluno. Contudo, importa referir que para este apuramento, os rendimentos e gastos do ensino reconhecidos na UGA foram imputados às Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI) com base no peso dos rendimentos das Unidades presentes na Tabela 36.

Tabela 36 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros

Aluno	2022					
	Rendimentos (€)	Gastos (€)	Nº de alunos equiv.	Rendimento médio aluno	Gasto médio aluno	Resultado por aluno
EAAD	2 358 714,97	3 057 132,69	541,7	4 354,28	5 643,59	-1 289,31
EC	11 316 418,70	16 322 317,05	2 687,60	4 210,60	6 073,19	-1 862,59
ED	6 489 081,92	4 601 111,92	1 597,94	4 060,90	2 879,40	1 181,50
EENG	38 794 212,83	31 703 672,40	6 301,45	6 156,40	5 031,17	1 125,22
EEG	12 232 487,53	10 648 025,32	2 816,23	4 343,56	3 780,95	562,62
EMed	5 420 310,53	7 524 960,81	1009,49	5 369,34	7 454,20	-2 084,86
EPsi	3 176 733,33	3 049 386,42	654,76	4 851,77	4 657,28	194,49
ESE	2 616 194,54	2 897 433,56	506,23	5 168,03	5 723,59	-555,56
IE	6 961 898,02	7 915 141,18	1 381,59	5 039,05	5 729,01	-689,96
ICS	6 355 646,90	6 587 855,22	1 571,51	4 044,30	4 192,06	-147,76
ELACH	5 239 476,83	6 722 791,56	1 536,34	3 410,36	4 375,85	-965,49
I3Bs	166 390,01	180 050,22	55,16	3 016,37	3 264,01	-247,64
Total Grupo Público	101 127 566,12	101 209 878,36	20 660,00	54 024,96	58 804,28	-4 779,32

3.3.1.3. Resultado da atividade de investigação

No resultado da atividade de investigação foram considerados todos os rendimentos e gastos da entidade-mãe, respeitante às dimensões carregadas no módulo de gestão de projetos (com exceção das dimensões relativas a projetos diretos, e aos projetos do programa Erasmus+, da responsabilidade da Unidade de Serviços de Apoio à Internacionalização (USAI), emprego científico, da Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de investigação (USAPI) e outras dimensões associadas à atividade de investigação. Foram imputados indiretamente a esta atividade os rendimentos dos subsídios ao investimento, reversão de provisões, entre outros rendimentos que não foi possível imputar diretamente às atividades, através do peso dos rendimentos diretos da atividade de investigação. Na sequência do exposto, a tabela seguinte apresenta a desagregação dos rendimentos e gastos afetos à atividade de investigação do Grupo Público UMinho.



Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	298 438,33	718 705,60	-420 267,27
EC	5 255 715,28	5 132 007,13	123 708,15
ED	328 064,05	356 239,75	-28 175,70
EE	16 711 613,83	14 704 167,87	2 007 445,96
EEG	824 107,53	843 607,91	-19 500,38
EM	3 860 492,70	4 623 853,03	-763 360,33
EP	1 929 167,51	1 836 376,09	92 791,42
ESE	112 258,26	180 665,08	-68 406,82
IE	612 009,38	627 421,12	-15 411,74
ICS	1 415 447,72	1 533 486,89	-118 039,16
ELACH	440 687,24	686 355,77	-245 668,54
I3Bs	5 636 396,11	5 829 607,60	-193 211,49
UGA	4 898 926,81	2 667 421,30	2 231 505,51
Total Grupo Público	42 323 324,75	39 739 915,14	2 583 409,61

Da análise da tabela anterior pode constatar-se que o resultado da atividade de investigação ascendeu a 2,6 M€. Importa, contudo, referir que a UGA, embora não seja uma unidade de investigação, tem projetos de investigação relevantes para a atividade do Grupo Público UMinho, ao qual foram ainda imputados os rendimentos dos projetos Bosch e Continental, tal como se verificou no orçamento por Unidade para 2023.

3.3.1.4. Resultado da atividade interação com a sociedade

Nesta atividade estão incluídos todos os rendimentos apresentados no Grupo Público UMinho, nomeadamente, as vendas e prestações de serviços (estudos, pareceres e consultoria), parques, loja UMinho e outros rendimentos, da entidade-mãe, assim como, os rendimentos e gastos de todas as entidades-filhas pertencentes ao Grupo Público UMinho.

Concretamente, no que diz respeito à entidade mãe, importa ainda referir que se imputou a esta atividade o seguinte:

- Os rendimentos indiretos referentes aos subsídios afetos aos edifícios, reversão de provisões, entre outros que não foram possíveis de imputar diretamente às atividades, através do peso dos rendimentos diretos da atividade de interação com a sociedade;
- Os gastos diretos à atividade de interação com a sociedade, sendo considerados para o efeito os gastos suportados nas dimensões de prestações de serviços especializados com incorporação de conhecimento (PC), as prestações de serviços técnicos especializados (PT), os projetos diretos (PD) das UOs, das dimensões das Unidades de apoio à interação com a sociedade Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas (USDB), BPB, Arquivo Distrital de Braga (ADB), BLCS, Unidade de Arqueologia (UA), Conselho Cultural (CC); e
- Os gastos gerais identificados na alínea I) da nota 23 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, consoante os critérios definidos nessa nota.



Tabela 38 - Rendimentos e gastos da atividade interação com a sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	11 466,90	31 643,58	-20 176,68
EC	35 492,44	17 909,80	17 582,64
ED	44 975,43	3 887,98	41 087,45
EE	288 637,68	295 614,09	-6 976,41
EEG	770 252,92	245 102,17	525 150,75
EMed	120 584,71	15 697,84	104 886,87
EPsi	69 235,24	307 862,70	-238 627,46
ESE	6462,734542	11 524,61	-5 061,88
IE	557 223,36	127 714,25	429 509,11
ICS	52 177,56	58 894,33	-6 716,77
ELACH	407 161,90	165 133,89	242 028,01
I3Bs	0	1 485,95	-1 485,95
UGA	1 891 923,16	1 786 582,26	105 340,90
ACMP5	339 598,47	506 324,89	-166 726,42
B'ACIS	441 251,60	421 333,81	19 917,79
APSI	369 487,28	359 489,18	9 998,10
2'CA	4 455,04	0,00	4 455,04
CENTI	0,00	70 614,30	-70 614,30
IDEGUI	89,71	0,00	89,71
CCVG	9 288,95	0,00	9 288,95
CEJUR	39 667,47	0,00	39 667,47
CCG	83 481,55	0,00	83 481,55
PIEP	56 076,98	0,00	56 076,98
CVR	1 011 153,34	949 970,33	61 183,01
TECMINHO	2 799 087,49	2 710 679,27	88 408,22
SASUM	8 329 694,69	8 418 651,99	-88 957,30
IC	4 135,10	0,00	4 135,10
BLCS	3 761,85	0,00	3 761,85
EXPERTISSUES	0,00	9 571,44	-9 571,44
Casa Sarmiento	0,00	4 682,43	-4 682,43
Total Grupo Público	17 746 823,53	16 520 371,09	1 226 452,44

3.3.1.5. Rendimentos gerais e gastos não incorporados

Tendo em consideração o § 38 da NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no período de 2022 o Grupo Público UMinho suportou 397,4 k€ com gastos não incorporados às atividades da entidade-mãe, os quais de decompõe em seguida:

- Gastos ambientais, no montante de 58,9 k€, relativos à recolha de resíduos perigosos;
- Gastos administrativos, no montante de 331,9 k€, relativos aos gastos com o funcionamento da Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial (USFP), da Unidade de Serviços de Recursos Humanos (USRH), da Unidade de Serviços de Contratação Pública (USCP), do Gabinete do Reitor, do Gabinete do Administrador, entre outros; e
- Gastos financeiros, no montante de 6,6 k€, relativos aos encargos com as locações financeiras existentes.

Por outro lado, foram reconhecidos rendimentos gerais não incorporados no montante de 0,7 k€, relacionados com a venda de sucata, que não decorrem da atividade normal do Grupo Público UMinho, pelo que se apurou um resultado não incorporado às atividades negativo de 396,7 k€.



Tabela 39 - Rendimentos e Gastos não incorporados

Rendimentos e Gastos não incorporados	Montante (€)
Rendimentos gerais	737,40
Gastos não incorporados	397 391,55
Gastos ambientais	58 857,73
Gastos administrativos	331 908,97
Gastos financeiros	6 624,85
Resultado	-396 654,15



4. Capacidade de endividamento

À data de 31 de dezembro de 2022, a UMinho não tinha qualquer dívida bancária. Contudo, a sua capacidade de endividamento, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, aferida em sede das demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 48,7 M€ (36,5 M€ em 31 de dezembro de 2021), conforme evidenciado na Tabela 40.

Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	203 614 964,39	198 800 012,60
Endividamento	182 505,92	236 549,08
+ Financiamentos bancários	182 505,92	278 792,71
- Locações financeiras	0,00	42 243,63
Património Líquido	147 123 567,79	144 362 204,63
<i>Cash-flow</i>	12 184 372,81	9 125 766,58
Grau de autonomia financeira	72,26%	72,62%
Quádruplo do Cash-flow	48 737 491,26	36 503 066,34

Apesar de se continuar a não mostrar cumprido o limite de 75% estabelecido para o grau de autonomia financeira em 2022 (72,62% em 31/12/2021), a UMinho, nos termos do n.º 2 do art.º 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior – RJIES), pode recorrer ao crédito, em conformidade com o preceituado na Lei, mediante autorização, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela.

5. Factos ocorridos após a data do balanço

Após o encerramento do período, à data de 31 de dezembro de 2022, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Contudo, importa salientar o elevado grau de incerteza relativamente ao conflito despoletado pela invasão da Rússia na Ucrânia em 2022, o qual fez disparar o aumento do custo de energia na Europa, e como consequência verificou-se um aumento da taxa de inflação, o que fez com que as entidades reguladoras tomassem medidas restritivas à atividade económica, como forma de controlo do aumento generalizado de preços.

No entanto, apesar de não ser possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, tendo em consideração exposto no parágrafo anterior, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade da atividade do Grupo Público UMinho, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

6. Obrigação de apresentação de contas consolidadas

O presente Relatório de Atividades e Contas Consolidadas, será sujeito a apreciação em Conselho Geral a realizar no dia 27 de junho de 2023 (*vide* alínea f), n.º 2, do art.º 29, do Despacho Normativo n.º 15/2021, de 16 de junho), e à homologação da respetiva deliberação em Conselho de Curadores a realizar no dia 28 de junho de 2023 (*vide* ponto v), da alínea g), do art.º 9º, do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro), por forma a cumprir com a submissão das contas consolidadas ao Tribunal de Contas até dia 30 de junho de 2023, em consonância com o disposto na alínea c), do ponto 3, da Resolução n.º 6/2022 do Tribunal de Contas, de 05 de janeiro de 2023, e com a segunda parte do n.º 4, do art.º 52.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

7. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Gestão para emissão em 13 de junho de 2023.



Universidade do Minho, 13 de junho de 2023

O Conselho de Gestão,



8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

8.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2022 Consolidado	2021 Consolidado	Rubrica	PAGAMENTOS	2022 Consolidado	2021 Consolidado
	Saldo da gerência anterior	11 735 954,35	16 083 713,89				
	Operações orçamentais (1)	10 841 053,27	15 935 582,08				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	10 841 053,27	14 935 374,84				
	Operações de tesouraria (A)	894 901,08	148 131,81				
	Receita corrente	145 646 377,16	131 811 778,50		Despesa Corrente	143 659 672,27	141 175 296,63
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	104 764 900,73	101 092 807,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	83 151 549,22	80 881 442,04
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 851 448,22	1 425 315,24
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	19 761 903,29	18 786 049,72
R3	Taxas, multas e outras penalidades	22 372 539,06	21 564 215,55	D2	Aquisição de bens e serviços	25 105 379,04	20 928 769,28
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	207 571,85	175 426,23
R5	Transferências Correntes	113 500 707,35	102 548 834,41	D4	Transferências correntes	12 944 144,83	18 643 619,64
R51	Administrações Públicas	76 591 884,55	71 178 301,76	D41	Administrações Públicas	1 964 283,65	1 506 678,64
R511	Administração Central - Estado	73 334 500,38	70 575 844,10	D411	Administração Central - Estado	12 605,96	0,00
R512	Administração Central - Outras entidade	3 242 403,53	595 009,62	D412	Administração Central - Outras Entidades	1 951 677,69	1 506 678,64
R513	Segurança Social	14 980,64	7 448,04	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	33 250 620,30	28 530 308,01	D42	Instituições sem fins lucrativos	2 030 790,67	1 133 881,79
R53	Outras	3 658 202,50	2 840 224,64	D43	Famílias	8 070 868,43	8 923 262,09
R6	Venda de bens e serviços	9 374 996,64	7 419 644,06	D44	Outras	878 202,08	7 079 796,91
R7	Outras receitas correntes	398 134,11	279 084,48	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	12 987 481,14	10 084 030,51	D6	Outras despesas correntes	637 675,82	334 674,69
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00		Despesas de Capital	5 854 113,79	7 744 174,21
R9	Transferências de Capital	12 987 481,14	10 084 030,51	D7	Investimento	5 854 113,79	7 744 174,21
R91	Administrações Públicas	12 987 481,14	10 076 580,76	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	49 203,51	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidade	12 987 481,14	10 027 377,25	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	0,00	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	7 449,75			0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D82	Outras	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	193 671,10	1 929 433,02	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
						0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	158 827 529,40	143 825 242,03		Despesa efetiva (5)	149 513 786,06	148 919 470,84
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	102 500,00	300,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	102 500,00	300,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	169 668 582,67	159 760 824,11		Soma (7)=(5)+(6)	149 616 286,06	148 919 770,84
	Operações de tesouraria (B)	1 795 907,42	1 029 984,04		Operações de tesouraria (C)	467 404,43	283 214,77
					Saldo para a gerência seguinte	22 275 700,68	11 735 954,35
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	20 052 296,61	10 841 053,27
					Operações de tesouraria (D)=(B)-(C)	2 223 404,07	894 901,08
					Saldo global	9 313 743,34	-5 094 228,81
					Despesa primária	149 306 214,21	148 744 044,61
					Saldo corrente	1 986 704,89	-9 363 518,13
					Saldo de capital	7 133 367,35	2 339 856,30
					Saldo primário	9 521 315,19	-4 918 802,58
					Receita total (1) + (2) + (3)	169 668 582,67	159 760 824,11
					Despesa total (5) + (6)	149 616 286,06	148 919 770,84



8.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza							
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2022 Consolidado	2021 Consolidado	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2022 Consolidado	2021 Consolidado
	Receita corrente	146 799 112,04	132 906 515,30		Despesa Corrente	147 864 708,06	147 460 840,70
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	108 204 500,36	104 566 303,51
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	85 196 446,41	82 973 113,46
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 875 038,50	1 431 125,14
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	21 133 015,45	20 162 064,91
R3	Taxas, multas e outras penalidades	23 264 909,61	23 183 492,02	D2	Aquisição de bens e serviços	25 720 971,86	23 596 768,32
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	227 921,28	175 426,23
R5	Transferências Correntes	113 621 323,20	102 692 704,42	D4	Transferências correntes	12 950 236,10	18 745 726,10
R51	Administrações Públicas	76 554 884,62	71 215 301,69	D41	Administrações Públicas	1 964 283,65	1 606 678,64
R511	Administração Central - Estado	73 334 500,38	70 575 844,10	D411	Administração Central - Estado	12 605,96	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	3 205 403,60	632 009,55	D412	Administração Central - Outras Entidades	1 951 677,69	1 606 678,64
R513	Segurança Social	14 980,64	7 448,04	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	33 426 103,21	28 513 569,98	D42	Instituições sem fins lucrativos	2 031 710,84	1 133 881,79
R53	Outras	3 640 335,37	2 963 832,75	D43	Famílias	8 076 039,53	8 925 368,28
R6	Venda de bens e serviços	9 514 745,12	6 751 234,38	D44	Outras	878 202,08	7 079 796,91
R7	Outras receitas correntes	398 134,11	279 084,48	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	12 987 481,14	10 084 030,51	D6	Outras despesas correntes	761 078,46	376 617,02
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00		Despesas de Capital	5 993 747,07	8 829 902,55
R9	Transferências de Capital	12 987 481,14	10 084 030,51	D7	Investimento	5 993 747,07	8 829 902,55
R91	Administrações Públicas	12 987 481,14	10 076 580,76	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	49 203,51	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	12 987 481,14	10 027 377,25	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	0,00	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	7 449,75	D82	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	224 558,10	1 921 753,12				
	Receita efetiva (1)	160 011 151,28	144 912 298,93		Despesa efetiva (5)	153 858 455,13	156 290 743,25
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	102 500,00	300,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	102 500,00	300,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total (3)=(1)+(2)	160 011 151,28	144 912 298,93		Despesa Total (7)=(5)+(6)	153 960 955,13	156 291 043,25



8.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação das Administrações Públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o OE. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Público UMinho compreende a UMinho (como entidade-mãe) e os SASUM. Relativamente aos SASUM importa referir que em consonância com os Estatutos da UMinho, estes gozam de autonomia administrativa e financeira, e prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações, para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Assim, na UMinho aplicou-se o método da consolidação simples aos SASUM, pois são controlados a 100% pela entidade-mãe, sendo que a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades.

Por fim, tendo em consideração que a NCP 26 do normativo vigente não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.

**9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****9.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022**

Entidade: Grupo Público UMinho			
Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022		Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2022	SNC-AP 31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	133 189 438,36	136 424 051,84
Propriedades de investimento	8	947 377,21	908 223,53
Ativos intangíveis	3	665 963,96	763 481,55
Investimentos financeiros - MEP	18;20;22	6 061 223,93	6 368 813,29
Investimentos financeiros - Custo	18;20;22	447 711,82	327 524,67
		141 311 715,28	144 792 094,88
Ativo corrente			
Inventários	10	232 396,34	259 826,60
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	14 095 801,01	17 003 875,70
Clientes, contribuintes e utentes	18	23 074 944,46	22 744 682,11
Estado e outros entes públicos	18	12 814,99	1 592,96
Acionistas/sócios/associados	18	2 500,00	2 500,00
Outras contas a receber	18	1 474 803,34	938 949,80
Diferimentos	23	288 916,34	368 191,63
Caixa e depósitos	1;18	23 121 072,63	12 688 298,92
		62 303 249,11	54 007 917,72
Total do Ativo		203 614 964,39	198 800 012,60
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados transitados	18	-71 651 817,19	-69 616 478,69
Ajustamentos em ativos financeiros	18	5 876 317,06	5 816 458,60
Excedentes de revalorização	18	3 650,93	3 813,20
Outras variações no património líquido	18	67 971 341,53	68 112 300,78
Resultado líquido do período	18	3 264 064,89	-1 549 270,11
Interesses que não controlam	18	1 038 546,17	973 916,46
		147 123 567,79	144 362 204,63
Total do Património Líquido		147 123 567,79	144 362 204,63
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 482 887,25	2 284 358,13
Financiamentos obtidos	18	127 375,13	182 238,61
Passivos por impostos diferidos	18	1 079,46	4 523,32
Outras contas a pagar	18	86 532,86	92 773,78
		1 697 874,70	2 563 893,84
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1 145 166,28	2 910 046,38
Estado e outros entes públicos	18	3 870 672,44	3 888 227,64
Financiamentos obtidos	18	55 130,79	96 554,10
Fornecedores de investimentos	18	245 388,26	1 207 155,10
Outras contas a pagar	18	29 551 575,46	23 540 192,31
Diferimentos	23	19 901 122,27	20 227 866,72
Outros passivos financeiros	18	24 466,40	3 871,88
		54 793 521,90	51 873 914,13
Total do passivo		56 491 396,60	54 437 807,97
Total do património líquido e passivo		203 614 964,39	198 800 012,60



9.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Grupo Público UMinho			
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022 Unidade Monetária: Euro			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP 2022	SNC-AP 2021
Impostos e taxas	14	23 670 132,48	22 866 338,14
Vendas	13	1 504 530,67	896 208,94
Prestações de serviços	13	9 671 726,31	8 747 035,73
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	116 697 671,56	115 607 803,64
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conj	22	128 932,23	190 937,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 564 899,35	-939 572,64
Fornecimentos e serviços externos	23	-22 625 862,51	-21 421 010,95
Gastos com pessoal	19	-107 961 554,66	-103 732 989,13
Transferências e subsídios concedidos	23	-12 241 505,28	-18 602 448,95
Prestações sociais	23	-8 693,48	-9 329,99
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-627 184,74	-463 619,13
Provisões (aumentos/reduções)	15	194 806,96	-1 507 109,17
Aumentos/reduções de justo valor	23	71,74	97,99
Outros rendimentos e ganhos	13;14	8 775 925,75	8 706 972,02
Outros gastos e perdas	23	-3 520 591,14	-2 831 420,26
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		12 093 506,54	7 507 893,81
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-8 487 930,14	-8 704 308,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3 605 576,40	-1 196 414,58
Juros e rendimentos similares obtidos	13	50,96	126,35
Juros e gastos similares suportados	23	-274 731,69	-198 244,19
Resultado antes de impostos		3 330 895,67	-1 394 532,42
Imposto sobre o rendimento		-30 101,90	-77 770,15
Resultado líquido do período		3 300 793,77	-1 472 302,57
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		3 264 064,89	-1 549 270,11
Interesses que não controlam		36 728,87	76 967,53
		3 300 793,77	-1 472 302,57



9.3. Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo 31 de dezembro de 2022 Unidade Monetária: Euro				
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total
Rendimentos diretos	99 768 725,52	41 276 681,63	17 129 681,44	158 175 088,59
Gastos diretos	91 954 338,03	37 506 597,78	15 656 463,00	145 117 398,81
Margem de contribuição direta	7 814 387,49	3 770 083,84	1 473 218,45	13 057 689,78
Rendimentos indiretos	1 358 840,60	1 046 643,12	617 142,09	3 022 625,81
Gastos indiretos	9 255 540,33	2 233 317,36	863 908,09	12 352 765,78
Resultado bruto do período	-82 312,23	2 583 409,61	1 226 452,44	3 727 549,81
Rendimentos gerais				737,40
Gastos não incorporados				397 391,55
Gastos ambientais				58 857,73
Gastos administrativos				331 908,97
Gastos financeiros				6 624,85
Outros gastos				0,00
Resultado antes de impostos				3 330 895,67
Imposto sobre o rendimento				-30 101,90
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				3 264 064,89
Interesses que não controlam				36 728,87
				3 300 793,77

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo 31 de dezembro de 2021 Unidade Monetária: Euro				
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total
Rendimentos diretos	99 768 725,52	41 276 681,63	15 330 273,84	156 375 680,99
Gastos diretos	91 954 338,03	37 506 597,78	14 201 212,09	143 662 147,90
Margem de contribuição direta	7 814 387,49	3 770 083,84	1 129 061,75	12 713 533,09
Rendimentos indiretos	1 358 840,60	1 046 643,12	617 142,09	3 022 625,81
Gastos indiretos	9 255 540,33	2 233 317,36	863 908,09	12 352 765,78
Resultado bruto do período	-82 312,23	2 583 409,61	882 295,75	3 383 393,12
Rendimentos gerais				22 316 044,34
Gastos não incorporados				-475 908,21
Gastos ambientais				12 642,60
Gastos administrativos				591 846,39
Gastos financeiros				131 250,82
Outros gastos				30 083,66
Resultado antes de impostos				26 175 345,67
Imposto sobre o rendimento				-77 770,15
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				-1 549 270,11
Interesses que não controlam				76 967,53
				-1 472 302,57



9.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2022

Entidade: Grupo Público UMinho										
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2022										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euro	
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-69 616 478,68	5 816 458,60	3 813,20	68 112 300,78	-1 549 270,11	143 388 288,18	973 916,46	144 362 204,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18	0,00	162,27	0,00	-162,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	0,00	-2 035 500,77	59 858,47	0,00	-140 959,25	1 549 270,11	-567 331,45	27 900,84	-539 430,61
	(2)	0,00	-2 035 338,50	59 858,47	-162,27	-140 959,25	1 549 270,11	-567 331,45	27 900,84	-539 430,61
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						3 264 064,89	3 264 064,89	36 728,87	3 300 793,77
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						3 264 064,89	3 264 064,89	36 728,87	3 300 793,77
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-71 651 817,18	5 876 317,06	3 650,93	67 971 341,53	3 264 064,89	146 085 021,62	1 038 546,17	147 123 567,79

Entidade: Grupo Público UMinho										
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2021										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euro	
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-68 279 641,64	5 154 061,43	3 975,46	68 531 723,96	-1 129 971,21	144 901 612,39	906 502,74	145 808 115,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18	0,00	162,26	0,00	-162,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	0,00	-1 336 999,31	662 397,17	0,00	-419 423,18	1 129 971,21	35 945,89	-9 553,81	26 392,08
	(2)	0,00	-1 336 837,05	662 397,17	-162,26	-419 423,18	1 129 971,21	35 945,89	-9 553,81	26 392,08
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						-1 549 270,11	-1 549 270,11	76 967,53	-1 472 302,58
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						-1 549 270,11	-1 549 270,11	76 967,53	-1 472 302,58
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-69 616 478,68	5 816 458,60	3 813,20	68 112 300,78	-1 549 270,11	143 388 288,18	973 916,46	144 362 204,63



9.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2022

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022		Período	
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 2022	SNC-AP 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13 004 869,09	10 934 860,79
Recebimentos de utentes		22 372 539,06	21 564 215,55
Pagamentos a fornecedores		27 193 454,61	22 393 990,01
Pagamentos ao pessoal		88 080 251,10	85 290 791,03
Caixa gerada pelas operações		-79 896 297,56	-75 185 704,70
Outros recebimentos/pagamentos		83 689 075,30	68 942 240,29
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 792 777,74	-6 243 464,41
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		6 007 508,71	7 931 227,55
Ativos intangíveis		297 924,33	239 204,76
Investimentos financeiros		102 500,00	3 522,59
Outros activos		1 067,86	577,82
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		3 399,10	0,00
Outros activos		405,97	0,00
Subsídios ao investimento		96 711,06	7 762,50
Transferência de capital		12 987 481,14	10 084 030,51
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		6 678 996,37	1 917 260,29
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	182 238,61
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		6 000,00	1 500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		54 043,19	132 519,22
Juros e gastos similares		3 762,57	4 117,07
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		17 309,74	23 411,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-69 115,50	23 691,27
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10 402 658,61	-4 302 512,85
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	12 718 414,02	16 990 811,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	23 121 072,63	12 688 298,92



9.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2022

As notas às demonstrações financeiras consolidadas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, e cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo omissas as notas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Os membros do Conselho de Gestão que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Público.

Os valores encontram-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas identificadas na figura infra.

Grupo Público UMinho				
		UMinho Entidade-Mãe		
SASUM 100%	ACMP5 90%	B'ACIS 90%	APSI 80%	TecMinho 56,30%
CVR 56,25%	EXPERTISSUES 50,00%	BLCS 50%	IC 50%	2CA 50,00%
CCG 49,42%	Inst. Design 34,09%	CCVG 33,33%	Casa Sarmento 33,33%	PIEP 31,39%
IDITE Minho 25,45%	CEJUR 25,00%	CENTI 19,05%	Fibrenamics 19,58%	SPINPARK 14,29%
BLC3 14,29%	LIP 14,29%	AVEPARK 10,61%	4LIFELAB 10,53%	IGAP 9,09%
Lab. Paisagem 8,33%	TECMEAT 8,33%	BIP4DAB 8,33%	B2E 7,69%	DTX 7,58%
CECoLab 7,14%	ProChild Colab 6,67%	AFTEBI 6,35%	INESC TEC 5,26%	RAIL CoLAB 5,26%
BIOREF 5,00%	BUILT CoLAB 5,00%	WATER CO-RE COLAB 5,00%	L.C.S.D 5,00%	Colab 4Food 4,62%
Fund. CEER 3,57%	ISPG 3,34%	APCTP 2,94%	BATPOWER 2,63%	AEDOAVE 2,00%
TICE.PT 1,19%	Ofic. Inovação 1,00%	POOL-NET 0,98%	OPEN 0,98%	INTEGRALAR 0,86%
VARD 2015 0,57%	ADRAVE 0,44%	CITEVE 0,15%	Fund. Bial C. 0,08%	Fund. Port. Afr. 0,06%
ADVID <20%				

Figura 8 - Grupo Público UMinho

Importa referir que a entidade B'ACIS detém 25% da entidade Icognitus4all – It Solutions, Lda, pelo que a participação desta entidade se encontra reconhecida ao MEP nas suas contas separadas. Consequentemente, a entidade-mãe do Grupo Público



UMinho detém indiretamente 22,50% da entidade Icofnitus4all – It Solutions, Lda, razão pela qual a participação também se encontra reconhecida ao MEP nas demonstrações financeiras consolidadas.

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas na Figura 8, apenas pelas participadas nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

Nos termos do exigido pela NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, e de modo a cumprir o objetivo de relato transparente, procede-se à divulgação das informações referentes aos interesses nas entidades participadas, bem como a outra informação de cariz voluntário, que se entendeu relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho corresponde ao ano civil de 2022 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022), devendo ser aprovadas e submetidas ao Tribunal de Contas até ao final do mês de junho de 2023.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

a) Referencial contabilístico

Em 2022 e em coerência com o verificado no ano transato, o Grupo Público UMinho adotou como referencial contabilístico o SNC-AP, que tem permitido dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro eficiente e convergente com os sistemas adotados a nível internacional.

O SNC-AP foi preparado pelo Comité de Normalização Contabilística Público da Comissão de Normalização Contabilística, com o objetivo de proporcionar informação mais completa sobre o desempenho, a eficácia e a eficiência das Administrações Públicas, aumentando assim a transparência, a credibilidade e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional. Além disso, e conforme exposto no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP, este Sistema veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das Administrações Públicas, articulando-a com a base de caixa modificada, estabelecendo assim os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo. O SNC-AP promove a harmonização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa norma relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

De acordo com o preceituado no art.º 13º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-AP.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, os quais de acordo com o previsto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115.º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, no art.º 136 da Lei do OE/2022, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, e no art.º 102.º, Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, a UMinho está obrigada a manter um limite mínimo de saldo na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), tendo para o efeito, a 31/12/2022, um saldo à ordem no Tesouro no montante de, aproximadamente, 6 M€.

**e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Tabela 41 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5 485,76	6 280,61
Depósitos à Ordem	22 816 602,72	12 450 243,76
Depósitos bancários à ordem	16 772 975,58	6 854 758,69
Depósitos à ordem no Tesouro	6 043 627,14	5 595 485,07
Depósitos a prazo	201 286,11	101 247,89
Depósitos consignados	29 567,24	0,00
Depósitos de garantias e cauções	68 130,80	130 526,66
Total caixa e depósitos	23 121 072,63	12 688 298,92

A divergência entre o saldo final de 2021 e o saldo inicial de 2022 presente na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, no montante de 30.115,10 €, diz respeito ao facto de a entidade EXPERTISSUES apenas ter sido incluída no perímetro de consolidação em 2022, logo não se teve em consideração o saldo que esta apresentava em caixa em 2021.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das participadas que compõem o Grupo Público UMinho, tendo em consideração as disposições do SNC-AP, mais concretamente, a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, a qual é a moeda funcional.

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 42 - Vida útil do ativo fixo tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, é definido, atendendo aos seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, o qual depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo; e
- Limites de natureza legal ou outra, sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, encontram-se reconhecidos pelo seu valor de aquisição, ou pelo valor das grandes reparações neles efetuadas. Contudo, em virtude de não ser possível mensurar o seu valor com fiabilidade, estes não se encontram a ser depreciados, situação que causaria uma distorção ainda maior nas demonstrações financeiras.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2, decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. As vidas úteis diferentes das recomendadas pelo CC2 necessitam de ser aprovadas em sede de Conselho de Gestão.



O ganho ou a perda do desconhecimento de ativos fixos tangíveis, que resulte de alienação ou abate, deve ser determinado pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de outros gastos e perdas ou outros rendimentos e ganhos, consoante o Grupo Público UMinho, decorrente deste tipo de transações, tenha obtido uma mais-valia ou uma menos-valia.

Os investimentos em curso são ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida, pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito (doações), é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o custo do bem recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 43 - Vida útil das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

O período de vida útil das propriedades de investimento é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores anteriormente referidos, para os ativos fixos tangíveis.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 44 - Vida útil do ativo intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

O período de vida útil dos ativos intangíveis é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores referidos para os ativos fixos tangíveis.

d) Investimentos Financeiros

Os investimentos em associadas estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais a entidade exerce influência significativa, geralmente investimentos representando uma percentagem de controlo entre 20% e 50% do capital de uma entidade, e não são Empreendimentos Conjuntos.

Para determinação do controlo ou influência significativa são considerados os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das entidades associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas e outras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados, sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo, enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, reconhecendo nesses casos uma provisão na rubrica do passivo Provisões, para fazer face a essas obrigações.



Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da entidade nas mesmas, por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente percentagens de controlo inferiores a 20% do capital social, onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

e) Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Assim, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira. Caso contrário, a locação é classificada como operacional.

Decorrente do exposto, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos adquiridos, através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos fixos tangíveis com contratos de locação são depreciados durante o prazo de locação ou durante a sua vida útil, dependendo do critério que apresentar o período mais curto (§30 e 31 NCP 6).

f) Imparidade de Ativos

Em cada data de relato o Grupo Público UMinho analisa se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fiavelmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indício de os mesmos poderem estar em imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida em gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando se conclui que tais perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido, sendo reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados por naturezas do período. Contudo, tal reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Público UMinho reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado e apresentados no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.



Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Rendimentos e Gastos

O Grupo Público UMinho aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações tendo em conta o prescrito na NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e na NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias, ao regime de acréscimo.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra forem transferidos para o comprador;
- A entidade não mantenha qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento possa ser fiavelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- Os gastos sejam mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Impostos e taxas

Na contabilidade da entidade-mãe, UMinho, o valor total das propinas referente ao ano letivo é reconhecido como dívida do estudante (crédito da UMinho) no momento da sua inscrição, sendo que, 4/12 (setembro a dezembro) são reconhecidos como rendimentos do período (ano de inscrição) e, os restantes 8/12, são diferidos e reconhecidos como rendimento do ano seguinte, em consonância com o ano letivo e de acordo com o regime de acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo Público UMinho cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do OE é atribuída anualmente e reconhecida numa base mensal como rendimento do Grupo Público.

As transferências e subsídios obtidos no âmbito de projetos de I&D, de acordo com o exposto na FAQ 42, emitida a 22 de dezembro de 2020, são reconhecidas no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida.

Ainda, tendo em consideração a FAQ 42, as transferências e subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são reconhecidos no património líquido aquando da aquisição destes ativos, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) na proporção das respetivas depreciações e amortizações, durante a vida útil dos respetivos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências e subsídios reembolsáveis são contabilizados no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes



As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas à data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Público UMinho não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, caso considere como prováveis os benefícios económicos que daí possam resultar. Quando a sua realização for praticamente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados, classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

k) Partes relacionadas

O Grupo Público UMinho identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho;
- O Conselho de Gestão da UMinho;
- O Fiscal Único da UMinho; e
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Grupo Público UMinho, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a Comissão de Normalização Contabilística.

l) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a entidade-mãe, UMinho, e os SASUM, gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. Consequentemente, estas entidades não estão obrigadas a entregar a declaração anual de rendimentos, modelo 22 do IRC.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram consideradas as demonstrações financeiras separadas de cada entidade controlada, nas quais foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos pelo seu Órgão de Gestão que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o Órgão de Gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público UMinho;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;



- Sejam neutras;
- Sejam prudentes; e
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes; e
- Especializações diversas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos livros e registos das entidades que integram o Grupo Público UMinho, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

Contudo, deve ser realçado o elevado grau de incerteza relativamente ao conflito despoletado pela invasão da Rússia na Ucrânia em 2022, o qual fez disparar o aumento do custo de energia na Europa, traduzindo-se num aumento generalizado dos preços, o que fez com que as entidades reguladoras tomassem medidas restritivas à atividade económica, como forma de controlo da inflação.

Todavia, apesar de não ser possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, devido ao exposto no parágrafo anterior, é nossa convicção que a existirem tais efeitos, não colocarão em causa a continuidade das atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis do Grupo Público UMinho compreendem, essencialmente, programas de computador e sistemas de informação.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

a) Vida útil e métodos de amortização

Nos termos do referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos intangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta informação relativa à sua vida útil ou taxa de amortização, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

b) Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.



c) Variação das amortizações

Durante o período económico de 2022, a decomposição da quantia escriturada e das amortizações dos ativos intangíveis é apresentada na Tabela 45.

Tabela 45 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Proj. de desenvolvimento	175 967,91	175 967,91	0,00	175 967,91	175 967,91	0,00
Prog. comp. e sist. inf.	5 246 676,91	4 852 113,55	394 563,36	5 376 103,61	5 101 270,21	274 833,40
Ativos intang. em curso	368 918,19	0,00	368 918,19	391 130,56	0,00	391 130,56
Total	5 791 563,01	5 028 081,46	763 481,55	5 943 202,08	5 277 238,12	665 963,96

d) Gastos/Reversões de amortizações

Os gastos referentes às amortizações dos ativos intangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, totalizando um montante de 249.156,66 € em 2022, conforme identificado no ponto seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

A variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis verificada no período económico de 2022 do Grupo Público UMinho, justifica-se pelas aquisições, no montante de 151.639,07 €, e amortizações do período, no montante de 249.156,66 €, conforme evidenciado na Tabela 46.

Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas computador e sistemas de informação	394 563,36	129 426,70	-249 156,66	274 833,40
Ativos intangíveis em curso	368 918,19	22 212,37	0,00	391 130,56
Total	763 481,55	151 639,07	-249 156,66	665 963,96

De referir que as adições respeitante a ativos intangíveis, efetuadas pelo Grupo Público UMinho em 2022, referem-se a compras ocorridas no período, bem como a ativos intangíveis em curso.

3.5. Outras divulgações de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Público UMinho utilizava na sua atividade programas de computador, no montante de cerca de 4.646.816,74 M€, apesar de se encontrarem totalmente amortizados.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. De referir que o custo de aquisição compreende o custo de compra e quaisquer outros custos necessários e diretamente atribuíveis para colocar o ativo a funcionar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão, podendo ainda incluir custos necessários para proceder ao seu desmantelamento e remoção, no final da vida útil.

Relativamente aos gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis, em consonância com o exposto na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estes poderão ser reconhecidos no ativo, ou diretamente nos resultados do período, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço, que o Grupo Público UMinho irá obter com os mesmos.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Tal como referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.



À data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo fixo tangível, consta a informação relativa à sua vida útil ou taxa de depreciação, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações

Na Tabela 47 apresenta-se a variação da quantia escriturada respeitantes aos ativos fixos tangíveis, observada no período económico de 2022.

Tabela 47 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, pat. histórico, art. e cultural						
Edif. e outras construções	459 261,44	0,00	459 261,44	503 995,83	0,00	503 995,83
Pat. Hist., artist. e cultural	320 201,35	0,00	320 201,35	320 201,35	0,00	320 201,35
	779 462,79	0,00	779 462,79	824 197,18	0,00	824 197,18
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e rec. naturais	10 374 029,27	0,00	10 374 029,27	10 374 029,27	0,00	10 374 029,27
Edif. e outras construções	165 792 732,67	57 379 531,40	108 413 201,27	166 568 194,15	60 912 675,00	105 655 519,15
Equip. básico	77 257 416,52	66 352 108,20	10 905 308,32	81 348 843,03	70 648 673,32	10 700 169,71
Equip. de transporte	586 864,84	528 064,73	58 800,11	614 264,84	552 323,55	61 941,29
Equip. administrativo	27 272 978,85	26 736 527,02	536 451,83	27 401 013,73	26 941 564,38	459 449,35
Outros	10 989 131,69	10 295 407,74	693 723,95	11 168 265,89	10 460 335,55	707 930,34
AFT em curso	4 663 074,30	0,00	4 663 074,30	4 406 202,07	0,00	4 406 202,07
	296 936 228,14	161 291 639,09	135 644 589,05	301 880 812,98	169 515 571,80	132 365 241,18
Total	297 715 690,93	161 291 639,09	136 424 051,84	302 705 010,16	169 515 571,80	133 189 438,36

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações ocorridas na quantia escriturada do ativo fixo tangível do Grupo Público UMinho no período de 2022, estão evidenciadas na Tabela 48.

Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo custo)				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Edifícios e outras construções	459 261,44	44 734,39	0,00	0,00	0,00	503 995,83
Pat. histórico, artístico e cultural	320 201,35	0,00	0,00	0,00	0,00	320 201,35
	779 462,79	44 734,39	0,00	0,00	0,00	824 197,18
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	10 374 029,27	0,00	0,00	0,00	0,00	10 374 029,27
Edifícios e outras construções	108 413 201,27	775 461,48	0,00	-3 533 143,60	0,00	105 655 519,15
Equipamento básico	10 905 308,32	3 646 553,21	448 520,41	-4 299 493,80	-718,43	10 700 169,71
Equipamento de transporte	58 800,11	27 400,00	0,00	-17 158,82	-7 100,00	61 941,29
Equipamento administrativo	536 451,83	128 034,88	0,00	-202 861,38	-2 175,98	459 449,35
Outros	693 723,95	179 135,28	0,00	-164 927,81	-1,08	707 930,34
AFT em curso	4 663 074,30	191 648,18	-448 520,41	0,00	0,00	4 406 202,07
	135 644 589,05	4 948 233,03	0,00	-8 217 585,41	-9 995,49	132 365 241,18
Total	136 424 051,84	4 992 967,42	0,00	-8 217 585,41	-9 995,49	133 189 438,36

Conforme evidenciado na Tabela 49, as adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público UMinho, no período económico de 2022, totalizaram 4.990.038,74 €, não se verificando qualquer aquisição de ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira. Note-se que as adições de AFT dizem apenas respeito a compras.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

No período de 2022, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público UMinho, ascenderam ao montante de 8.214.656,73 €, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidadas.

5.6. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

No período de 2022, o Grupo Público UMinho utilizou na sua atividade os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados constantes na Tabela 49.



Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros

Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados ainda em uso	2022	2021
Equipamento Informático e de telecomunicações	27 181 161,14	26 944 974,48
Equip. para invest. e form. de medida e de utilização técnica especial	29 591 944,84	28 067 611,75
Equipamento e material específico para serviços de saúde	83 451,39	61 838,48
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	969 014,14	938 002,98
Equipamento e material para serviços alimentação, roupa e lavanderia	2 210 320,76	2 180 861,27
Equipamento para agricultura pesca e jardinagem	15 651,71	14 918,61
Equipamento e material apoio à produção	633 928,26	629 985,38
Outro equipamento básico	15 473 009,96	15 115 591,90
Transportes rodoviários	263 895,66	387 160,31
Equipamento escritório e de reprografia	1 378 736,10	1 396 678,58
Outro equipamento administrativo	1 424 086,26	1 460 807,20
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 031 029,62	8 012 062,40
Equipamento de oficina e reparações	14 407,02	14 142,76
Equipamento de decoração e conforto de utilização	1 918 400,84	1 876 164,78
Equipamento individual para fins especiais	1 076,20	645,80
Equipamento militar de segurança e defesa	100 459,41	92 527,75
Total Geral	89 290 573,31	87 193 974,43

6. Locações

6.1. Locações financeiras – locatários

A 31 de dezembro de 2022, o Grupo Público UMinho dispunha dos bens presentes na tabela seguinte, classificados em regime de locação financeira, em virtude de estes transferirem de forma substancial, os riscos e vantagens da posse do ativo para o locatário.

Tabela 50 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros

Rubricas	Quantia escriturada líquida		Pagamentos efetuados pelo locatário (2022)			
			Período		Acumulado	
	2021	2022	Capital	Juro	Capital	Juro
Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	12 313,72	0,00	12 313,72	1 824,55	84 361,35	11 750,57
Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	11 652,17	0,00	11 652,17	1 983,51	78 363,35	12 865,89
Chiller, Ed. 7 Gualtar	18 277,74	0,00	18 277,74	2 816,76	174 849,28	13 525,22
Total	42 243,63	0,00	42 243,63	6 624,82	337 573,99	38 141,67

Em 31 de dezembro de 2022, não se encontram em vigor contratos de locação financeira na UMinho, pelo que não existem pagamentos futuros.

6.2. Locações operacionais - locatários

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Público UMinho classificou os bens presentes na Tabela 51 em regime de locação operacional, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

Tabela 51 - Locações operacionais – locatários, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados			Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Pagamentos mínimos período	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
Viaturas UMinho	276 740,90	35 776,58	0,00	162 511,61	49 428,77	64 800,33	114 229,10	110 743,63
Total	276 740,90	35 776,58	0,00	162 511,61	49 428,77	64 800,33	114 229,10	110 743,63

6.4. Locações operacionais – locadores

À data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, dispõem dos bens presentes na Tabela 52, como locação operacional (presentes nas divulgações da entidade-mãe).



Tabela 52 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados		Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos				
Elias Garcia 1º Andar	78 269,16	9 956,54	77 439,16	830,00	0,00	830,00	813,73
Elias Garcia 2º Andar	96 470,88	24 156,96	80 320,16	16 150,72	0,00	16 150,72	15 834,04
Elias Garcia 4º Andar	200 019,98	15 517,16	187 042,68	12 977,30	0,00	12 977,30	12 722,84
Elias Garcia 5º Andar	304 114,00	14 913,91	253 085,40	14 935,20	36 093,40	51 028,60	14 642,35
Elias Garcia 6º Andar	188 968,00	19 430,85	174 347,95	14 620,05	0,00	14 620,05	14 333,38
Francisco Melo R/C Esq.	66 118,68	11 133,64	62 402,16	3 716,52	0,00	3 716,52	3 643,65
Francisco Melo 1ºDireito	77 210,02	11 182,56	73 477,18	3 732,84	0,00	3 732,84	3 659,65
Francisco Melo 1ºEsquerdo	64 969,08	7 849,28	64 969,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Francisco Melo 1ºEsquerdo	15 400,00	4 950,00	4 950,00	10 450,00	0,00	10 450,00	10 245,10
Francisco Melo 2ºDireito	109 459,60	10 543,52	102 410,48	7 049,12	0,00	7 049,12	6 910,90
Francisco Melo 2ºEsquerdo	54 711,00	10 995,60	47 359,64	7 351,36	0,00	7 351,36	7 207,22
Francisco Melo 3ºDireito	31 261,92	14 415,48	20 415,48	10 846,44	0,00	10 846,44	10 633,76
Francisco Melo 3ºEsquerdo	141 141,84	9 810,06	122 858,08	9 972,96	8 310,80	18 283,76	9 777,41
Francisco Melo 4ºDireito	49 467,08	15 622,36	39 022,36	10 444,72	0,00	10 444,72	10 239,92
Francisco Melo 4ºEsquerdo	92 136,56	9 398,40	85 855,28	6 281,28	0,00	6 281,28	6 158,12
Francisco Melo Cave Direita	110 030,40	10 048,26	77 338,65	10 059,00	22 632,75	32 691,75	9 861,76
Francisco Melo Cave Esq.	86 571,72	15 464,16	81 409,64	5 162,08	0,00	5 162,08	5 060,86
Elias Garcia Loja A	181 300,08	18 657,60	175 072,08	6 228,00	0,00	6 228,00	6 105,88
Loja BM	15 720,55	2 557,94	15 507,22	213,33	0,00	213,33	209,15
Loja D	38 248,50	3 348,35	19 658,75	3 657,00	14 932,75	18 589,75	3 585,29
Loja E	17 025,32	4 262,04	13 466,82	3 558,50	0,00	3 558,50	3 488,73
Fração DA e DB	8 792,00	4 060,00	4 792,00	4 000,00	0,00	4 000,00	3 921,57
Total	2 027 406,37	248 274,67	1 783 200,25	162 236,42	81 969,70	244 206,12	159 055,31

8. Propriedades de investimento

8.1. Divulgações relativas às propriedades de investimento

As divulgações da presente nota são um complemento às informações da nota 6 – locações, onde se encontram identificados todos os contratos de locação celebrados relativamente às propriedades de investimento que o Grupo Público UMinho tinha reconhecidas no seu ativo.

O Grupo Público UMinho possui propriedades de investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

8.2. Modelo aplicado

No reconhecimento das propriedades de investimento, o Grupo Público UMinho utiliza o modelo do custo. Ou seja, estes ativos são inicialmente mensurados pelo seu custo de aquisição, sendo reconhecidos no balanço consolidado, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade.

8.6. Propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo

a) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado pelo Grupo Público UMinho nas propriedades de investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

A vida útil das propriedades de investimento encontra-se em conformidade com a definida pelo CC2 do SNC-AP. De referir que todas as propriedades de investimento são identificadas por uma ficha de cadastro, a qual se encontra permanentemente atualizada e de onde consta informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, ao valor de aquisição, à depreciação acumulada, ao valor líquido, de entre outro tipo de informação.

c) Propriedades de investimento – Variação das depreciações

Durante o período económico de 2022, a quantia escriturada das propriedades de investimento e depreciações acumuladas do Grupo Público UMinho registaram a variação presente, na Tabela 53.

Tabela 53 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciação acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciação acumulada	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	286 449,07	301 534,51	0,00	301 534,51
Edifícios e outras construções	930 336,67	308 562,21	621 774,46	975 592,98	329 750,28	645 842,70
Total	1 216 785,74	308 562,21	908 223,53	1 277 127,49	329 750,28	947 377,21

d) Propriedades de investimento – Quantia escriturada e variações do período



Na Tabela 54 identificam-se as variações registadas na quantia escriturada das propriedades de investimento do Grupo Público UMinho, durante o período económico de 2022.

Tabela 54 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Depreciações do período	Quantia escriturada final	Rendas
Propriedades de Investimento					
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	15 085,44	0,00	301 534,51	0,00
Edifícios e outras construções	621 774,46	45 256,31	-21 188,07	645 842,70	307 203,03
Total	908 223,53	60 341,75	-21 188,07	947 377,21	307 203,03

De referir que as adições de propriedades de investimento durante o exercício económico de 2022 totalizaram 60.341,75€, as quais apenas dizem respeito a doações ocorridas no período, não se tendo verificado qualquer aquisição através de compra.

e) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Público UMinho encontram-se mensuradas ao modelo do custo, uma vez que não foi determinado o seu justo valor com recurso a avaliação efetuada por um perito avaliador qualificado e independente. No entanto, atendendo ao disposto no ponto 1.3.13 da 2.ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”.

Assim, uma vez que o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho considera o VPT como um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor, divulga-se na Tabela 55, o VPT das propriedades de investimento:

Tabela 55 - VPT das propriedades de investimento, em euros

Propriedades de Investimento	VPT em 2022	VPT em 2021
Fracção CDE Ed. Navegador	112 758,52	111 642,10
Fracção DB Ed. Navegador	240 027,46	237 650,95
Fracção HBA Ed. Navegador	154 158,20	154 158,20
Predio Avenida Elias Garcia, n.º 43	7 105,00	7 105,00
Predio Avenida Elias Garcia, n.º 47	7 105,00	7 105,00
Predio Avenida Elias Garcia, n.º 54	1 976 306,50	1 976 306,50
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 208 806,63	1 207 283,40
Fracção D - Lordelo do Ouro	55 334,03	54 786,17
Fracção E - Lordelo do Ouro	50 298,88	49 800,87
Fracção BM – Cedofeita	43 968,06	43 532,73
Moradia, Rio de Mouro, Sintra	60 341,75	0,00
Total	3 916 210,03	3 849 370,92

10. Inventários

Relativamente aos inventários reconhecidos no Balanço Consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas Tabelas 56 e 60 a sua desagregação e movimentos dos períodos de 2021 e 2022.

Tabela 56 - Inventários, em euros

Rubricas	Quantia bruta 2022	Imparidade Acumulada a 31/12/2022	Quantia Escriturada 2022	Quantia Escriturada 2021
Mercadorias	79 552,73	0,00	79 552,73	83 984,06
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	152 843,61	0,00	152 843,61	175 842,54
Total	232 396,34	0,00	232 396,34	259 826,60



Tabela 57 - Movimentos do período, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções de inventários	Quantia escriturada final
Ano 2022					
Mercadorias	83 984,06	646 036,00	-635 505,44	-14 961,89	79 552,73
Matérias-primas, subs. e de consumo	175 842,54	926 333,33	-929 393,91	-19 938,35	152 843,61
Total	259 826,60	1 572 369,33	-1 564 899,35	-34 900,24	232 396,34
Ano 2021					
Mercadorias	59 706,29	392 201,64	-366 335,86	-1 588,01	83 984,06
Matérias-primas, subs. e de consumo	166 713,47	582 802,69	-573 236,78	-436,84	175 842,54
Total	226 419,76	975 004,33	-939 572,64	-2 024,85	259 826,60

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

Apresenta-se na Tabela 58 a quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2022, pelo Grupo Público UMinho.

Tabela 58 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros

Rubricas	2022	2021
Vendas	1 504 530,67	896 208,94
Prestações de serviços e concessões	9 671 726,31	8 747 035,73
Outros rendimentos e ganhos	1 219 610,94	1 090 018,32
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	50,96	126,35
Total	12 395 918,88	10 733 389,34

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Na Tabela 59, apresenta-se o montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos pelo Grupo Público UMinho, durante os períodos de 2021 e 2022, por classes principais de rendimentos.

Tabela 59 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período reconhecido em		Rendimento de 2021 reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Taxas, multas e outras penalidades	23 670 132,48	0,00	22 866 338,14	
Transferências sem condição	73 606 392,79	0,00	70 866 905,47	
Subsídios sem condição	4 956 320,05	57 420 149,61	4 529 454,25	67 487 575,50
Subsídios com condição	41 251 531,74	0,00	43 559 600,87	
Outros	5 318 155,86	0,00	4 770 113,57	
Total	148 802 532,92	57 420 149,61	146 592 412,30	67 487 575,50

As taxas, multas e outras penalidades são reconhecidas em rendimentos no ano económico em que o serviço é prestado ou que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condição corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado, enquanto a rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes.

O montante presente na rubrica de subsídios com condição reflete os subsídios à exploração que estão relacionados com projetos de I&D. Estes são reconhecidos no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida, tendo em consideração a FAQ 42, emitida pela CNC a 22 de dezembro de 2020, conforme referido na nota 2.

A rubrica de outros rendimentos compreende, sobretudo, rendimentos que não se enquadram nas outras rubricas, assim como, rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

Em consonância com o exposto na nota 2.1., o Grupo Público UMinho apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfluxo futuro de meios líquidos (caixa). Pelo exposto, no período de 2022 foram constituídas provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante de 187.521,71€, por outro lado efetuadas reversões e anulações no valor total de 988.992,59€, conforme evidenciado na Tabela 60:



Tabela 60 – Provisões de 2022 em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2021)	Aumentos	Reversão	Anulação / Resolução	Quantia Escriturada Final (31/12/2022)
Processos judiciais em curso	2 284 358,13	187 521,71	382 328,67	606 663,92	1 482 887,25
Total	2 284 358,13	187 521,71	382 328,67	606 663,92	1 482 887,25

Tabela 61 – Provisões de 2021 em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2020)	Aumentos	Quantia Escriturada Final (31/12/2021)
Processos judiciais em curso	777 248,96	1 507 109,17	2 284 358,13
Total	777 248,96	1 507 109,17	2 284 358,13

15.2. Identificação das provisões

Da tabela constante do ponto anterior conclui-se que o Grupo Público UMinho tem constituídas provisões num total de 1.482.887,25€, as quais estão identificadas na Tabela 62:

Tabela 62 - Identificação das provisões, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações	
	2022	2021
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	310 004,03	285 005,02
Anulação de sanção disciplinar	30 000,01	0,00
Direitos contratuais	8 531,58	511 298,64
Direitos laborais	1 027 337,48	1 335 221,60
Impugnação de sanção disciplinar	37 476,11	37 476,11
Inimpugnabilidade do ato administrativo	30 000,01	60 000,02
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	9 538,02	10 392,79
Reconhecimento de habilitações	30 000,01	44 963,95
Total	1 482 887,25	2 284 358,13

15.3. Passivos contingentes

Na Tabela 63 apresentam-se os passivos contingentes do Grupo Público UMinho, referentes a processos judiciais em curso, os quais, não cumprindo os requisitos para o reconhecimento como provisões, devido ao baixo risco de perda das ações em tribunal, foram apenas alvo de divulgação.

Tabela 63 - Passivos contingentes, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações	
	2022	2021
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	150 005,00	180 006,00
Direitos contratuais	57 026,35	40 849,75
Direitos Laborais	150 001,02	180 002,02
Impugnação de sanção disciplinar	38 000,01	38 000,01
Inimpugnabilidade do ato administrativo	65 003,00	65 003,00
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	105 770,02	116 228,62
Pretensão decisão bolsa de estudo por mérito	0,00	2 900,00
Reconhecimento de habilitações	60 000,01	60 000,01
Total	625 805,41	682 989,41

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2022, o Grupo Público UMinho contabilizou diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido reconhecidas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 13 de junho de 2023, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que as mesmas serão apreciadas em Conselho Geral no dia 27 de junho de 2023 e homologadas pelo Conselho de Curadores no dia 28 de junho de 2023, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Público UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos



nas demonstrações financeiras consolidadas. Neste âmbito, e à data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2022.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.4. “Principais pressupostos relativos ao futuro”, importa salientar o elevado grau de incerteza relativamente ao conflito despoletado pela invasão da Rússia na Ucrânia em 2022, o qual fez disparar o aumento do custo de energia na Europa, e como consequência verificou-se um aumento da taxa de inflação, o que fez com que as entidades reguladoras tomassem medidas restritivas à atividade económica, como forma de controlo do aumento generalizado de preços.

Todavia, apesar de não ser possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, devido ao exposto no parágrafo anterior, é nossa convicção que a existirem tais efeitos, não colocarão em causa a continuidade das atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

18. Instrumentos financeiros

A) Investimentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2022, os investimentos financeiros do Grupo Público UMinho apresentavam uma quantia escriturada de 6.508.935,75€ (6.696.337,96€ em 31 de dezembro de 2021).

Tabela 64 - Investimentos financeiros, em euros

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Investimentos financeiros - MEP	6 166 751,61	105 527,68	6 061 223,93	6 474 340,97	105 527,68	6 368 813,29
Investimentos financeiros - Custo	660 078,79	212 366,97	447 711,82	539 891,64	212 366,97	327 524,67
Total	6 826 830,40	317 894,65	6 508 935,75	7 014 232,61	317 894,65	6 696 337,96

A Tabela 65 apresenta informação sobre a aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho, divulgando-se, ainda, a quantia escriturada em 31 de dezembro de 2021 e 2022 e o valor das participadas, desagregando o RLP dos fundos patrimoniais.

Tabela 65 – Aplicação do MEP, em euros

Componentes Grupo UMinho	Participação %	Quantia escriturada investimento financeiro		Valores das Participadas 2022		Aplicação MEP 2022	
		31.12.2022	31.12.2021	Total Fundos patrimoniais	RLP	Impacto Fundos patrimoniais	Impacto no RLP
2CA-Braga	40,00%	291 273,86	287 266,43	728 184,66	11 137,59	4 007,43	4 455,04
BLCS	50,00%	72 596,77	68 834,92	145 193,53	7 523,69	3 761,85	3 761,85
CCG	35,96%	3 539 298,87	3 676 958,89	9 842 321,65	232 151,15	-137 660,03	83 481,55
CCV Guimarães	7,14%	9 233,15	4 942,20	129 315,80	130 097,31	4 290,95	9 288,95
CEJUR	78,99%	127 921,01	88 253,54	161 945,83	50 218,34	39 667,47	39 667,47
CeNTI	19,05%	1 203 655,29	1 454 220,15	6 318 400,46	-370 678,73	-250 564,86	-70 614,30
CS	33,33%	10 128,07	14 810,50	30 384,22	-14 047,29	-4 682,43	-4 682,43
IC	50,00%	87 608,53	83 473,44	175 217,06	8 270,19	4 135,10	4 135,10
IDEGUI	0,72%	96,85	7,14	13 451,76	12 459,71	89,71	89,71
PIEP	31,39%	694 911,82	668 892,65	2 213 800,00	178 646,00	26 019,17	56 076,98
Total		6 036 724,22	6 347 659,87	19 758 214,97	245 777,96	-310 935,65	125 659,91

Referir que a entidade B'ACIS detém no seu balanço a 31 de dezembro de 2022, uma participação reconhecida ao MEP no montante de 24.499,69€, correspondente a 25% dos capitais próprios da Icoignitus4all – It Solutions, Lda. À data de 31 de dezembro de 2021, o montante reconhecido desta participação na entidade B'ACIS ascendia a 21.153,40€.

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No período de 2022 a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público UMinho registou uma variação negativa no montante de 2.908.074,69€ resultante, essencialmente, da redução do reconhecimento no período, do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis.

Tabela 66 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	14 095 801,01	17 003 875,70
Total	14 095 801,01	17 003 875,70

**C) Clientes, contribuintes e utentes**

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2022 o montante de 23.074.944,46€, evidenciando um aumento de 330.262,35€ face ao período de 2021, essencialmente, decorrente da variação positiva verificada na rubrica de dívidas de utentes em 500.036,47€ na entidade-mãe. Por outro lado, em sentido inverso, identificou-se uma variação negativa na rubrica de clientes de cerca de 97 k€ na ACMP5 e o montante de 83 k€ na TecMinho.

Tabela 67 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada
Clientes, contrib. e utentes	29 356 100,79	6 281 156,33	23 074 944,46	28 398 653,70	5 653 971,59	22 744 682,11
Total	29 356 100,79	6 281 156,33	23 074 944,46	28 398 653,70	5 653 971,59	22 744 682,11

A Tabela 68 divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões das mesmas do Grupo Público UMinho, tendo em consideração as rubricas de clientes, contribuintes e utentes.

Tabela 68 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2022, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2021	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2022	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade			
Clientes	1 055 864,15	328 826,03	67 937,27	1 316 752,91	3 665 137,74	2 348 384,83
Utentes	4 598 107,44	593 415,74	227 119,76	4 964 403,42	25 690 963,05	20 726 559,63
Total	5 653 971,59	922 241,77	295 057,03	6 281 156,33	29 356 100,79	23 074 944,46

Tabela 69 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2021, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2020	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2021	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade			
Clientes	1 219 345,53	137 462,18	300 943,56	1 055 864,15	3 578 157,03	2 522 292,88
Utentes	3 971 006,93	627 100,51	0,00	4 598 107,44	24 820 496,67	20 222 389,23
Total	5 190 352,46	764 562,69	300 943,56	5 653 971,59	28 398 653,70	22 744 682,11

D) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica evidenciava o saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 1.444.178,78€, outros devedores no valor de 28.577,06€ e cauções entregues a terceiros no montante de 2.047,50€.

Tabela 70 - Outras contas a receber, em euros

Outras contas a receber	31/12/2022	31/12/2021
Acréscimos de rendimentos	1 444 178,78	834 654,88
Outros devedores	28 577,06	101 509,52
Cauções entregues a terceiros	2 047,50	2 785,40
Total	1 474 803,34	938 949,80

E) Caixa e depósitos

Conforme evidenciado na alínea e) da nota 1.2. "Referencial contabilístico e demonstrações financeiras", a 31 de dezembro de 2022, o saldo do caixa e depósitos do Grupo Público UMinho apresenta, o montante de 23.121.072,63€ (12.688.298,92 € em 31 de dezembro de 2021), sendo desagregados conforme Tabela 71.

Tabela 71 - Caixa e depósitos, em euros

Caixa e depósitos	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5 485,76	6 280,61
Depósitos à ordem	22 816 602,72	12 450 243,76
Depósitos a prazo	201 286,11	101 247,89
Depósitos consignados	29 567,24	0,00
Depósitos de garantias e cauções	68 130,80	130 526,66
Total	23 121 072,63	12 688 298,92

**F) Património líquido**

Apresenta-se na Tabela 72 o património líquido do Grupo Público UMinho, à data de 31 de dezembro de 2022, o qual evidencia um aumento no montante de 2.761.363,16 € face ao ano de 2021. O Grupo Público UMinho apresentou em 2022 um resultado líquido positivo de 3.264.064,89 €, refletindo um aumento de 4.813.335,00 € relativamente a 2021, bem como uma diminuição nas rubricas outras variações no património líquido, excedentes de revalorização e resultados transitados.

De referir que as variações no património líquido decorrem da agregação das rubricas de capital próprio das entidades controladas, assim como da aplicação do MEP às participações detidas nas entidades associadas.

Tabela 72 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Património/Capital	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados Transitados	-71 651 817,19	-69 616 478,69
Ajustamentos em Ativos Financeiros	5 876 317,06	5 816 458,60
Excedentes de Revalorização	3 650,93	3 813,20
Outras Variações no Património Líquido	67 971 341,53	68 112 300,78
Resultado Líquido do Período	3 264 064,89	-1 549 270,11
Interesses que não controlam	1 038 546,17	973 916,46
Total	147 123 567,79	144 362 204,63

G) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos do Grupo Público UMinho apresentam em 31 de dezembro de 2022, um total agregado de 182.505,92 € (278.792,71 € em 31 dezembro de 2021). A rubrica de financiamentos obtidos é desagregada no balanço consolidado conforme tabela seguinte.

Tabela 73 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos obtidos correntes	55 130,79	96 554,10
Financiamentos obtidos não correntes	127 375,13	182 238,61
Total	182 505,92	278 792,71

H) Fornecedores e fornecedores de investimentos

A rubrica de fornecedores do Grupo Público UMinho evidenciou em 31 de dezembro de 2022, uma diminuição no montante de 1.764.880,10 €, comparativamente ao ano de 2021, e a rubrica de fornecedores de investimentos registou uma diminuição relativa à data de relato do ano transato, no valor de 961.766,84 €.

Tabela 74 - Fornecedores, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c	1 145 166,28	2 910 046,38
Fornecedores de investimento	245 388,26	1 207 155,10
Total	1 390 554,54	4 117 201,48

Importa referir que as dívidas de fornecedores que transitaram de ano, à data de emissão do presente relatório, já se encontram totalmente liquidadas.

I) Estado e outros entes públicos

O saldo refletido na rubrica estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação:

Tabela 75 - Estado e outros entes públicos, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Estado e outros entes públicos - Ativo	12 814,99	1 592,96
Estado e outros entes públicos - Passivo	3 870 672,44	3 888 227,64

J) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de outras contas a pagar do Grupo Público UMinho registou um aumento, no montante de 6.005.142,23 € face ao período homólogo, tal como evidenciado na tabela infra.



Tabela 76 - Outras contas a pagar, em euros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outras contas a pagar – corrente	29 551 575,46	23 540 192,31
Remunerações a pagar ao pessoal	1 013 343,09	898 574,83
Credores por acréscimos de gastos	17 146 079,26	15 847 560,02
Cauções recebidas de terceiros	146 150,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	84 500,46	146 896,32
Outros credores	11 161 502,65	6 647 161,14
Outras contas a pagar - não corrente	86 532,86	92 773,78
Total	29 638 108,32	23 632 966,09

K) Passivos por impostos diferidos

Os passivos por impostos diferidos resultam da diferença temporal entre os créditos de cobrança duvidosa constituídos e aqueles que são aceites fiscalmente. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes passíveis de constituir uma imparidade aceite fiscalmente ascendia a 1.079,46€, sendo que no período homólogo este montante ascendia a 4.532,32€.

L) Acionistas/sócios/associados

O montante de 2.500,00 € reconhecido na rubrica de acionistas/sócios/associados, deve-se a capital subscrito, mas ainda não realizado, na entidade CVR.

M) Outros passivos financeiros

O montante de 24.466,40 € encontra-se reconhecido numa das entidades consolidantes do Grupo Público UMinho e respeita a outras dívidas de curto prazo, não enquadráveis noutras rubricas. Este montante a 31 de dezembro de 2021 ascendia a 3.871,88€.

19. Benefícios dos Empregados

O Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos. Na tabela seguinte apresenta-se a agregação dos valores auferidos pelos trabalhadores do Grupo Público UMinho. Da sua análise observa-se um aumento das remunerações e dos encargos sobre remunerações dos trabalhadores do Grupo Público, decorrente, fundamentalmente, da pela contratação de investigadores e de pessoal técnico administrativo e de gestão.

Tabela 77 - Benefícios dos empregados, em euros

Descrição	2022	2021
Remunerações	87 582 145,16	84 196 111,50
Indemnizações	333 911,92	350 639,54
Encargos sobre remunerações	19 805 687,70	18 950 007,37
Outros encargos sociais	239 809,88	236 230,72
Total	107 961 554,66	103 732 989,13

Os gastos com o pessoal reportados, respeitam aos 2.801 trabalhadores do Grupo Público UMinho (2.754 em 2021).

20. Divulgações de Partes Relacionadas

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas Tabelas 78 a 82, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Tabela 78 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
ACMP5	Campus de Gualtar, 4710-057 Braga	90,00		90,00
B'ACIS	Campus de Gualtar, 4710-057 Braga	90,00		90,00
APsi	Campus de Gualtar, 4710-057 Braga	80,00		80,00
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	56,30		56,30
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	56,25		56,25
EXPERTISSUES	Zona Industrial de Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-909 Caldas das Taipas	50,00		50,00

No que respeita às entidades EXPERTISSUES, CVR e TecMinho, apesar dos direitos de voto da UMinho serem iguais ou inferiores a 50%, a Universidade detém o controlo das mesmas, por via dos seus órgãos sociais.



Tabela 79 - Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
2CA-Braga	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	50,00		50,00
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 14, 4800-058 Guimarães	49,42		49,42
IDEGUI	R. da Ramada, 4810-445 Guimarães	34,09		34,09
CCVG	R. da Ramada, 4810-445 Guimarães	33,33		33,33
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	31,39		31,39
IDITE MINHO	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4705-110 Braga	25,45		25,45
CEJUR	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	25,00		25,00
CeNTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	19,05		19,05

Relativamente à entidade CeNTI, a presença da UMinho nos seus Órgão Sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

Tabela 80 - Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
Associação Fibrenamics	Universidade do Minho, Campus de Azurém, N S - RC	19,58		19,58
SPINPARK	Zona Indust. da Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
BLC3	Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 2, 3405-155 Oliveira do Hospital	14,29		14,29
LIP	Rua Larga, 3004-516 Coimbra	14,29		14,29
AVEPARK	Lugar Da Gandra, 4805-017 Barco	10,61		10,61
4LIFELAB	Alameda Professor Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto	10,53		10,53
IGAP	R. de Belos Ares 160, 4100-108 Porto	9,09		9,09
Associação Laboratório da Paisagem	R. da Ponte Romana, Guimarães	8,33		8,33
TECMEAT	Rua Fernando Mesquita, n.º 2785, 4760-034	8,33		8,33
Associação BIP4DAB	Rua da Quinta Grande, n.º 6, 2780-156 Oeiras	8,33		8,33
B2E	Avenida da Liberdade, 4450-718 Matosinhos	7,69		7,69
DTX	Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	7,58		7,58
CECoLab	R. Nossa Senhora da Conceição 2, 3405-155 Coimbra	7,14		7,14
ProChild Colab	Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães	6,67		6,67
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	6,35		6,35
INESC TEC	R. Dr. Roberto Frias, Porto	5,26		5,26
Associação RAIL CoLAB	Rua Ferroviário, 4460-020 Guifões	5,26		5,26
BATPOWER - Associação Portuguesa	Praça Conde de Agrolongo 123, 4700-314 Braga	2,63		2,63
BIOREF – Lab. Col. Biorrefinarias	Rua Amieira Apartado 1089, 4466-901 - S. Mamede	5,00		5,00
BUILT CoLAB	Rua Álvares Cabral 306, 4050-040 Porto	5,00		5,00
WATER CO-RE COLAB Associação	Lever, 4415-679 Vila Nova de Gaia	5,00		5,00
L.C.S.D – Associação Data Colab	Avenida de Cabo Verde, lote 1, 4900-568 Viana do Castelo	5,00		5,00
Colab4Food	R. DE LAGIDOS POLO DE VAIRÃO, 4485-655 - Vila Conde	4,62		4,62
Fundação CEER	Praza do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	Rua Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
APCTP	Rua Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	2,94		2,94
AEDOAVE	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Ed. Amave 4800-019 GMR	2,00		2,00
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	1,19		1,19
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1.º Andar, 4715-035 Braga	1,00		1,00
POOL NET	Zona Industrial da Marinha Grande	0,98		0,98
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,98		0,98
INTEGRALAR - Portugal Foods	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	0,86		0,86
VARD 2015	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1 - Edifício Amave	0,57		0,57
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,15		0,15
Fundação Bienal de Cerveira	Av. Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova Cerveira	0,08		0,08
Fundação Portugal África	Rua do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,06		0,06
ADVID	Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real, 5000-033 Vila Real	<20,00		<20,00

Tabela 81 - Listagem de serviços e fundos autónomos

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100,00		100,00



Tabela 82 - Listagem das unidades diferenciadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
BLCS	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50,00		50,00
IC	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50,00		50,00
CS	Largo Martins Sarmiento, 51, 4800-432 Guimarães	33,33		33,33

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações, entre partes relacionadas com a entidade-mãe.

Tabela 83 - Transações entre partes relacionadas, em euros

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
2CA	Associada	FSE	-48 232,00	0,24%	0,00	Pagamento a 60 dias
2CA	Associada	Taxas	1 750,00	0,01%	0,00	Recebimentos a 30 dias
AFTEBI	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-12 300,00	0,37%	0,00	Pagamento a 60 dias
AFTEBI	Outras Entidades	Prest. Serv.	1 174,40	0,04%	0,00	Recebimentos a 30 dias
APCTP	Outras Entidades	FSE	-234 361,83	1,19%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação Colab4Food	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-2 000,00	0,06%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Outros rendimentos e ganhos	4 512,13	0,05%	4 512,13	Recebimentos a 30 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Prest. Serv.	445,00	0,01%	0,00	Recebimentos a 30 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Taxas	2 318,50	0,01%	0,00	Recebimentos a 30 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Transf. - Concedidas	-14 726,10	0,12%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação Fibrenamics	Associada	Aq. Part.	-100 000,00	12,87%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação Fibrenamics	Associada	Outros rendimentos e ganhos	123 036,90	1,46%	0,00	Recebimentos a 30 dias
Associação Fibrenamics	Associada	Venda bens	8,50	0,03%	0,00	Recebimentos a 30 dias
Associação Laboratório da Paisagem	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-2 500,00	0,07%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação ProChild Colab	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-10 000,00	0,30%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação ProChild Colab	Outras Entidades	Outros rendimentos e ganhos	6 181,44	0,07%	3 629,19	Recebimentos a 30 dias
Associação TECMEAT	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-500,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
B2E	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-1 000,00	0,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
BUILT CoLAB	Outras Entidades	FSE	-547,78	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	FSE	-275,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	Outros rendimentos e ganhos	9 378,06	0,11%	53 892,95	Recebimentos a 30 dias
CCG	Associada	Taxas	7 027,30	0,03%	0,00	Recebimentos a 30 dias
CCG	Associada	Transf. - Concedidas	-45 422,22	0,37%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCV Guimarães	Associada	Outros gastos e perdas	-2 500,00	0,07%	0,00	Pagamento a 60 dias
CENTI	Associada	Prest. Serv.	797,04	0,03%	221,4	Recebimentos a 30 dias
CENTI	Associada	Transf. - Concedidas	-47 698,32	0,39%	0,00	Pagamento a 60 dias
CITEVE	Outras Entidades	FSE	-708,48	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
CVR	Controladas	FSE	-7 600,17	0,04%	-6 100,80	Pagamento a 60 dias
Fundação CEER	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-6 487,50	0,19%	0,00	Pagamento a 60 dias
IGAP	Outras Entidades	FSE	-730,00	0,00%	-205,00	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Outros rendimentos e ganhos	18 793,95	0,22%	0,00	Recebimentos a 30 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Prest. Serv.	160,00	0,01%	0,00	Recebimentos a 30 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Taxas	13 652,25	0,06%	0,00	Recebimentos a 30 dias



Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. - Concedidas	-32 808,03	0,27%	0,00	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. Obtidas	91 445,90	0,08%	208 298,00	Recebimentos a 30 dias
Instituto Confúcio	SFAutónomos	Outros gastos e perdas	-33,16	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
Instituto Confúcio	SFAutónomos	Prest. Serv.	2 518,88	0,08%	55,00	Recebimentos a 30 dias
Instituto do Design	Associada	FSE	-118 818,00	0,60%	0,00	Pagamento a 60 dias
Instituto do Design	Associada	Outros gastos e perdas	-240,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
INTEGRALAR – Portugal Foods	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-1 500,00	0,04%	0,00	Pagamento a 60 dias
L.C.S.D - Associação Data Colab	Outras Entidades	Aq. Part.	-2 500,00	0,32%	0,00	Pagamento a 60 dias
L.C.S.D - Associação Data Colab	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-500,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	FSE	-13 374,19	0,07%	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Outros rendimentos e ganhos	4 514,20	0,05%	4 514,20	Recebimentos a 30 dias
PIEP	Associada	Prest. Serv.	9 723,15	0,31%	7 213,95	Recebimentos a 30 dias
POOL NET	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-500,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	SFAutónomos	FSE	-206 095,56	1,04%	-2 767,30	Pagamento a 60 dias
SASUM	SFAutónomos	Outros gastos e perdas	-620,82	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	SFAutónomos	Outros rendimentos e ganhos	122 322,50	1,45%	3 836,55	Recebimentos a 30 dias
SASUM	SFAutónomos	Transf. - Concedidas	-300 141,03	2,43%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	SFAutónomos	Transf. Obtidas	2 599,82	0,00%	0,00	Recebimentos a 30 dias
TECMINHO	Controladas	FSE	-98 577,99	0,50%	-1 500,00	Pagamento a 60 dias
TECMINHO	Controladas	Outros gastos e perdas	-1 496,40	0,04%	0,00	Pagamento a 60 dias
TECMINHO	Controladas	Outros rendimentos e ganhos	15 488,82	0,18%	75 329,80	Recebimentos a 30 dias
TECMINHO	Controladas	Prest. Serv.	79,95	0,00%	0,00	Recebimentos a 30 dias
TECMINHO	Controladas	Venda bens	46,00	0,18%	0,00	Recebimentos a 30 dias
TICE.PT	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-2 500,00	0,07%	0,00	Pagamento a 60 dias
Totais			-967 131,41		350 930,07	

21. Relato por segmentos

O Grupo Público UMinho proporciona uma grande variedade de serviços aos utentes e clientes em diferentes regiões geográficas. Desde logo, a entidade-mãe executa os seus serviços através de três *campi*: o *campus* de Gualtar, em Braga e os *campi* de Azurém e de Couros, ambos em Guimarães. Refira-se ainda, que neste concelho localiza-se também o I3Bs, a EXPERTISSUES, o IDEGUI e a CS. Mais recentemente, a UMinho também está localizada no município de Vila Nova Famalicão, com instalações essencialmente dedicadas à atividade de investigação.

O *campus* de Gualtar representa o polo de maior dimensão do Grupo Público UMinho, sendo que nele estão situadas as Escolas de Ciências, de Direito, de Economia e Gestão, de Psicologia, de Enfermagem, de Medicina, de Letras Artes e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Sociais e o Instituto de Educação, assim como, parte da Escola de Engenharia. Neste *campus* encontram-se ainda localizadas as seguintes entidades-filhas: os SASUM, a ACMP5, a B'ACIS, a APsi e o IC.

A BLCS e o 2CA-Braga também estão sediados na cidade de Braga.

O *campus* de Azurém está sediado na cidade de Guimarães, onde se encontram quase todos os cursos da Escola de Engenharia, da Escola de Arquitetura, Arte e Design e alguns cursos da Escola de Ciências e do Instituto de Ciências Sociais. Neste *campus* estão também sediadas as seguintes entidades-filhas: CVR, TecMinho, CCG, PIEP e parte do departamento alimentar e alojamentos dos SASUM.

Ainda em Guimarães está localizado o *campus* de Couros, o qual tem em funcionamento o Centro Avançado de Formação Pós-graduada, a Licenciatura em Teatro do Instituto de Letras e Ciências Humanas, a Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas e o Instituto de Design de Guimarães. Este é o *campus* da criatividade, aberto à interação entre a UMinho e a sociedade.



Por fim, em Vila Nova de Famalicão está localizado o CeNTI.

Apesar das áreas geográficas distintas do Grupo Público UMinho, são definidas como atividades, em conformidade com o art.º 13.º dos Estatutos da UMinho, o Ensino, a Investigação e a Interação com a Sociedade, procedendo-se em seguida ao apuramento dos resultados pelas mesmas.

Tabela 84- Resultado da atividade de ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	1 907 556,44	2 560 216,11	-652 659,67
EC	9 105 635,87	13 887 309,04	-4 781 673,17
ED	5 222 191,25	3 205 728,85	2 016 462,40
EENG	31 201 629,61	23 341 023,33	7 860 606,28
EEG	9 832 894,43	8 005 057,26	1 827 837,17
EMed	4 382 382,59	6 381 762,65	-1 999 380,06
EPsi	2 557 614,76	2 367 474,73	190 140,03
ESE	2 101 017,98	2 330 006,02	-228 988,04
IE	5 604 565,88	6 420 143,76	-815 577,88
ICS	5 105 140,80	5 210 518,49	-105 377,69
ELACH	4 207 728,00	5 586 399,22	-1 378 671,22
I3Bs	133 624,78	143 961,82	-10 337,04
UGA	19 765 583,75	21 770 277,08	-2 004 693,33
Total Grupo Público	101 127 566,12	101 209 878,36	-82 312,23

Tabela 85- Resultado da atividade de investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	298 438,33	718 705,60	-420 267,27
EC	5 255 715,28	5 132 007,13	123 708,15
ED	328 064,05	356 239,75	-28 175,70
EE	16 711 613,83	14 704 167,87	2 007 445,96
EEG	824 107,53	843 607,91	-19 500,38
EMed	3 860 492,70	4 623 853,03	-763 360,33
EPsi	1 929 167,51	1 836 376,09	92 791,42
ESE	112 258,26	180 665,08	-68 406,82
IE	612 009,38	627 421,12	-15 411,74
ICS	1 415 447,72	1 533 486,89	-118 039,16
ELACH	440 687,24	686 355,77	-245 668,54
I3Bs	5 636 396,11	5 829 607,60	-193 211,49
UGA	4 898 926,81	2 667 421,30	2 231 505,51
Total Grupo Público	42 323 324,75	39 739 915,14	2 583 409,61

Tabela 86- Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	11 466,90	31 643,58	-20 176,68
EC	35 492,44	17 909,80	17 582,64
ED	44 975,43	3 887,98	41 087,45
EE	288 637,68	295 614,09	-6 976,41
EEG	770 252,92	245 102,17	525 150,75
EMed	120 584,71	15 697,84	104 886,87
EPsi	69 235,24	307 862,70	-238 627,46
ESE	6462,734542	11 524,61	-5 061,88
IE	557 223,36	127 714,25	429 509,11
ICS	52 177,56	58 894,33	-6 716,77
ELACH	407 161,90	165 133,89	242 028,01
I3Bs	0	1 485,95	-1 485,95
UGA	1 891 923,16	1 786 582,26	105 340,90
ACMP5	339 598,47	506 324,89	-166 726,42
B'ACIS	441 251,60	421 333,81	19 917,79
APSI	369 487,28	359 489,18	9 998,10
2ªCA	4 455,04	0,00	4 455,04
CeNTI	0,00	70 614,30	-70 614,30
IDEGUI	89,71	0,00	89,71
CCVG	9 288,95	0,00	9 288,95



Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
CEJUR	39 667,47	0,00	39 667,47
CCG	83 481,55	0,00	83 481,55
PIEP	56 076,98	0,00	56 076,98
CVR	1 011 153,34	949 970,33	61 183,01
TECMINHO	2 799 087,49	2 710 679,27	88 408,22
SASUM	8 329 694,69	8 418 651,99	-88 957,30
IC	4 135,10	0,00	4 135,10
BLCS	3 761,85	0,00	3 761,85
EXPERTISSUES	0,00	9 571,44	-9 571,44
Casa Sarmiento	0,00	4 682,43	-4 682,43
Total Grupo Público	17 746 823,53	16 520 371,09	1 226 452,44

No que diz respeito à consolidação de fluxos de caixa, o Grupo Público UMinho é constituído pela UMinho, pelos SASUM, CVR, TECMINHO, APSI, B'ACIS, ACMP5 e EXPERTISSUES, já que de acordo com a NCP 25 (§8) são as únicas entidades que apresentam informação acerca deste segmento.

Através da tabela infra apresenta-se a execução dos recebimentos e de pagamentos do Grupo Público UMinho, relativo ao ano de 2022.

Tabela 87- Fluxo de tesouraria por entidades controladas, em euros

Entidades	Recebimentos	Pagamentos
UMinho	120 230 857,92	109 812 445,69
CVR	1 036 519,74	1 135 331,03
TECMINHO	2 478 277,10	2 391 019,51
APSI	351 556,93	326 417,42
B'ACIS	408 914,94	421 630,33
ACMP5	259 991,25	381 091,36
SASUM	7 985 318,10	7 863 984,00
EXPERTISSUES	0,00	16 858,03
Total Grupo Público	132 751 435,98	122 348 777,37

22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- Como **entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis, decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- Como **entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa, ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;



- Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação, através da aplicação do **MEP**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

A UMinho, enquanto entidade-mãe, cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

▪ **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:

- **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo Reitor da UMinho.
- **Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5)** - É uma organização sem fins lucrativos, que resulta de uma parceria entre a UMinho, através da EMed, e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Tem como objetivo principal a promoção das melhores práticas de saúde preventiva e a melhor monitorização e gestão de doença crónica, bem como o apoio especializado aos cuidados de saúde primários, numa abordagem holística, suportada por tecnologias digitais que promovam o envolvimento e a centralidade das pessoas/doentes.
- **Associação Ciências, Inovação e Saúde - Braga (B'ACIS)** - É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado da parceria entre a UMinho, através da EMed e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho, tendo por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação, através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.
- **Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.
- **Expertissues - European Institute of Excellence for Tissue** – É um Agrupamento Europeu de Interesse Económico sem fins lucrativos, constituído em 2009 e localizado no Grupo de Investigação 3B'S, no Avepark, no concelho de Guimarães. Tem como atividade principal facilitar o desenvolvimento e melhoria das atividades dos seus membros, nomeadamente combater e superar a fragmentação existente na Investigação Científica, no campo da Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa; desenvolver novas tecnologias de engenharia de tecidos para tratamentos terapêuticos; desenvolver o conhecimento e a propriedade intelectual; conhecer e implementar cursos europeus de pós-graduação; contribuir para os objetivos do Comité Europeu de Normalização (CEN) e da União Europeia; fomentar a diversidade de género na área da Investigação Europeia e desenvolver uma plataforma de investigação especializada e altamente especializada e altamente competitiva para convites à apresentação de propostas e projetos.
- **Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)** - É uma instituição privada sem fins lucrativos, em atividade desde 2002, prestando serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente. Independentemente da área da atividade industrial, o CVR tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Tem as suas instalações no *Campus* de Azurém da UMinho, em Guimarães.
- **TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento** - É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave (AMAVE). Enquanto interface da Universidade do Minho, a TecMinho



tem como missão a valorização e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e demais atores económicos e sociais, contribuindo para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria de competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de atividades de educação e formação (presencial e *e-learning*), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os *spin-offs* académicos.

▪ **Entidades associadas**, nas quais se aplicou o **método de equivalência patrimonial**:

- **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - É uma biblioteca pública que surgiu de uma parceria entre a UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública. Está vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais, sendo o seu objetivo principal a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como a criação de estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga.
- **Instituto Confúcio (IC)** - O IC é uma unidade diferenciada da UMinho, criado em associação com o *Hanban*, com o objetivo de difundir a língua e cultura chinesa, através da promoção de uma série de atividades didáticas e culturais, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006, tendo as suas instalações no *Campus* de Gualtar, em Braga.
- **Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga)** - É uma associação sem fins lucrativos que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da EMed e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto. Encontra-se sediado no Hospital de Braga, tendo como objetivo o desenvolvimento de investigação clínica, a nível nacional e internacional, bem como, a promoção e a produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.
- **Centro de Computação Gráfica (CCG)** - Fundado em 1993, o CCG, sediado desde 2001 no *Campus* da UMinho, em Azurém, Guimarães, é uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedicar a sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.
- **Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI)** - Constituído em 2012, o IDEGUI é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto *Campurbis* – cujos promotores foram a UMinho e o Município de Guimarães. Este instituto promove as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.
- **Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG)** – Esta é uma associação técnico-científica, sem fins lucrativos, fundada em 2019, instalada na cidade de Guimarães. A associação tem como objetivo a promoção da cultura científica e tecnológica, designadamente ao nível da educação e fomenta a motivação para a aprendizagem científica que decorre no contacto precoce com conhecimento científico, seus agentes e processos.
- **Casa de Sarmento (CS)** - É uma unidade diferenciada da UMinho, instituída com base num protocolo de cooperação que a UMinho celebrou com o Município de Guimarães e a SMS. As suas principais finalidades são estabelecer a ligação mais estreita entre a UMinho e Guimarães; tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS ou de outros, bem como a valorização destes acervos, através do desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação.
- **Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)** – O PIEP é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes, através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001, em colaboração com a UMinho, através do Departamento de Engenharia de Polímeros e da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI). A sua interação tem sido extensível a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial, tendo em consideração a multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP participa.
- **Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR)** – É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1993 e encontra-se situada na cidade de Braga. O CEJUR tem como objetivo o desenvolvimento dos estudos jurídicos, realização de trabalhos de investigação, conferências e seminários, mantendo ligações com outras instituições congéneres nacionais e estrangeiras promovendo ações de intercâmbio.



- **Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI)** - É um instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, resultado de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e um instituto de novas tecnologias. O CeNTI tem como objetivo o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor acrescentado e/ou a incorporação novas tecnologias em produtos e mercados tradicionais, por isso aposta na inovação e atividades de I&D, participando em diversos projetos que evidenciam o seu compromisso e missão no apoio e dinamização da infraestrutura tecnológica, industrial e empresarial nacional.
- **Interesses de propriedade não quantificáveis**, as quais não integraram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (os interesses encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo):
 - **Associação Fibrenamics – Instituto de Inovação Em Materiais Fibrosos e Compósitos** – É uma associação privada sem fins lucrativos, localizada no Campus de Azurém, na Universidade do Minho. Tem como missão conceber e implementar soluções integradas e customizadas de investigação e desenvolvimento tecnológico em materiais compósitos e fibrosos, contribuindo para a diferenciação e a competitividade do tecido empresarial.
 - **Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3)** – É uma associação sem fins lucrativos, fundada em maio de 2010, com um novo modelo de desenvolvimento de atividades de investigação e intensificação tecnológica de excelência, incubação de ideias e empresas e apoio ao tecido económico em regiões interiores e rurais. A associação desenvolve as suas atividades de biotecnologia industrial numa dimensão nacional e internacional. Desenvolve, ainda, atividades locais e regionais de implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento ligadas à fixação de massa crítica e valorização dos recursos endógenos e património genético do território.
 - **Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP)** – Criado em 1986, o LIP tem como missão a investigação no campo da física experimental de partículas e da instrumentação associada, facilitando o acesso da comunidade científica portuguesa a instalações e colaborações científicas internacionais. A computação avançada, a formação de pessoal científico e técnico e a divulgação da ciência, também estão presentes na missão. Os polos estão localizados em Lisboa, Coimbra e Minho.
 - **Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP)** – É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com sede no Porto. Os seus objetivos são a conceção, promoção, organização e realização de projetos formativos, colóquios, seminários e sessões de informação técnica tendo em vista a sensibilização, atualização, aperfeiçoamento ou especialização dos trabalhadores da Administração Pública Central Desconcentrada e Autárquica, bem como dos Eleitos Locais.
 - **TECMEAT – Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes** - É uma associação criada em novembro de 2018, por iniciativa do Município de Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de implementar esta estrutura, considerada estratégica para o concelho e que congrega 16 instituições da região e do país.
 - **Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E)** – É um laboratório colaborativo, constituído em 2019, e sediado no Porto. Tem como objetivo promover a Bioeconomia Azul, contribuir para novos usos e valorização dos recursos vivos naturais marinhos, assim como estimular a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social em Portugal – nos setores da Biotecnologia e Aquacultura.
 - **Associação Laboratório da Paisagem** - É uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.
 - **Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital (DTX)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2018, sediada em Guimarães, tendo laboratórios em Braga, Matosinhos e Évora. O seu objetivo principal consiste em abordar os novos paradigmas em produtos, nos serviços e na interface homem-máquina, assim como, na criação de emprego qualificado e científico em Portugal.
 - **Collaborative Laboratory Towards Circular Economy (CECoLab)** – A associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em 2020, sediada em Oliveira do Hospital. Tem na sua essência o processo de reconhecimento de excelência da iniciativa nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denominada por CoLAB. Esta iniciativa tem como objetivo contribuir para a criação de emprego científico qualificado, orientado para a investigação e inovação com criação de valor ambiental, económico e social.
 - **ProChild Colab** – É uma associação, criada em dezembro de 2018, que reúne 17 associados, dos quais se destacam Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação. Está organizado em torno de 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um dos quais com projetos específicos: (1) Saúde e bem-estar; (2) Desenvolvimento e educação; (3) Participação

social, cidadania e igualdade de género; (4) Proteção contra a violência, exploração, abuso e negligência. Estes eixos articulam-se com uma área estratégica transversal de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, nas áreas do Digital e da Nanotecnologia.

- **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** - É uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, a qual iniciou a sua atividade na Covilhã, onde está situada a sua sede social, desenvolvendo a sua intervenção formativa em vários pólos, nomeadamente em Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e Vila Nova de Famalicão. Constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tem como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.
- **INESC TEC** - É uma instituição privada de investigação sem fins lucrativos, sediada no Porto. A sua atividade está vocacionada para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, consultoria e formação avançada e pré-incubação de novas empresas de base tecnológica. A instituição opera na interface do mundo académico e empresarial, aproximando a academia, as empresas, a administração pública e a sociedade.
- **Colab4Food - Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Agroalimentar** - É uma associação, criada em abril de 2019, que tem como missão ser um catalisador da inovação centrada nas necessidades do consumidor e da indústria agroalimentar, através da investigação colaborativa.
- **BIOREF – Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em abril de 2019, que junta nove entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e onze empresas interessadas em procurar novos processos e tecnologias avançadas que utilizem a biomassa como matéria-prima e a transformem em produtos comercializáveis. O CoLAB BIOREF pretende contribuir para uma economia de baixo carbono e/ou carbono zero para Portugal (Horizonte 2030), gerando novas cadeias de valor, criação de emprego qualificado e impulsionando a bioeconomia nacional.
- **BUILT CoLAB** - É um laboratório colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, fundado em 2020, e sediado no Porto. Os seus objetivos baseiam-se no desenvolvimento de atividades de investigação, inovação e transferência de conhecimento, tendo em vista o aumento da produtividade, competitividade e crescimento sustentável do ecossistema do setor AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção, promovendo a transição digital e climática dos edifícios e infraestruturas, tornando-os adaptáveis, inteligentes, resilientes e sustentáveis.
- **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza – Norte de Portugal (CEER)** - É uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementaridades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.
- **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** - É uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadra a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências diferenciadoras no setor do petróleo e gás, bem como contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.
- **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** - É uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários pólos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional, na media em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.
- **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** - É uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de assessoria técnica aos Municípios do Vale do Ave, tendo por missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.
- **Associação BIP4DAB** - Tem como objeto social a investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais, investigação e desenvolvimento em biotecnologia e outras atividades de consultoria, científicas e similares. A sua missão passa por apoiar a transformação de Portugal num país com capacidade para realizar investigação e inovação com grandes volumes de dados biológicos, para que as organizações sejam capazes de traduzir estes dados em inovação para novas pesquisas, produtos e serviços.
- **Associação RAIL CoLAB – Collaborative Laboratory for the Future Railway System** - Esta entidade constituída em 2022, é uma associação sem fins lucrativos de investigação multidisciplinar, que tem como objetivo a promoção e exercício de iniciativas e atividades de I&D que visem a melhoria do sistema ferroviário



através do suporte científico e da inovação tecnológica, envolvendo de forma colaborativa os setores público e privado.

- **Associação WATER CO-RE COLAB** – Esta entidade constituída em 2022, tem como foco os principais problemas do ciclo natural da água, nomeadamente em temas relacionados com o uso eficiente da água, as soluções para reutilização da água, as alterações climáticas, a sustentabilidade, a economia circular e a resiliência das infraestruturas.
- **Associação Portuguesa para o Cluster das Baterias - BATPOWER** – Tem como principal fim a promoção da competitividade da cadeia de valor das baterias portuguesas e também pretende incentivar a partilha colaborativa de conhecimentos e a cooperação entre empresas, associações empresariais, organizações independentes, universidades, entidades públicas, de forma a aumentar a capacidade de inovação, investigação e desenvolvimento.
- **Associação INTEGRALAR - Portugal Foods** - É uma associação criada em 2008 por entidades que compõe o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.
- **Associação TICE.PT** - Constituído em 2008, com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.
- **Oficina Inovação - BIC Minho** - É uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de pequenas e médias empresas (PME's).
- **Associação OPEN** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.
- **Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOL-NET)** - É uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do *cluster* de competitividade *engineering & tooling*, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva, criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.
- **Vale do Ave Região Digital (VARD 2015)** - É uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos Municípios do Vale do Ave.
- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. (ADRAVE)** - Criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os setores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, a Agência intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.
- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** - É uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Posiciona-se entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor têxtil e do vestuário (maioritariamente PME's), disponibilizando às mesmas, um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e *design*.
- **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** - Tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificado como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A fundação tem como missão "Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo".
- **Fundação Portugal África** - Constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países



Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.

- **Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1982, sediada em Vila Real. O seu principal objetivo é contribuir para a modernização da viticultura da região demarcada do Douro e de Portugal, contribuindo para a melhoria da qualidade e rentabilidade dos vinhos e das vinhas nacionais.
- **4LIFELAB – Laboratório Colaborativo (Associação)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 2021, sediada no Porto. A sua principal missão é a de posicionar Portugal nas cadeias de valor globais dos mercados da saúde, através da criação de um ecossistema ágil e competitivo, que junta a excelência em ciência, medicina, engenharia e indústria, para o desenvolvimento, industrialização e certificação de dispositivos médicos avançados e sistemas relacionados.
- **L.C.S.D – Associação Data Colab – Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados** – É uma associação sem fins lucrativos, constituída em julho de 2021, localizada em Viana do Castelo. Esta associação visa a promoção e o exercício de iniciativas e atividade de I&D orientadas para a criação de um ecossistema de inovação intersectorial.

22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

Tabela 88 – Perímetro de consolidação

Entidade	Natureza do interesse	% de participação	% de controlo	Tipo de controlo
CVR	Entidade Controlada	56,25	56,25	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
TecMinho	Entidade Controlada	56,30	56,30	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
APsi	Entidade Controlada	80,00	80,00	Entidade controlada
B'ACIS	Entidade Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
ACMP5	Entidade Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
SASUM	Entidade Controlada	100,00	100,00	Entidade controlada
EXPERTISSUES	Entidade Controlada	50,00	50,00	Acordo conjunto
CCG	Associada	35,96	49,42	Influência significativa
PIEP	Associada	31,39	31,39	Influência significativa
2CA-Braga	Associada	40,00	50,00	Influência significativa
CeNTI	Associada	19,05	19,05	Tem influência significativa, pois a UMinho está representada nos órgãos sociais, mas sem capacidade de controlo
IDEGUI	Associada	0,72	34,09	Influência significativa
BLCS	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
IC	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
CS	Associada	33,33	33,33	Acordo conjunto
CCVG	Associada	7,14	33,33	Influência significativa
IDITE-Minho	Associada	25,45	25,45	Influência significativa
CEJUR	Associada	78,99	25,00	Influência significativa

Apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nos SASUM, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, uma vez que a UMinho obtém o seu controlo através da presença de membros da Universidade nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Em sintonia com o anteriormente exposto, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de definir e orientar as suas políticas financeiras e operacionais. No mesmo sentido, atendendo que os órgãos sociais da entidade EXPERTISSUES, TecMinho e CVR também são constituídos por trabalhadores da UMinho, conclui-se que existe controlo sobre esta entidade, pelo que se assume que o controlo das mesmas ascende à percentagem de participação.

Relativamente à BLCS, ao IC e à CS, foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas, tal como nos anos anteriores, devido a existir controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente:

- O Município de Braga, no caso da BLCS;
- A *Hanban*, no que respeita ao IC; e
- O Município de Guimarães e a SMS, relativamente à CS.



No que diz respeito à entidade CeNTI, a presença da UMinho nos seus Órgão Sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho e de 14,29% na SPINPARK, estas participadas não foram incluídas no perímetro de consolidação, uma vez que foram constituídas perdas por imparidade, correspondentes à totalidade do valor das participações, em virtude de ambas as entidades se encontrarem em situação de insolvência, ou com um plano especial de revitalização.

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, a UMinho não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.6. Interesses em entidades controladas

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- SASUM;
- ACMP5;
- B'ACIS;
- APsi;
- EXPERTISSUES;
- TecMinho; e
- CVR.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público UMinho.

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho, nas suas entidades controladas.

Tabela 89 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
CVR	Associação Univ. Emp. P/o Desenv. - TecMinho	5,19
	CIN-Corp. Industrial do Norte, S.A.	0,29
	Continental Pneus Portugal S.A.	0,06
	Ferespe - Fundação Ferro e Aço, Lda.	2,65
	Funfrap - Fundação Portuguesa, S.A.	0,06
	Schmidt Light Metal – Fundação Injectada, Lda. (antiga Kupper)	0,29
	Mabera Acabamentos Textéis, S.A.	0,12
	Nogueira & Monteiro, Lda.	0,06
	Ferrovial Serviços, S.A. (antiga Resin)	0,59
	DS Smith Paper Viana, S.A. (antiga Portucel Viana)	0,59
	Fusag- Fundação e Serralharia de Águeda, SA	0,06
	Eco-Oil – Tratamentos de Águas Contaminadas, S.A.	0,59
	Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Filhos SA	0,59
	Águas do Douro e Paiva, SA	0,06
	Navarra - Extrusão de Alumínios, SA (antiga Alumínios Navarra)	0,06
	Cruz, Giovanni & Lima, Lda	0,06
	FDO - S.G.P.S., SA	0,59
	Fucoli - Somepal Fundação de Ferro, SA	0,29
	Fundilusa - Fundições Portuguesas, Lda	0,24
	Granitos Urbanos, Lda	0,12
	AMKOR TECHNOLOGY (antiga Infineon)	0,59
	Metalsa - Refinaria Portuguesa de Alumínio, SA	0,59
	Polo - Produtos Ópticos, SA	0,59
	Ricarsil - Ribeiro, Carmo & Silva, Lda	0,06
	Semural - Sociedade de Empreendimentos Urbanos, Lda	0,06



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	0,12
	Aluminios Ibérica, Lda	1,18
	Companhia de Cartões do Cávado, SA	0,06
	Associação Portuguesa de Fundação	0,06
	Cerâmica do Salvadorinho, SA	0,06
	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade	0,59
	GRE - Exportação de Granito, SA	0,06
	Indústrias Pachancho, S.G.P.S., SA	0,06
	C. F. Duarte & C.ª, Lda	0,06
	Greentrading - Comércio Internacional, Lda	0,06
	Intrabol - Indústria Transformadora de Borracha, Lda	0,06
	GRIN - Gestão de Resíduos Urbanos e Industriais, SA	0,24
	Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA	0,12
	Maquiceram - Máquinas para Cerâmica, SA	0,12
	ValaHortal, Lda	0,06
	Ambipombal - Recolha de Resíduos Industriais, Lda	0,29
	Recauchutagem Nortenha, SA	0,29
	Fapricela - Indústria de Trefilaria, SA	0,06
	Associação Industrial do Minho	0,59
	Fundição de Mouquim, Lda	0,24
	Infraestruturas de Portugal, S.A.	0,59
	HERDMAR – Cutelaria Manuel Marques Herdeiros, SA	0,06
	Câmara Municipal de Guimarães	4,36
	Nogueira & Martins, Lda	3,54
	CCG - Centro de Computação Gráfica	0,59
	CJR - Cândido José Rodrigues, Lda	0,06
	Endutex - Revestimentos Têxteis, SA	2,24
	Cuprum - Comércio de Metais, Lda	0,24
	Sardalla Espanhola, SA	1,77
	Pizarro - Energias Renováveis, SA	0,12
	DST - Domingos da Silva Teixeira, SA	0,59
	Construções Gabriel Couto, SA	0,06
	Sensu, Lda.	1,18
	Vimasol - Energias Renováveis, Lda	0,59
	Superinertes de Lopes & Filhos, Lda	0,41
	Casais - Engenharia e Construção, SA	0,59
	J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda	0,06
	Delta-Soc.Técnica Eletricidade, Lda	1,18
	Guimaweb - Serviços de Internet, Lda	0,06
	José Augusto Marques Unipessoal, Lda	0,47
	Sorgal - Sociedade de Óleos e Rações, SA	0,59
	Avicasal - Sociedade Avícola, SA	0,59
	XZ Consultores, SA	0,41
	Metalvalor - Gestão e Valorização de todo o tipo de Resíduos, Lda	0,18
	Tempo Magnético - Unipessoal, Lda	0,06
	W2V, SA	1,77
	Supermatéria - Biocombustíveis e Reciclagem, Lda	0,35
	Representações Júlia Rocha, Lda	0,47
	Tequimaq - Máquinas Ind. Química Corticeira, Lda	0,41
	Criolab - Equipamento Criogénico e de Laboratório, Lda	0,06
	M.J. Amaral - Equipamentos Industriais, Lda	0,18
	MJD - Metais Jaime Dias, SA	0,29
	Carmona, SA	0,12
	Euro Separadora - Gestão de Resíduos, Lda	0,12
	MYSOFT - Business Software Solutions, Lda	0,12
	BioSmart – Soluções Ambientais, S.A.	0,06
	3Drivers, Engenharia, Inovação e Ambiente, Lda	0,12
	Ambibérica - Gestão de Resíduos, Lda	0,24
	Greenadn, Lda.	0,06
TecMinho	AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave	6,24
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	6,24
	Freitas & Fernandes, Lda.	6,24



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Companhia de Seguros Bonança	6,24
	Têxteis A. M. Sousa Lusaustris, Lda.	6,24
	Têxteis Somelos, Lda.	6,24
	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guimarães	6,24
APsi	Câmara Municipal de Braga	10,00
	Câmara Municipal de Guimarães	10,00
B'ACIS	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10,00
ACMP5	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10,00
EXPERTISSUES	Ludwig Boltzmann Gesellschaft	50,00

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato, ou seja, de 01/01/2022 a 31/12/2022.

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP 1 no Grupo Público UMinho, os interesses não controlados em cada entidade controlada do Grupo Público UMinho, são detidos por outras entidades, as quais não exercem influência significativa nas mesmas.

Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.4, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

Tabela 90 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros

Rubricas do Balanço	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	EXPERTISSUES	SASUM
ATIVO							
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis	1 143 996,39	286 941,01	8 719,80	5 974,04	4 167,62	33 846,99	15 017 632,21
Ativos intangíveis	153 412,56	2 013,33		1 053,80	1 119,35	0,00	6 775,54
Investimentos financeiros	7 970,41	74 900,21	1 516,61	25 999,00	3 688,27	0,00	0,00
	1 305 379,36	363 854,55	10 236,41	33 026,84	8 975,24	33 846,99	15 024 407,75
Ativo Corrente							
Inventários	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	232 396,34
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 519 872,38	1 841 171,73	0,00	0,00	88 303,82	0,00	
Clientes, contribuintes e utentes	188 344,90	775 880,36	3 746,00	18 304,02	1 066,00	0,00	193 827,08
Estado e outros entes públicos	11 276,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	9 047,81	55 314,81	35 973,33	386 160,84	100 415,86	0,00	384 099,18
Diferimentos	5 914,24	22 235,65	45,11	5 318,02	26 344,45	77,57	15 871,23
Caixa e depósitos	336 349,79	330 056,86	70 460,63	77 690,06	17 557,54	13 257,07	688 140,02
	2 073 305,78	3 024 659,41	110 225,07	487 472,94	233 687,67	13 334,64	1 514 333,85
	3 378 685,14	3 388 513,96	120 461,48	520 499,78	242 662,91	47 181,63	16 538 741,60
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património/Capital	855 500,00	39 951,92	25 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00	2 301 872,93
Reservas	400 504,21	928 821,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	0,00	-448 745,26	28 879,40	93 358,25	119 399,53	-2 789,53	3 511 895,20
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	12 416,27	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 650,93
Outras variações no património líquido	340 390,91	0,00	22 382,36	0,00	0,00	59 534,29	9 818 877,09
Resultado líquido do período	46 398,93	79 516,98	7 898,50	15 827,56	-166 963,17	-9 571,44	-88 957,30
	1 642 794,05	599 545,12	84 160,26	171 602,08	2 436,36	47 173,32	15 547 338,85
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	0,00	127 375,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	1 079,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	86 532,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	86 532,86	128 454,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente							
Fornecedores	156 427,35	500 860,27	0,00	15 629,49	34 043,65	0,00	114 390,74
Estado e outros entes públicos	37 035,17	185 479,87	9 045,09	11 701,57	30 837,48	0,00	21 846,18
Financiamentos obtidos	0,00	55 130,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	76 861,87	418 659,82	0,00	27 749,83	111 753,74	8,31	738 603,59
Diferimentos	1 379 033,84	1 500 383,50	2 789,73	293 816,81	63 591,68	0,00	116 562,24
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	24 466,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 735 891,09	2 788 968,84	36 301,22	348 897,70	240 226,55	8,31	991 402,75
Total do Património Líquido e Passivo	3 378 685,14	3 388 513,96	120 461,48	520 499,78	242 662,91	47 181,63	16 538 741,60

Importa referir que na posição financeira foram efetuados os seguintes ajustamentos prévios à consolidação, os quais já se encontram reconhecidos no quadro anterior:

- Na entidade ACMP5 foi eliminado o montante de 1.207.127,51€ reconhecido na rubrica de “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” do ativo e na rubrica de “Diferimentos” do passivo, tendo em consideração o exposto sobre o



reconhecimento de subsídios à exploração na FAQ 42 e na Nota Interpretativa n.º6, ambas emitidas pela CNC. Note-se que a ACMP5 nas suas demonstrações tinha reconhecido este montante no ativo na rubrica de “Outras contas a receber”;

- Na entidade CVR foi reclassificado o montante de 1.519.872,38€ da rubrica de “Outras contas a receber” para a rubrica de “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, ambas as rubricas do ativo; e
- Na entidade TecMinho foi reclassificado o montante de 1.841.171,73€ da rubrica de “Outras contas a receber” para a rubrica de “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, ambas as rubricas do ativo

Tabela 91 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	EXPERTISSUES	SASUM
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 479 403,04
Prestações de serviços	450 522,99	2 231 471,00	247 232,26	320 012,56	165 790,36	0,00	3 554 682,97
Transf. correntes e subsídios correntes obtidos	525 463,04	519 659,67	122 255,02	117 862,05	173 808,10	0,00	2 889 963,79
Rendimentos/Gastos imputados de entidades participadas	0,00	0,00	0,00	3 346,29	0,00	0,00	0,00
Custo das merc. Vend. e das mat. consumidas	-3 426,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 561 473,25
Fornecimentos e serviços externos	-333 578,31	-1 539 923,60	-133 706,49	-244 250,20	-125 133,70	-107,91	-1 521 054,61
Gastos com pessoal	-499 618,69	-859 832,61	-220 752,36	-169 036,00	-378 133,41	0,00	-4 356 061,93
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-233 411,22
Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 693,48
Imp. de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	4 797,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-666,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	71,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	35 116,35	43 087,49	0,00	30,70	0,01	0,00	403 719,89
Outros gastos e perdas	-4 913,32	-179 815,01	-521,86	-5 499,21	-1 530,37	0,00	-104 374,14
Result. antes de dep. e gastos de financ.	169 565,96	219 516,27	14 506,57	22 466,19	-165 199,01	-107,91	542 035,06
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-108 433,91	-127 356,09	-4 497,86	-2 548,40	-1 527,41	-9 463,53	-630 466,34
R. Operac. (antes de gastos de financ)	61 132,05	92 160,18	10 008,71	19 917,79	-166 726,42	-9 571,44	-88 431,28
Juros e rendimentos similares obtidos	50,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	-3 751,96	-10,61	0,00	0,00	0,00	-526,02
Resultado antes de impostos	61 183,01	88 408,22	9 998,10	19 917,79	-166 726,42	-9 571,44	-88 957,30
Imposto sobre o rendimento	-14 784,08	-8 891,24	-2 099,60	-4 090,23	-236,75	0,00	0,00
Resultado líquido do período	46 398,93	79 516,98	7 898,50	15 827,56	-166 963,17	-9 571,44	-88 957,30

Relativamente ao desempenho financeiro importa referir que foi efetuado um ajustamento prévio à consolidação na entidade B'ACIS, visto que se encontravam reconhecidos rendimentos relacionados com a aplicação do MEP em outros rendimentos.

22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31 de dezembro de 2022, a UMinho tinha interesse nas associadas identificadas na Tabela 92.

Tabela 92 – Entidades associadas

Associada	Natureza do relacionamento	Domicílio	Forma jurídica da associada	País	Proporção de interesses de propriedade	Proporção de direitos de voto detidos
CCG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	35,96%	49,42%
PIEP	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	31,39%	31,39%
2CA-Braga	Associada	Braga	Associação	Portugal	40,00%	50,00%
CeNTI	Associada	Vila Nova de Famalicão	Associação	Portugal	19,05%	19,05%
IDEGUI	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	0,72%	39,04%
BLCS	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	50,00%	50,00%
IC	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	50,00%	50,00%
CS	Associada	Guimarães	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	33,33%	33,33%
CCVG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	7,14%	33,33%
CEJUR	Associada	Braga	Associação	Portugal	78,99%	25,00%

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Tabela 93 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros

Associada	% Participação	Valor de Aquisição	Ativo (2022)	Passivo (2022)	Património Líquido (2022)	Resultado Líquido do Período (2022)	Valor da participação ao MEP (2022)
-----------	----------------	--------------------	--------------	----------------	---------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------



CCG	35,96	682 356,79	22 234 268,37	12 391 946,72	9 842 321,65	232 151,15	3 539 298,87
PIEP	31,39	580 000,00	5 988 727,00	3 774 927,00	2 213 800,00	178 646,00	694 911,82
2CA-Braga	40,00	35 000,00	3 789 644,26	3 061 459,60	728 184,66	11 137,59	291 273,86
CeNTI	19,05	100 000,00	14 337 683,07	8 019 282,61	6 318 400,46	-370 678,73	1 203 655,29
IDEGUI	0,72	1 000,00	43 061,11	29 609,35	13 451,76	12 459,71	96,85
CCV Guimarães	7,14	5 000,00	189 578,82	60 263,02	129 315,80	130 097,31	9 233,15
CEJUR	78,99	24 939,89	177 376,76	15 430,93	161 945,83	50 218,34	127 921,01
BLCS	24,95	0,00	145 193,53	0,00	145 193,53	7 523,69	72 596,77
IC	50,00	0,00	175 217,06	0,00	175 217,06	8 270,19	87 608,53
CS	33,33	0,00	46 386,76	16 002,54	30 384,22	-14 047,29	10 128,07

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2022 a 31/12/2022).

Na continuidade do verificado em 2021, e como anteriormente referido, as contas consolidadas do Grupo Público UMinho em 2022, não refletem as variações patrimoniais das associadas IDITE Minho e SPINPARK, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade, referente à totalidade da participação detida pela entidade-mãe.

22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2022 a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa na Tabela 94.

Tabela 94 – Percentagem de interesse em outras entidades

Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
Associação Fibrenamics	19,58
SPINPARK	14,29
BLC3	14,29
LIP	14,29
AVEPARK	10,61
4LIFELAB	10,53
IGAP	9,09
Laboratório da Paisagem	8,33
TECMEAT	8,33
Associação BIP4DAB	8,33
B2E	7,69
DTX	7,58
CECoLab	7,14
ProChild CoLab	6,67
AFTEBI	6,35
INESC TEC	5,26
Associação RAIL CoLAB	5,26
BIOREF	5,00
BUILT CoLAB	5,00
WATER CO-RE COLAB Associação	5,00
L.C.S.D – Associação Data Colab	5,00
Colab4food	4,62
Fund. CEER	3,57
ISPG	3,34
APCTP	2,94
BATPOWER - Associação Portuguesa	2,63
AEDOAVE	2,00
TICE.PT	1,19
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00
POOL NET	0,98
OPEN	0,98
INTEGRALAR	0,86
VARD 2015	0,57
ADRAVE	0,44
CITEVE	0,15



Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08
Fundação Portugal África	0,06
ADVID	<20

Os investimentos financeiros detidos nas entidades e identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Informação complementar

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) (para os bens adquiridos até 31/12/2017, com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público UMinho e pelos SASUM, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Apesar de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/SNC-ESNL, foram efetuados os ajustamentos prévios à consolidação identificados na presente nota.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, como é disso exemplo o caso da IDITE Minho, AVEPARK, SPINPARK e VARD 2015, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, não existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, conforme se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 95 – Impacto no resultado pela aplicação do MEP, em euros

Impacto no Resultado	2022	2021
Rendimentos	204 302,94	200 275,27
Gastos	- 75 370,70	- 9 337,70
Total	128 932,24	190 937,57

23. Outras divulgações

A) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica agrega custos de natureza diversa relacionados com a aquisição de bens e prestação de serviços do Grupo Público UMinho, nomeadamente, energia, comunicações, trabalhos especializados e combustíveis. Em 2022 apurou-se um total de gastos desta natureza de 22.625.862,51 €, verificando-se um aumento de 1.204.851,56 € em relação ao período homólogo (21.421.010,95 €).

B) Diferimentos

Os gastos a reconhecer apresentam uma variação negativa de 79.275,29 e a rubrica de rendimentos a reconhecer verificou-se uma variação negativa de 326.744,45 €, respeitante, essencialmente, à diminuição do montante a reconhecer em rendimento de projetos de I&D.



Tabela 96 – Diferimentos, em euros

Descrição	2022	2021
Diferimentos – Ativo (Gastos a reconhecer)	288 916,34	368 191,63
Diferimentos – Passivo (Rendimentos a reconhecer)	19 901 122,27	20 227 866,72

C) Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Grupo Público UMinho diminuíram em 6.360.943,67 €, tendo atingido em 2022 o montante de 12.241.505,28 €, quando em 2021 estes gastos se haviam fixado em 18.602.448,95 €. Esta variação é justificada, principalmente, pela redução das transferências para as Instituições da União Europeia verificadas na entidade mãe.

D) Prestações Sociais

As prestações sociais do Grupo Público UMinho corresponderam em 2022 ao montante de 8.693,48 €, sendo que no período homólogo haviam totalizado 9.329,99 €.

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados, respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, tendo registado em 2022 o valor de 274.731,69 €, traduzindo-se num aumento no montante de 76.487,50 €, face ao ano de 2021 (198.244,19 €).

F) Imposto sobre o rendimento

A rubrica do imposto sobre rendimento apresentou em 2022 o montante de 30.101,90 €, registando-se uma diminuição de 47.668,25 €, quando comparada com o período homólogo (77.770,15 €).

G) Aumentos/reduções de justo valor

Os montantes reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas dizem respeito à entidade TecMinho e relacionam-se ativos que estavam reconhecidos na contabilidade por um valor inferior ao justo valor.

H) Outros gastos e perdas

Na rubrica outros gastos e perdas estão identificados os montantes que não se enquadram nas outras rubricas da Demonstração de Resultados por Naturezas, sendo reconhecida na mesma os seguintes montantes:

- 3.520.591,14€ no período de 2022; e
- 2.831.420,26€, no ano transato.

O aumento dos gastos no montante de 689.170,88€, é justificado com a especialização de rendimentos da área da educação, mais concretamente pela especialização de rendimento referente a notas de crédito de propinas de bolseiros FCT.

I) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos com a educação, a investigação e a interação com a sociedade. Assim, em conformidade com o estipulado no normativo legal e para suprir necessidades de informação interna dos Órgãos de Gestão das entidades do Grupo Público.

O Grupo Público UMinho considerou todos os rendimentos e gastos das entidades-filhas na atividade de interação com a sociedade. No que respeita aos rendimentos e gastos da entidade-mãe, estes foram imputados às três atividades, de acordo com os seguintes critérios:

- Na atividade ensino são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de:
 - Pós-Graduações (PG);
 - Ações de Formação (AF);
 - Funcionamento das UOEI; e
 - Unidades de serviços (US) que prestam apoio direto ao ensino (Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação (USAAE), Unidade de Serviços de Gestão Académica (USGA), Gabinete de Processos Académicos (GPA), Unidade de Serviços de Apoio à Internacionalização (USAI), entre outras associadas a esta atividade).
- Na atividade de investigação são imputados diretamente os rendimentos e gastos das dimensões carregados no módulo de gestão de projetos (com a exceção dos projetos diretos), emprego científico (FCT), da USAPI e outras dimensões associadas à atividade de investigação;
- Na atividade de interação com a sociedade tem-se em consideração as vendas e prestações de serviços à comunidade, assim como os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de prestações serviços especializados com incorporação de conhecimento (PC), prestações serviços técnicos especializados (PT), projetos diretos (PD) e



unidades de serviço que prestam apoio diretamente à comunidade (tais como: USDB, BPB, ADB, BLCS, UA, CC). Nesta atividade ainda se incluem os rendimentos e gastos relativos a parques, a aluguer de espaços, da Loja UMinho e entidades participadas.

Para os rendimentos e gastos não imputados diretamente a uma atividade (entidade-mãe), procedeu-se à definição das bases de rateio presentes na seguinte tabela.

Tabela 97 – Bases de Rateio de imputação dos Gastos Gerais às Unidades, em euros

Gastos Gerais	Unidades	Base de Rateio de imputação à unidade
Seguro de Acidentes de Trabalho	Imputado	Peso da massa salarial dos trabalhadores do setor privado
Seguros de bolseiros		Peso da massa salarial dos bolseiros
Medicina no trabalho		Número de trabalhadores
Licenças MCA e IBM		Número de trabalhadores
Comunicações		Número de trabalhadores
Água		m3 base no peso dos montantes apurados no orçamento por Unidade
Eletricidade		KWh
Gás		KWh
Higiene e limpeza		De acordo com o contrato
Segurança		Área dos edifícios de cada Unidade
Outros gastos gerais não imputados	Não imputado	Gastos efetuados diretamente nas dimensões: - 55301.000000 - USSIC - GG0009 - Contratos de Manutenção - GG0010 - Manutenção dos Campi - GG0011 - Requalificação Campi - GG0012 - Manutenção dos Campi - GG0013 - Investimento nos Campi - GG0014 - Serviços de Comunicação - GG0015 - HSST - GG0016 - Manutenção Espaços Verdes - GG0017 - Empreitadas - GG0018 - Complexos Pedagógicos Outros gastos efetuados nas dimensões: - GG0004 - Licenças - GG0007 - Vigilância e Segurança - GG0008 - Segurança e Saúde - RP0055 - Seguros UMinho

Resultados Por Atividades

Consideram-se gastos não incorporados, os gastos ambientais, os gastos administrativos e os gastos financeiros. Desta forma, não foi imputado o montante de 397.391,55 € às atividades do Grupo Público UMinho. Por outro lado, existem rendimentos que devido ao seu caráter excecional, também não foram imputados a qualquer atividade, os quais designam-se de rendimentos gerais, no montante de 737,40 €, desta forma o resultado não incorporado fixou-se em 396.654,15 €, negativos.

Tendo em consideração o exposto acima, apresenta-se na tabela infra os resultados por atividades do Grupo Público UMinho, assim como, os rendimentos gerais e gastos não incorporados, os quais se encontram detalhados na análise de gestão.

Importa referir que, os rendimentos e gastos para os quais não foi possível identificar diretamente a sua atividade, foram afetos às várias atividades de acordo com o peso dos gastos diretos afetos a cada atividade por Unidade.



Tabela 98 - Resultados por atividades, em euros

Atividades	Rendimentos	Gastos	Total
Ensino	101 127 566,12	101 209 878,36	-82 312,23
Investigação	42 323 324,75	39 739 915,14	2 583 409,61
Interação com a Sociedade	17 746 823,53	16 520 371,09	1 226 452,44
Subtotal	161 197 714,40	157 470 164,59	3 727 549,81
Rendimentos gerais não incorporados	737,40	0,00	737,40
Gastos gerais não incorporados	0,00	397 391,55	397 391,55
Resultado antes de impostos	161 198 451,80	157 867 556,14	3 330 895,67
Imposto sobre o rendimento			-30 101,90
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			3 264 064,89
Interesses que não controlam			36 728,87
			3 300 793,77

Da análise da tabela anterior, o Grupo Público UMinho, obteve em 2022 um montante total de rendimentos de 161,2 M€ e um total de gastos na ordem dos 157,9 M€, perfazendo um resultado antes de impostos de 3,3 M €. De referir que, a atividade de ensino contribui negativamente para o resultado em 82,3 k€. Por outro lado, as atividades de investigação e de interação com a sociedade contribuíram positivamente para o resultado do Grupo Público UMinho, no montante de 2,6 M€ e 1,2 M€, respetivamente.

Por fim, não foi imputado às atividades o imposto sobre o rendimento das entidades-filhas, no montante de 30,1 k€.

J) Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:

Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Entidades	Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas
Controladas	
TecMinho	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
CVR	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
APsi	Não tem auditor externo.
B'ACIS	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
ACMP5	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
EXPERTISSUES	Não tem auditor externo.
SASUM	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
Associadas	
CCG	Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC Lda.
PIEP	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
2CA-Braga	G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
CeNTI	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
IDEGUI	Não tem auditor externo.
CCV Guimarães	Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC.
CEJUR	Não tem auditor externo.
IC	Não tem auditor externo.
BLCS	Não tem auditor externo.
CS	Não tem auditor externo.

K) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único do Grupo Público UMinho é atualmente a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Mário da Cunha Guimarães, conforme Despacho n.º 6399/2019, de 16 de julho. Os honorários faturados durante o período de 2022, referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas com vista à emissão da Certificação Legal de Contas tendo ascendido a 18.081,00€ (IVA incluído).